A recepção de Lima Barreto em Portugal

Documentação Fundação Biblioteca Nacional

Edição, notas e estudos críticos
João Marques Lopes

A recepção de Lima Barreto em Portugal

Documentação Fundação Biblioteca Nacional

Edição, notas e estudos críticos
João Marques Lopes

Lisboa
2020

Agradecimentos

Antes de mais, um agradecimento especial para Angela di Stasio (responsável pelo Núcleo de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional) e Marcus Venício (Coordenador-geral do Centro de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional). O agradecimento estende-se a todos os funcionários da instituição pelo seu profissionalismo e simpatia.

Menção destacada para a Prof. Vania Pinheiro Chaves, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e para o Prof. Antonio Dimas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pelos seus conselhos ponderados e pela rede de relações académicas que nos abriram.

Pelas indicações concedidas, diálogos pontuais ou disponibilização de materiais pertinentes, agradeço aos Profs. Beatriz Resende, Thiago Mia Salla, Lilia Schwarcz, Silviano Santiago, Eliane Vasconcelos, Gilda Santos, Arnaldo Saraiva e Gilberto Araújo. Um agradecimento muito particular à Prof. Beatriz Resende por me ter ajudado a localizar os cadernos de “retalhos” de Lima Barreto na FBN (onde não estão ainda catalogados) e ao Prof. Thiago Mia Salla por ter feito as diligências necessárias para que eu pudesse aceder a uma carta de Lima Barreto a Fidelino de Figueiredo (localizada no acervo deste escritor português na USP).

Agradeço também aos colegas do PNAP-R e PNAP (2014) pelo ótimo ambiente criado.

Sem o financiamento do Programa PNAP-R, a presente monografia era inviável, pelo que agradeço ao Ministério da Cultura do Brasil e à Fundação Biblioteca Nacional a oportunidade dada.

Índice

Introdução[1]

Estamos em crer que os estudos sobre a recepção da literatura brasileira do pré-modernismo ou da *Belle Époque*[2] no campo literário em Portugal durante as duas ou três primeiras décadas do século XX ainda são relativamente limitados, sobretudo quando se trata de inquirir os espólios dos escritores brasileiros ou portugueses que viveram neste período.

Com as notáveis exeções de Cristiane d'Avila (2013) e de Arnaldo Saraiva (2004), o conjunto de teses de doutorado e de dissertações de mestrado produzido no meio universitário pouco ou nada terá a respeito dos materiais privados e inéditos dos acervos literários com interesse para tal objeto estudo. Avila resgatou dos fundos documentais do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, pertencentes à Biblioteca Nacional de Portugal[3], sessenta e duas cartas inéditas de João do Rio a João de Barros e outras nove a Carlos Malheiro Dias. Reproduziu em *fac-simile*, transcreveu e anotou toda essa correspondência que permite adentrar certas redes de sociabilidade e certos mecanismos de acolhimento da *Belle Époque* brasileira em Portugal. Por sua vez, e apesar de a sua tese também não se centrar no tema da recepção e de ser sobretudo acerca das relações entre os modernismos português e brasileiro numa perspetiva de literatura comparada, Saraiva apresentou uma documentação inédita ou dispersa em fontes de difícil acesso

1 A norma ortográfica seguida no texto que redigi para esta monografia é a resultante do último Acordo Ortográfico entre os Países Lusófonos e oficialmente aplicada no Brasil, segundo o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (2009).

2 Usamos aqui os termos «pré-modernismo» ou *Belle Époque* como sinônimos, embora saibamos que a terminologia não está isenta de polêmica na historiografia e crítica literária do Brasil. Usamo-los no sentido cronológico dado por Alfredo Bosi (1979) a «pré-modernismo».

3 Doravante o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal será referido através do acrônimo ACPC-BNP.

com inegável relevância. Além de outros materiais, deu a conhecer não só uma dezena de cartas entre Ronald de Carvalho, Luís de Montalvor e Fernando Pessoa que ajuda a esclarecer a participação do escritor brasileiro no empreendimento da revista *Orpheu*, mas também autógrafos inéditos de Eduardo Guimaraens que se destinavam a ser publicados na mesma revista e uma carta desconhecida de Manuel Bandeira ao poeta simbolista português Eugénio de Castro averiguando a hipótese de ser editado em terra lusa.

Mais laterais para os nossos objetivos, já que demasiado descentradas da questão da recepção da *belle époque* brasileira em Portugal, as teses de doutorado de Luciana Lilian Miranda (2014) e de Jorge Luís dos Santos Alves (2009) também têm informações de interesse. A primeira porque, ao trabalhar as relações transatlânticas de João de Barros e a sua causa luso--brasileira, utiliza ocasionalmente cartas do seu espólio e tem um capítulo sobre o opúsculo *Olavo Bilac e Euclides da Cunha*. A segunda por salientar a relevância da coleção Carlos Malheiro Dias, depositada no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), enquanto fonte de documentos primários para o conhecimento das relações culturais luso-brasileiras de fins do século XIX até às três primeiras décadas do século XX. No acervo, encontram-se, por exemplo, cartas de Coelho Neto, Ronald de Carvalho ou Oliveira Lima ao autor de *A mulata*.

Fora do circuito das teses acadêmicas, rareiam edições de textos, monografias, ensaios ou artigos cuja base de trabalho essencial tenha sido a exploração articulada dos materiais e dos espólios acima referidos. De entre os poucos exemplos, salientemos que Elza Miné (1988 e 1997) trabalhou marcas da presença do pré-modernismo brasileiro e de Graça Aranha no acervo de Jaime Batalha Reis guardado no ACPC-BNP, ou que Cláudia Poncioni (2006) estudou os vestígios do pré-modernista

João do Rio no acervo de João de Barros igualmente em depósito nessa instituição[4].

Se alargarmos a inquirição para fora das fronteiras dos espólios e dos espaços privados, o «estado da arte» não parece ser substancialmente distinto. Há poucas teses de doutorado e dissertações de mestrado com interesse para a pesquisa do acolhimento da literatura brasileira do pré-modernismo ou da *Belle Époque* no campo literário em Portugal durante as primeiras décadas do século XX. Entre as poucas exceções, talvez o exemplo mais importante seja Fernanda Suely Müller (2011a). Embora não incida especificamente sobre o nosso tema, Müller forneceu algumas informações relevantes e catalogou mais de uma centena de fontes primárias para o estudo das relações literárias luso-brasileiras do período de 1899-1922. Fê-lo a partir de uma série de revistas portuguesas, designadamente a «híbrida» *Atlântida*, a «de ilustração» *Portugal-Brasil*, a «política» *Nação Portuguesa* e as «literárias» *Orpheu* e *A Rajada*. Incorporou ainda, de modo subsidiário, as revistas *A Águia*, *O Ocidente*, *Ilustração Portuguesa* e *Serões*.

A verdade é que a sensação de escassez quanto à pesquisa da recepção mais pública da literatura pré-modernista brasileira em Portugal não fica morigerada quando deixamos o terreno das teses e dissertações acadêmicas. Salvo erro, não há nenhuma visão de conjunto sobre o tema ou estudo de caso sistemático sobre a leitura lusitana de escritores brasileiros do período. Provavelmente, Mário Monteiro (1936) terá escrito a obra mais interessante, até porque entremeia o estudo e algumas memórias pessoais de suas relações com escritores brasileiros pré-modernistas, mas trata-se de trabalho que releva mais do testemunho histórico-documental e menos da pesquisa

---

4 Em 2016, foi publicado um livro que reproduz e explora a correspondência entre João do Rio e João de Barros, mas não nos foi possível ter acesso ao mesmo em tempo útil. Trata-se de *Muito d'alma: cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros: 1909-1921* 2016.

monográfica com intuitos de sistematização. Ainda assim, este antigo chefe de redação do jornal carioca *A Noite* teve o mérito de transcrever algumas fontes primárias e apresentar alguma iconografia atestando quer a recepção de Olavo Bilac em jornais e revistas portugueses, quer as relações pessoais do célebre autor brasileiro com João de Barros ou Guerra Junqueiro.

Ao expandirmos o *corpus* do espaço privado dos espólios para o domínio público dos jornais, revistas, livros e outras fontes primárias, verificamos, pois, que a sensação de escassez face ao «estado da arte» sobre a temática em causa não desaparece. Será que a situação se altera caso alarguemos um pouco o horizonte temporal e os autores a incorporar? Caso pesquisemos, por exemplo, a bibliografia secundária respeitante à recepção portuguesa de autores brasileiros do século XIX cujos ecos ainda se faziam sentir no dealbar de Novecentos ou cuja carreira ainda se cruza com as suas primeiras décadas? Se incorporarmos, por exemplo, os românticos, os parnasianos, os simbolistas ou Machado de Assis? Sim, se a pesquisa pelo *corpus* de cartas e outros materiais do foro privado, ou de textos em jornais, revistas, livros, dicionários ou almanaques do domínio público, for estendida até meados do século XIX. Talvez não, se o corte temporal estiver restringido às primeiras décadas do século XX, ao tempo da *Belle Époque*.

Sim, porque, sem a preocupação de sermos exaustivos, encontramos uma série de exemplos demonstrando que a bibliografia secundária sobre a presença em Portugal dos românticos ou de Machado de Assis não é tão escassa quanto a que se foca na recepção do pré-modernismo. Recentemente, Maria Eunice Moreira (2010, 2012 e 2013) não só estudou a recepção mais ou menos coetânea de José de Alencar, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu, mas também editou narrativas que este último havia dado à estampa em velhas publicações periódicas do Portugal de meados do século XIX. Muito antes destes estudos recentes, já Henrique de Campos Ferreira Lima (1939 e 1942) havia escrito algo sobre o

acolhimento lusitano de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu. Ainda sobre os românticos brasileiros em Portugal, encontramos um trabalho de Eduardo Melo França (2014) em torno de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Junqueira Freire. Por sua vez, Pedro da Silveira (1981) rastreou vestígios públicos e privados de parnasianos e simbolistas brasileiros ao tempo em que a Universidade de Coimbra ainda tinha muita procura de estudantes da outra banda do Atlântico, como Gonçalves Crespo, Luís Guimarães Filho e outros. Além disso, Arnaldo Saraiva (2009), Ernesto Rodrigues (2009), Pedro Calheiros (1993) ou Jean-Michel Massa (1974) abordaram diversos aspetos da recepção portuguesa de Machado de Assis. Talvez não, porque nenhum destes estudos tem uma particular incidência histórico-documental sobre a recepção dos românticos, parnasianos e simbolistas mencionados ou de Machado de Assis no recorte temporal de 1900-1922. O recorte destes estudos era essencialmente o século XIX.

Aliás, nem mesmo os estudos provavelmente mais em vista quando se trata de abordar as relações literárias luso-brasileiras dos séculos XIX e XX, como, por exemplo, Benjamin Abdala Júnior (2003), João Alves das Neves (1992) ou Nelson Vieira (1991) procuram incidir no corte da *Belle Époque*. O primeiro refere superficialmente alguns dados já conhecidos, como seja a relação entre João do Rio e João de Barros. O segundo repassa informações sobre a presença da literatura brasileira em Antero de Quental ou sobre os contatos brasileiros de Eça de Queirós, mas nada adianta quanto ao acolhimento do pré-modernismo brasileiro em Portugal durante as primeiras décadas do século XX. O terceiro e último é sobre imagens e representações literárias recíprocas, em seus mitos e realidades, e não acerca da recepção. Integra mesmo um pequeno texto sobre Lima Barreto, mas nessa perspetiva da representação do português e nada tem a ver com a presença do escritor carioca em Portugal.

Aproveitamos o ensejo para referir que desconhecemos a existência de bibliografia secundária especificamente sobre

esta recepção do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* em solo lusitano, descontando Fernanda Suely Müller (2011b), que, como veremos, abordou parcelarmente a presença de Lima Barreto na revista portuense *A Águia*.

Excetuando esta referência, o que existe, como, por exemplo, Laurence Hallewel (2005) ou Francisco de Assis Barbosa (1981), não corresponde a monografias, ensaios ou artigos cujo foco seja a presença de Lima Barreto em Portugal. Ainda assim, por se reportarem a algumas informações sobre a primeira edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pelo editor lisboeta A. M. Teixeira, têm certa pertinência.

Por maioria de razão, torna-se óbvio que o espólio de Lima Barreto, depositado na Fundação Biblioteca Nacional[5], no Rio de Janeiro, nunca foi estudado nesta ótica de identificação, interpretação e teorização da presença do autor carioca em terras lusas durante o seu período de vida. É precisamente isto que nos propomos levar a cabo.

Tendo chegado a este ponto, realcemos quais as motivações que estão por trás do projeto de investigação.

Uma deriva do próprio «estado da arte» que acabamos de traçar nas suas linhas de força. Vem de um contexto em que se constata o relativo descaso com o trabalho sobre os materiais privados ou inéditos dos espólios para esclarecer a recepção dos escritores brasileiros da *Belle Époque* em Portugal, a escassez de estudos interpretativos aprofundados do mapa lusitano da recepção pública da mesma literatura pré-modernista e a quase absoluta ausência de estudos especificamente acerca do acolhimento particular de Lima Barreto na outra banda do Atlântico.

Uma outra prende-se com a nossa trajetória de pesquisa acadêmica. Vem na sequência de vários trabalhos sobre alguns materiais privados e inéditos depositados em espólios de

---

5 Doravante a Fundação Biblioteca Nacional será referida através da sigla FBN.

escritores portugueses, e que se relacionavam com autores brasileiros. Mais concretamente vem de um projeto mais amplo «Mãos que se tocam, testemunham e escrevem: os escritores brasileiros do pré-modernismo nos espólios literários em Portugal (1900-1922)», apresentado na Escola São Paulo de Estudos Avançados sobre Globalização da Cultura no Século XIX (2012), mas fazendo o caminho inverso do mesmo e focando um escritor em particular[6]. Projeto esse que partira, aliás, de um nosso ensaio intitulado «Romances e romancistas brasileiros em Portugal: o caso da revista *Atlântida* (1915-1920)», no qual se prestava marginalmente alguma atenção ao caso da tíbia recepção de Lima Barreto nesta publicação[7].

Uma última motivação resulta de uma parcela do nosso enquadramento institucional. Integrados num grupo de pesquisa do Centro de Literaturas de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), o GI 6 (Brasil-Portugal: cultura, literatura, memória), dirigido pela professora Vania Pinheiro Chaves, que, entre outras metas, visa o «resgate e estudo de fontes culturais, literárias e históricas brasileiras e portuguesas, inéditas ou publicadas em jornais, revistas, antologias e livros», bem como «o conhecimento, análise e desenvolvimento das relações luso--brasileiras, sobretudo na área da historiografia, crítica e criação literárias, e em textos que constroem imagens do Outro»[8], desenvolvemos, pois, um interesse especial pelos estudos de recepção, fontes primárias e espólios no âmbito das relações literárias luso-brasileiras.

Partindo destas motivações, apresentemos, sumariamente, o *corpus*, o enquadramento teórico-metodológico, os diferentes níveis discursivos e os objetivos da pesquisa.

---

6 Cf. Lopes 2012a.

7 Cf. Lopes 2012b.

8 Conferir os objetivos do grupo em: www.clepul.eu/Ptg/ViewArea/6.

O *corpus* essencial será formado em função dos materiais guardados no espólio de Lima Barreto, depositado na FBN, no Rio de Janeiro. Complementarmente, o *corpus* decorrerá da coleção de jornais, revistas e outras publicações periódicas da FBN, de documentação de outros acervos brasileiros, de dados a obter em arquivos e bibliotecas portugueses.

O horizonte teórico está vinculado aos conceitos de «sistema», «campo» e «estratégia literária». Será que houve um «sistema», no sentido de Antonio Candido (1964), que reunisse textos de Lima Barreto, críticos literários e público portugueses? Será que houve um «campo», no sentido de Pierre Bourdieu (1992), onde o nome e os textos de Lima Barreto tivessem circulado e sido hierarquizados no âmbito da recepção da literatura brasileira do pré-modernismo ou *Belle Époque* em Portugal durante as primeiras décadas do século XX? Terá Lima Barreto promovido uma estratégia literária, no sentido de Fernand Divoire (1912), para ser conhecido e reconhecido em Portugal?

A metodologia a utilizar incorpora a identificação das fontes primárias pertinentes (livros e textos de Lima Barreto editados em Portugal; artigos, resenhas, notícias e materiais publicitários em livros, jornais, revistas, almanaques ou dicionários que atestem a circulação portuguesa do nome e das obras do autor carioca; cartas, cartões e bilhetes-postais; livros com dedicatórias autógrafas do escritor, etc.), a identificação dos seus agentes (autores, jornais ou revistas) e a interpretação de todo este material em função das categorias acima referidas de «sistema», «campo» e «estratégia».

Os objetivos passam por saber fundamentadamente em que medida os materiais guardados no Arquivo Lima Barreto da FBN, complementados por documentação de outra proveniência, como, por exemplo, o acervo de revistas e jornais da própria FBN ou os fundos de bibliotecas portuguesas (em particular, os do ACPC-BNP), permitem ou não responder às questões há pouco levantadas.

Por outras palavras e correndo o risco da redundância: Quais as publicações da imprensa literária portuguesa em que se processou o acolhimento inicial do autor carioca? Quais os materiais privados que documentam a sua recepção portuguesa? Quais eram os agentes portugueses e brasileiros aí implicados? Como traçar uma reconstrução histórico-documental dessa receção? Houve um «sistema» luso-brasileiro congraçando materiais de Lima Barreto, leitores e críticos portugueses nas três primeiras décadas do século xx? Qual o lugar do autor no «campo» da recepção portuguesa de pré-modernismo brasileiro? Foi um lugar mais atinente ao polo simbólico ou ao polo comercial? Houve uma «estratégia literária» por parte de Lima Barreto para se divulgar e à sua obra do outro lado do Atlântico, com uma rede de contatos, correspondência, listas de ofertas de livros e de endereços?

A recepção de Lima Barreto em Portugal

O espólio de Lima Barreto na Fundação Biblioteca Nacional

Quando faleceu, a 1 de novembro de 1922, Lima Barreto deixava publicados quatro romances (*Recordações do escrivão Isaías Caminha*, 1909; *O triste fim de Policarpo Quaresma*, 1915; *Numa e a ninfa*, 1915; *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, 1919), um livro de contos e apólogos (*Histórias e sonhos*, 1920), e uma «novelinha» humorística em dois fascículos (*Aventuras do Dr. Bogoloff*, 1912). Deixava ainda preparados para edição três volumes de crônicas (*Os Bruzundangas*, que saíriam pouco depois da morte do escritor; *Bagatelas*, que seria editado logo em 1923, e *Marginália*, que ainda demoraria mais de três décadas até ser realmente publicada). Além disso, o autor carioca legava à posteridade centenas de crônicas, contos e outros textos esparsos por jornais e revistas.

Esta era a parte pública e édita da sua obra. No entanto, na sua casa modesta da Rua Mascarenhas, no subúrbio de Todos-os-Santos, Lima Barreto como que legava o seu espólio relativamente organizado em conjuntos de «amarrados» colocados nas prateleiras das estantes da biblioteca pessoal do escritor. Entre originais de romances, crônicas, contos e outros textos, cadernos de anotações e colagens, documentos pessoais ou correspondência ativa e passiva, o espólio era de uma riqueza ímpar. No entanto, passou mais ou menos desapercebido.

Aliás, desde meados dos anos 1920 até meados da década de 1940, o interesse editorial e sistemático por Lima Barreto foi algo limitado. Ninguém cogitou na publicação das suas «obras completas». Ninguém pretendeu identificar, reunir e publicar as centenas de textos dispersos pela imprensa. Ninguém visou coligir e editar a correspondência do autor e para o autor. A mera reedição das obras publicadas quase estancara.

Tal desinteresse não significava o completo esquecimento da obra e da figura de Lima Barreto. De forma ocasional e assiste-

mática, era reeditada uma ou outra obra. Eram também publicados contos, crônicas, cartas e outros textos inéditos, ou testemunhos de contemporâneos. Contudo, representava uma certa incúria face a uma posteridade mais condigna do malogrado escritor.

Em diversas ocasiões, Francisco de Assis Barbosa, autor da biografia de referência de Lima Barreto e principal artífice do seu processo de revalorização, explicou como essa situação de relativo descaso foi invertida e como foi levada a efeito a descoberta do espólio guardado pelos irmãos do escritor na casa de Todos-os-Santos:

> Apesar de desfalcado, para não dizer empastelado, fomos encontrá-lo, a tempo de ser salvo, nos baixos de um guarda-comida, na residência da irmã do escritor, no subúrbio de Todos os Santos. A biblioteca extraviara-se. Agradecida a José Mariano Filho, que custeara as despesas do enterro, a família entregara-lhe os oitocentos e tantos volumes da coleção «Limana» […]. Resultado: perderam-se os livros. José Mariano não dera maior valor ao presente, atirando-os ao porão da sua chácara, em Jacarepaguá. Muito pouco, quase nada, sobrou da fúria devoradora das traças e dos cupins. À mercê de tantas mudanças, de subúrbio para subúrbio, até descansar no guarda-comida, de volta a Todos os Santos, onde o escritor morou cerca de vinte anos, até a morte, o arquivo não havia de todo desaparecido. Pelo menos, uns setenta por cento ali se encontravam intactos. (Barbosa 1981: 22)[1]

Esta descoberta do espólio ocorreu em meados dos anos 1940. Mais do que familiar e privado, o espólio correspondia a património público. E foi por isso que Francisco de Assis Barbosa intermediou a sua aquisição por parte da Biblioteca Nacional, então dirigida por Rubens Borba de Moraes.

Com base neste precioso arquivo de Lima Barreto e nos livros publicados ainda no período de vida do autor, Francisco de Assis Barbosa deu à estampa a sua biografia de referência e organizou ou ajudou a organizar edições das «obras completas» do escritor carioca.

---

1 Atualizamos a grafia de todas as citações que iremos fazer para a norma ortográfica que seguimos nesta monografia, ou seja, a norma resultante do último Acordo Ortográfico entre os países lusófonos tal e qual está a ser aplicada oficialmente no Brasil.

A pimeira tentativa das «obras completas», pela editorial Mérito, entre 1948 e 1953, não correu conforme as expetativas. Ainda assim, foram então lançadas obras inéditas, como *Clara dos Anjos*, *Marginália*, *Feiras e mafuás* ou o crucial *Diário íntimo*. Sem a devida revisão das provas por Francisco de Assis Barbosa, que fora preterido em favor do pessoal técnico da Mérito, e sem a reunião da correspondência ativa e passiva de Lima Barreto, o projeto ficou truncado e carente de acabamento mais perfeito.

Em 1956, veio então a terreiro a edição das «obras completas» pela editorial Brasiliense, que ainda hoje é a edição de referência. Dirigida por Francisco de Assis Barbosa e contando com uma equipa de escol, este trabalho monumental deu ao público dezassete volumes que deram a conhecer Lima Barreto em maior profundidade. Em boa medida, os últimos quatro volumes (*Diário íntimo*, *Cemitério dos vivos*, *Correspondência I* e *II*) eram mais ou menos inéditos, corrigiam largamente versões antes publicadas e tiravam um melhor partido do espólio guardado na Divisão de Manuscritos da FBN para trazer à luz do dia um «outro» Lima Barreto. Mais íntimo, mais à beira da loucura artística e mais perto das suas redes de sociabilidade literária.

O *Diário íntimo*, que é o volume XIV das «obras completas» da Brasiliense, comportava essencialmente colagens de matérias de jornais e revistas, páginas manuscritas e transcrições autógrafas de textos literários que Lima Barreto foi fazendo durante anos. Distribuídas por mais de noventa tiras e de cento e sessenta páginas, tais materiais foram complementados por outros igualmente da lavra do autor carioca e editados por Francisco de Assis Barbosa. Entre os primeiros balbucios ficcionais e certos aspetos íntimos, o *Diário* mostrava um Lima Barreto desde sempre consciente da questão racial (anota desde pequenas humilhações quotidianas ao desejo de escrever um *Germinal* negro), desajustado face ao seu núcleo familiar (o pai louco, os irmãos alheios aos interesses artísticos e os agregados néscios) e em crise interna com o crescente hábito do

alcoolismo (desrespeitando assim o seu «décalogo» de «nada beber em excesso»[2]).

O *Cemitério dos vivos*, desdobrando-se também no «Diário do hospício» e correspondendo ao volume XV das «obras completas» da Brasiliense, partia igualmente de recortes de jornais e anotações manuscritas em tiras ou em folhas, todos guardados na Divisão de Manuscritos da FBN. Mescla de ficção incompleta e de registos diários de uma das estadas de Lima Barreto no asilo de alienados da Praia Vermelha, *Cemitério dos vivos* era uma confissão pungente de experiências excruciantes[3].

Como veremos, cruza-se inclusive com uma das colaborações que o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* enviou para a revista portuense *A Águia*. Assim, Mascarenhas, o narrador autodiegético deste romance inacabado, refere o transporte em carro-forte para o seu primeiro internamento no hospício:

> Por mais passageiro que seja o delírio, um ergástulo ambulante dessa conformidade só pode servir para exacerbá-lo mais e tornar odiosa aos olhos do paciente uma providência que pode ser benéfica. A medicina, ou a subdivisão que qualquer outro nome possua, deve dispor de injeções ou lá que for, para evitar esse antipático e violento recurso, que transforma um doente em assassino nato involuntário para fera.
>
> Dessa feita, pouparam-me o carro-forte. Fui de automóvel e desde o Largo da Lapa sabia para onde ia. Não tive o menor gesto de contrariedade, quando percebi isto, embora me aborrecesse passar pelo Pavilhão.
>
> Não guardava nenhum ressentimento dessa dependência da Assistência a Alienados, mas o seu horror à responsabilidade, que o impede de dar altas por si, fazia-me ver que eu, apesar de sentir-me perfeitamente são, tendo de passar por ele, teria forçosamente de ficar segregado mais de um ou dous meses, entre doentes de todos matizes, educação, manias e quizílias. Tristes e dolorosas lembranças... (Barreto 1956b: 153)

---

2 Cf. Barreto 1956a.
3 Cf. Barreto 1956b.

Assim, notemos que esta passagem se baseia na experiência de Lima Barreto quando foi internado por vez primeira em 1913 e que o seu conto «Como o 'homem' chegou», publicado em *A Águia*, de Abril e Maio de 1915, foi a tradução ficcional de tão doloroso «traslado».

Por sua vez, os dois tomos da *Correspondência*, volumes XVI e XVII das «obras completas» da Brasiliense (Barreto, 1956c-d), vieram enriquecer bastante as cartas publicadas esparsamente e o trabalho pioneiro de Edgar Cavalheiro (1956). Estes dois tomos assentavam igualmente e em boa medida no espólio de Lima Barreto. Mostravam à saciedade o cuidado com que o escritor seguia a sua carreira e estava atento ao campo literário brasileiro do seu tempo.

Logo no início da divulgação do nome e da obra, entre o aparecimento da *Floreal* e a publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pela casa lisboeta A. M. Teixeira, o escritor se apressava a cartear-se com quem, autorizadamente, o mencionara. Pensemos, por exemplo, na sua carta de 7 de fevereiro de 1909 a Gonzaga Duque ou numa outra a Medeiros e Albuquerque datada de 15 de dezembro de 1909.

Mais tarde, quando já era bem conhecido no meio literário brasileiro, raramente deixava sem resposta e crítica construtiva os jovens autores estreantes que lhe enviavam os seus livros, como, por exemplo, Ranulfo Prata ou Eneas Ferraz. Na verdade, Lima Barreto até se carteava com escritores já consagrados, como o crítico José Veríssimo, o poeta Olavo Bilac ou o jurista Rui Barbosa, e respondia de modo construtivo a autores do polo talvez mais mundano e menos simbólico do campo literário, como Albertina Berta[4].

A leitura microscópica destes volumes já permitia entrever certas notas acerca da recepção de Lima Barreto em Portugal.

No *Diário íntimo*, o escritor anotava a colagem de uma matéria de Albino de Forjaz Sampaio, o corretor português do original de *Recordações do escrivão Isaías Caminha,* sobre este mesmo romance

---

4 Cf. Barreto 1956c-d.

nos seus «retalhos». Anotava ainda o envio de exemplares de *O triste fim de Policarpo Quaresma* para a revista portuense *A Águia*, para a editora lisboeta A. M. Teixeira e para Costa Macedo. Este último, como veremos, embora tenha erradamente passado até agora como brasileiro, foi, na verdade, um mediador português das relações literárias luso-brasileiras, tendo intermediado certos contatos de Lima Barreto com Portugal e vivido longos anos no Rio de Janeiro[5].

Nos dois tomos da *Correspondência*, aparecia já o conjunto das cartas trocadas com o editor lisboeta A. M. Teixeira, outras com o dileto amigo António Noronha dos Santos a esclarecerem este processo de edição na outra banda do Atlântico e outras ainda a apontarem para possíveis relações epistolares com escritores portugueses, como, por exemplo, Fidelino de Figueiredo[6].

Nem todas estas fontes e informações hauridas no espólio descoberto por Francisco de Assis Barbosa e adquirido pela FBN eram rigorosamente inéditas. Trechos do *Diário íntimo* e do *Cemitério dos vivos* já haviam aparecido nos anos 20. Algumas cartas foram sendo publicadas, como aconteceu com uma enviada por Lima Barreto ao referido editor lisboeta. Edgar Cavalheiro (1955) havia dado um primeiro passo importante na divulgação mais sistemática do epistolário «lima-barretiano». Todavia, independentemente destes preciosismos bibliográficos, o certo é que as «obras completas» da Brasiliense não esgotavam esse autêntico tesouro que era e é o espólio de Lima Barreto acondicionado nas gavetas e estantes de metal da Divisão de Manuscritos da FBN.

Os seus manuscritos, datiloscritos ou mistos autógrafos, as suas colagens de materiais impressos para efeitos de correção ou de fonte de criação, as suas matérias escritas e iconográficas díspares, continuaram ou podem continuar a dar azo a edições críticas dos principais livros, a edição de textos nunca publicados, de iconografia desconhecida e até de livros inéditos.

---

5 Cf. Barreto 1956a.
6 Cf. Barreto 1956c-d.

Durante muitos anos, para adentrar este rico manancial, os pesquisadores interessados apenas dispunham de um instrumento de pesquisa tão rudimentar como os ficheiros manuais da Divisão de Manuscritos da FBN.

Contudo, em 1981, o Centenário do Nascimento de Lima Barreto permitiu o início da alteração deste panorama. Com efeito, esta Exposição do Centenário serviu de base para a elaboração de um «Catálogo»[7] que tornou acessível um conjunto de informações até então confinado a pesquisas *in loco*. A própria capa desse catálogo era de *per si* valiossísima, pois consistia na reprodução *fac-simile* da cobertura do caderno em que Lima Barreto anotou detalhadamente a sua biblioteca pessoal e os seus «amarrados», tal como se encontravam em 1917. Entre outras informações preciosas, o «Catálogo» disponibilizava a descrição arquivística dos materiais preparatórios ou dos manuscritos dos principais romances do escritor, de peças de teatro, crônicas e contos inéditas (por exemplo, a peça *A Apólice*), de diversa correspondência ativa e passiva.

Em parte, o «Catálogo» e a Exposição em que se baseara continham também materiais relevantes para o estudo da recepção de Lima Barreto em Portugal. Embora não se tratasse de matéria inédita, lá estavam descritas e expostas a minuta de uma carta do escritor carioca ao editor lisboeta A. M. Teixeira, cartas enviadas por este mesmo editor e por António Noronha dos Santos a Lima Barreto, todas elas importantes para aprofundar o esclarecimento da primeira edição de *Recordações do escrivão Ísaias Caminha* em Portugal. Lá estava também o número da revista *A Águia* em que o escritor carioca publicou por vez primeira um texto seu nesta prestigiada publicação portuense, a saber, o conto «Um e o outro».

Quase uma década após a publicação deste «Catálogo», surgiu um outro instrumento de pesquisa para adentrar o espólio de Lima Barreto. Desta feita, era um instrumento sistemático e doravante incontornável. Tratava-se do catálogo do Arquivo Lima Barreto feito

7 Cf. *Lima Barreto: 1881-1922*: *catálogo da exposição comemorativa do centenário de nascimento* 1981.

por Damasceno (1989). Desde logo, ele inventariava toda a correspondência ativa e passiva, incluindo a que não havia sido publicada nos dois tomos da *Correspondência* editados pela Brasiliense, em 1956. Além disso, elencava os papéis pessoais do escritor, desde certificados escolares a álbuns de recortes de jornais e revistas com colaboração própria ou alheia, desde recibos e faturas a caderno de notas sobre a distribuição de *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Catalogava ainda para cima de cem textos titulados (entre eles, os manuscritos dos principais romances), cerca de trinta textos não titulados e outros materiais com anotações pessoais para projetos. Por fim, Damasceno transcrevia perto de três dezenas de cartas inéditas.

Este trabalho de sistematização comportava informações cruciais para a nossa temática específica, ou seja, a recepção de Lima Barreto em Portugal. Excluindo o que já se sabia anteriormente a respeito dos materiais atinentes à primeira edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* em Portugal, Damasceno trazia várias novidades. Inventariava cartas e bilhetes de Fidelino de Figueredo e de Carlos Malheiro Dias para Lima Barreto. Remetia um material epistolar que Costa Macedo enviara ao autor carioca a relações com a revista portuense *A Águia*. Remetia um outro material enviado por Astrojildo Pereira a possível contato com um editor lisboeta. Trancrevia uma carta desconhecida do amigo Mário Galvão relatando os seus esforços, na Lisboa de 1910, para conseguir que jornalistas e homens de letras portugueses escrevessem sobre *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Ainda hoje, e a despeito dos modernos meios informáticos, da rede mundial de computadores e do *site* da FBN, este catálogo elaborado por Damasceno permanece incontornável para quem pretenda adentrar o espólio de Lima Barreto. Felizmente, encontra-se em linha no próprio *site* da FBN.

Embora baseadas no espólio de Lima Barreto e no universo então conhecido dos seus textos publicados em livro ou na imprensa, as «obras completas» editadas pela Brasiliense em 1956 estavam longe de esgotar a riqueza de tal espólio e o conjunto dos textos efetivamente dados à estampa pelo autor carioca. Haviam ficado de

fora algumas crônicas, contos e outros textos, nomeadamente quando se tratava de matérias publicadas anonimamente ou assinadas sob pseudônimo. Havia também textos inéditos e cartas por editar. Havia ainda documentação e iconografia subsidiárias ao cabal entendimento da obra e da vida. Aliás, como acabamos de assinalar, o próprio Damasceno deu à estampa cerca de trinta cartas inéditas.

Deixando de lado o que o espólio tem permitido em termos de fontes para o estabelecimento de edições críticas, de que o manuscrito «Episódios da vida do Major Quaresma e outras histórias» auxiliando a fixação do texto de *Triste fim de Policarpo Quaresma*[8] é até hoje o exemplo por antonomásia, vejamos, sumariamente, os marcos fundamentais do diálogo dos pesquisadores com os «guardados» de Lima Barreto na FBN.

Em 1997, Beatriz Resende publicou *O subterrâneo do Morro do Castelo*, livro que reunia uma série de reportagens que Lima Barreto havia escrito anonimamente para o carioca *Correio da Manhã* entre abril e junho de 1905. Obra da maior relevância, posto tal série ser inédita em livro e ser um primeiro exercício público de Lima Barreto no sentido de combinar reportagem e ficção, crônica e novela, a autenticidade da sua autoria só pôde ser estabelecida a partir da consulta direta ao espólio do escritor.

> O que legitima a autoria, no entanto, é a inclusão no interior da reportagem da história de D. Garça, narrativa cujos manuscritos estão guardados na Biblioteca Nacional, quase seguramente escrita antes da sua contribuição à imprensa. (Resende *apud* Barreto 1997b: 11)

Em 2004, Beatriz Resende e Rachel Valença lançaram um trabalho ciclópico em que reuniram a totalidade das crônicas de Lima Barreto[9].

Nos dois volumes de *Toda a crônica*, entre outros inéditos em livro, apareciam a primeira crônica publicada por Lima Barreto

---

8 Cf. Barreto 1997a.
9 Cf. Barreto 2004.

(«Francisco Braga – concertos sinfônicos», *Lanterna*, 1/12/1900), o texto «O theatro municipal», assinado por um tal de Diabo Coxo nas páginas de *O Diabo: revista infernal de troça e filosofia,* no remoto ano de 1903 ou o escrito anti-nacionalista «A minha Alemanha», propositadamente omitido das «obras completas» da Brasiliense editadas em 1956 para não contrariar a onda patriótica do período.

Apareciam igualmente valiosas reproduções «fac-similares» de documentos autógrafos, manuscritos, datiloscritos e mistos que, tendo sido desencantados do espólio de Lima Barreto acondicionado nas gavetas e estantes de metal da Divisão de Manuscritos da FBN, haviam permitido às pesquisadoras identificar algumas colaborações desconhecidas do escritor carioca para a imprensa. A título de exemplo, foi este o caso de um documento que continha uma lista de colaborações em jornais e revistas redigida pelo próprio Lima Barreto, dando conta do nome e local das publicações periódicas, do título dos textos e do ano ou data dos mesmos. Era, pois, um documento particularmente importante para identificar e localizar algumas crônicas anônimas ou escritas sob pseudônimos.

Em 2011, Lilia Moritz Schwarcz publicou os *Contos completos*, de Lima Barreto[10]. Neste seu trabalho de identificação, localização, reunião, sistematização e edição, a pesquisadora tirou largo proveito dos «tesouros» guardados no espólio. Independentemente de serem ou não completos, de expressarem ou não um texto razoavelmente próximo da vontade autoral de Lima Barreto, os mais de quarenta contos ou textos completamente inéditos aí dados à estampa traziam à tona um escritor *in fieri* hesitando por vezes entre mais do que uma versão do mesmo conto e abordando os mais diversos temas ficcionais.

Particularmente importante para o nosso objeto da recepção de Lima Barreto em terras lusitanas é o conto «Dr. Fonseca». No verso de uma das tiras em que o redigiu, o autor brasileiro anotou que o havia publicado em Lisboa, em 1909. Informações an-

---

10 Cf. Barreto 2011.

teriores devidamente colhidas no espólio já nos tinham alertado para a forte possibilidade de uma sua colaboração desconhecida na imprensa portuguesa, mas a nota em que Lilia Schwarcz referia tal anotação veio reforçar e esclarecer a pista.

Neste contexto, quando iniciamos a nossa pesquisa no espólio de Lima Barreto, parecia que o mesmo já quase não comportaria textos inéditos e surpresas de maior. Excluindo algumas cartas, cartões e bilhetes enviados por escassos correspondentes lusitanos a Lima Barreto, que já se encontravam mais ou menos devidamente identificadas no já referido Damasceno, seria viável descobrir ainda algo ignoto e com interesse para a relação do escritor com Portugal?

A resposta foi positiva. Além de documentação secundária, arquivada para efeitos de informação e preparação de textos ou trechos sobre escritores portugueses, o espólio ainda tinha algumas novidades. Havia mesmo duas crônicas inéditas, autógrafas de Lima Barreto. Uma estava completa, destinava-se a ser publicada na sua revista *Floreal* e centrava-se na denúncia de massacres de tribos indigenas então cometidos pelo colonialismo português nas possessões africanas. Augurava mesmo a eventualidade de futuros movimentos independentistas negros. A outra estava incompleta e não permitia saber a que publicação se destinava. O tema era o impacto do assassinato do Rei D. Carlos na imprensa carioca. Impacto esse que Lima Barreto taxava de desmesurado e apenas compreensível à luz do domínio do jornalismo do Rio de Janeiro por capitalistas da colônia portuguesa na cidade.

O espólio comportava igualmente uma carta-circular da revista *Douro-Lisboa-Ribatejo* convidando Lima Barreto a colaborar nas suas páginas em solidariedade com as vítimas das enchentes registadas em começos de 1909 na província lusitana do Douro.

À escala microscópica, foi possível verificar que a publicação dos contos «Dr. Fonseca», «Um e outro» e «Como o 'homem' chegou» em publicações periódicas portuguesas resultou da vontade

consciente do autor e teve o seu conhecimento. Nos manuscritos destes três contos, Lima Barreto anotou a lápis o nome da publicação, o local, o número ou o ano[11].

O espólio de Lima Barreto na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional constitui, pois, o ponto de partida fundamental para a nossa pesquisa acerca da recepção do escritor em Portugal durante as três primeiras décadas do século xx. Aliás, o seu espólio e as fontes originais dos textos publicados são, obviamente, incontornáveis para quem pretenda aprofundar os escaninhos dos processos de criação, memória e publicação do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Assim, por exemplo, as duzenta e cinquenta e quatro folhas do manuscrito «Episódios da vida do Major Quaresma e outras histórias» representam mais do que um mero auxílio para o estabelecimento da edição crítica de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e revelam métodos do trabalho criativo do escritor.

Do mesmo modo, a remissão da conhecida crônica «Volto ao Camões», que Lima Barreto publicou na revista *A. B. C.* em meados de 1918, ao arquivamento e anotação manuscrita de um texto exemplarmente rídiculo de Júlio Dantas, com os seus salões luxuosos e ricos enfatuados, não deixa de ser essencial para entender a relação entre certos atos de «memória futura» e crítica fundamentada nas apreciações literárias do «solitário» de Todos os Santos.

E, último exemplo, a leitura de um artigo como «Nacionalismo», em que Lima Barreto desconstrói a ideia do patriotismo e salienta a irredutível oposição das classe sociais no interior do país, não pode ser senão substancialmente distinta quando lida na sua página original da *Voz do Povo. Orgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do proletariado em geral* ou numa página anódina de um dos livros de crônicas, quando visualmente localizada um pouco acima de dezenas de fotos de sindicalistas e anarquistas estrangeiros deportados pelo governo «patriótico» brasileiro ou sem

11 Mais à frente, explicaremos todos estes documentos (in)éditos e faremos as devidas referências bibliográficas.

a aura do radicalismo corajosamente datado no texto transcrito para uma coletânea publicada muito posteriormente[12].

Provavelmente, com as adaptações necessárias e sem a mesma magnitude, o espólio e as fontes originais dos textos de Lima Barreto abrem espaço para pensar num amplo projeto de pesquisa em termos semelhantes ao do «Estudo do processo de criação de Mário de Andrade nos manuscritos de seu arquivo, em sua correspondência, em sua marginália e em suas leituras»[13].

À margem desta hipótese, interessa salientar que o arquivo de Lima Barreto na FBN não esgota a totalidade da documentação deixada pelo escritor carioca. Embora em escala bem mais reduzida, existem marcas do seu percurso noutras instituições, arquivos, espólios e bibliotecas, incluindo no que toca ao acolhimento do autor em território lusitano. Apenas alguns exemplos.

Há cerca de vinte anos, Nicolau Sevcenko (1997, p. 320) mencionava e citava um «Caderno de colagens e anotações» que havia sido descoberto nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa, considerando-o como uma espécie de celeiro de memória e criação no seu entremeado de recortes de jornais e revistas (desde anúncios de venda de escravos a artigos literários), transcrições de textos alheios e anotações pessoais. Estamos em crer que tal «Caderno de colagens e anotações» comporta recortes de matérias escritas pelo português Albino de Forjaz Sampaio, que foi quem reviu o texto original de Lima Barreto para a primeira edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminhas* pela editora lisboeta A. M. Teixeira, sobre este mesmo romance[14].

---

12 Cf. Anexo 1.

13 Cf. http://www.ieb.usp.br/marioscriptor/index.html.

14 Esta nossa hipótese inicial estava errada, pois, embora não tenhamos descoberto o «Caderno de colagens e anotações» mencionado por Sevescenko, conseguimos localizar o documento no caderno denominado pelo próprio Lima Barreto como «Retalhos II» e é neste que se encontra o recorte de uma resenha crítica de Albino de Forjaz Sampaio à primeira edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

No Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, há seguramente uma carta que o escritor enviou a Fidelino de Figueiredo[15]. Em Lisboa, encontramos uma carta enviada a Carlos Malheiro Dias, depositada no espólio deste último no ACPC-BNP, e vários livros de Lima Barreto com dedicatórias autógrafas a Fidelino de Figueiredo, na biblioteca pessoal que este intelectual português legou à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Neste sentido, a nossa pesquisa desenvolve-se dentro de uma lógica de complementaridade de espólios, arquivos e bibliotecas, bem como num quadro transatlântico de estratégias, sociabilidades e receções literárias.

15 Tivemos acesso ao documento por especial gentileza do Professor Thiago Mia Salla e da responsável do Centro em que se encontra a carta. Diferentemente do que supúnhamos, o documento não se encontrava no Centro de Estudos Portugueses Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mas sim, como acabámos de referir, no Centro de Apoio à Pesquisa em História desta mesma instituição.

Estratégia literária, nome e obra

Fernand Divoire (1912), entremeando sistematização teórica e caricatura, apresentou o conceito de estratégia literária para explicitar uma série de regras que os jovens escritores devem seguir ao iniciar a carreira das letras. Quando publicar? Onde? O quê? Como divulgar o nome, os textos e as obras? A quem divulgar? Tais eram algumas das principais questões para as quais Divoire sugeria conselhos e regras.

À cabeça das sugestões para os noveis autores, encontrava-se a de fundar uma revista, fazer parceria com outros pares desconhecidos, quotizar e lançá-la no segmento das pequenas revistas. Destarte, o autor teria o nome estampado na capa e no sumário da revista. Haveria uma maior circulação e visibilidade. Seria mais fácil publicar um livro no seu próprio nome, mesmo que fosse necessário recorrer a uma edição de autor ou sem qualquer retorno material. Teriam assim sido dados os primeiros passos decisivos da entrada a sério na República das Letras.

Independentemente de encararmos a estratégia literária enquanto uma espécie de razão cínica e arrivismo, enquanto processo (in)consciente naturalmente inscrito na vida literária ou enquanto mecanismo híbrido de interesse relativamente espúrio e de pureza artístico-simbólica, o certo é que mesmo os autores e as correntes estéticas que mais apregoaram o desprendimento face a qualquer reconhecimento e sucesso no campo literário estiveram mais ou menos presos às questões, regras e conselhos ora enunciadas.

Nem os surrealistas nem os dadaístas se lhes furtaram por inteiro. A título de exemplo, reparemos que Norbert Bandier (1999) afirma que André Bréton e Tristan Tzara contrataram agências especializadas em recortar, classificar e selecionar materiais da imprensa referente às suas revistas, publicações e atividades simbolicamente subversivas. Estavam pois interessados em conhecer e direcionar o impacto trazido ao campo literário, artístico e intelectual pelas suas imagens de marca, o surrealismo e o dadaísmo.

Obviamente, Lima Barreto não ficou alheio à estratégia literária e aos conselhos ou regras que devem ser minimamente observados por quem não tem nome no mundo literário. Aliás, acentue-se que há algo de exagero na imagem de marca do autor carioca enquanto solitário, maldito e marginal, sobretudo se pensarmos nela sem os devidos cuidados da dialética do tempo e da biografia. Aliás, o próprio Francisco de Assis Barbosa referiu e demonstrou em várias ocasiões que a solidão e a marginalidade de Lima Barreto também tiveram contrapontos. Contrapontos esses que se manifestaram em diferentes tentativas de gregarismo e de reconhecimento. Leiamos estas declarações de Barbosa:

> Não quero dizer que Lima Barreto não acreditasse na glória. No início da sua vida literária sempre se preocupava em estar dentro de organizações como a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade dos Homens de Letras, a Academia dos Novos [...] Foi atuante dentro da Federação dos Estudantes, onde fez a campanha contra o serviço militar obrigatório. Na revista *Floreal*, tentou reunir um grupo de jovens contra os mandarins das Letras. (Barbosa *apud* Barreto 1997: 405)

As iniciativas e esforços de Lima Barreto para fundar ou se associar a estas instituições de natureza variada foram desenvolvidas em diferentes períodos da sua vida. Se lhes acrescentarmos as tentativas baldas de ser eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1917, 1919 e 1921, verificamos que abrangem praticamente toda a sua existência adulta. Começam antes do surgimento da doença mental do pai, atravessam o período da criação áurea até ao primeiro internamento por alcoolismo em 1913 e vão até pouco antes da morte.

Portanto, talvez não seja despropositado sustentar que o autor de *Recordações do escrivão Ísaias Caminha* teve recorrentemente uma estratégia literária para se integrar e ser reconhecido na República das Letras.

Lima Barreto terá publicado a sua primeira colaboração na imprensa com o texto «Francisco Braga – Concertos sinfônicos» no jornal carioca *A Lanterna* («Orgão oficial da mocidade das nossas

escolas superiores»). À data, 1 de dezembro de 1900, era ainda estudante da prestigiada Escola Politécnica e não assinou o artigo em seu nome próprio.

Até outubro de 1907, quando sai o primeiro número da sua revista *Floreal*, o jovem aspirante a escritor e a jornalista conserva um perfil discreto. Ao mesmo tempo que faz parte da vida social e literária dos cafés do centro do Rio de Janeiro, vai paulatinamente escrevendo e tecendo relações no mundo das letras. Publica os seus textos sob pseudônimo ou de forma anônima. Trabalha recolhidamente nos esboços dos romances *Clara dos Anjos*, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Carteia-se com jovens marginais às posições dominantes do campo intelectual da época. Nos cafés do centro do Rio, como o Java, o Jeremias ou o Papagaio, Lima Barreto participa, pois, em rodas de amigos com pretensões literárias e intelectuais. Uma destas rodas, a do Café Papagaio, ficaria celebrizada em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*:

> Todos nós eramos reformadores. Pretendíamos reformar a moral e a literatura [...]. Nesse dia, na primeira mesa, perto à porta de entrada, aos poucos, reunimo-nos quatro: o Amorim, o Domingos, o Rangel e eu. Quase completo o *Esplendor dos Amanuenses*. (Barreto 1919: 113)

Nesses círculos estavam alguns dos nomes que viriam a colaborar na *Floreal*, como o anarquizante Domingos Ribeiro Filho, o amigo dileto António Noronha Santos ou Ribeiro de Almeida.

Espalha, pois, por alguma imprensa da época um conjunto de textos que, por vezes, condensam e anunciam tendências futuras. Deixando de lado as suas colaborações para as publicações nanicas e efêmeras (por exemplo, *O Tagarela* ou *O Diabo*), refiramos os contributos dados à estampa no então já poderoso jornal *Correio da Manhã* ou na revista *Fon-Fon*.

Entre 28 de abril e 3 de junho de 1905, saíam os dezassete textos anônimos que compuseram a série da reportagem-folhetim «O subterrâneo do Morro do Castelo». As qualidades do futuro romancista notavam-se particularmente pela inserção da crônica folhetinesca de «D. Garça ou o que se passou em começos do

século XVIII nos subterrâneos dos padres da Companhia de Jesus, na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, a mui heróica, por ocasião da primeira invasão dos franceses ao mando de Clerc» no meio da reportagem verídica da demolição então em curso do Morro do Castelo.

Na *Fon-Fon*, onde terá sido inclusive secretário da redação, publica, sob os pseudônimos Philéas Fogg e S. Holmes, as crônicas «Falsificações», «O fio da linha» e «Um novo sport» antes de se demitir por achar que o seu trabalho era preterido face ao de outros colaboradores. Esta demissão parecia ser um sinal de que Lima Barreto ainda valia pouco no campo literário e de que urgia lançar algo em nome próprio.

Entretanto, ía trabalhando afincadamente nos seus projetos de ficção romanesca. No *Diário íntimo*, em anotações presumivelmente de fins de 1904, traça o primeiro projeto do que viria a ser *Clara dos Anjos*:

> Clara dos Anjos, mulher, mulata, 23 anos. Tenente Frutuoso, do Exército, positivista, etc., noivo de Carlota Sá Bandeira.
>
> Guedes (Camilo da Costa), português, interessado; mais tarde, enriquece, parte pra [*sic*] Europa, onde fica, doando alguma coisa à Clara, sua amiga, com quem tem uma filha (Visconde mais tarde de qualquer coisa). (Barreto 1956a: 57)

A 30 de janeiro de 1905, Lima Barreto escreve

> No sábado, fui a casa do Alcides Maia ler o meu livro; acredito que fossem sinceros os elogios que dele me fez, o que me anima a continuá-lo; entretanto, o pensamento foi ainda pouco compreendido, eu o creio, porque ele me tenta a pôr nele um personagem que o livro não comporta. A leitura dos dois capítulos primeiros durou uma hora, e ele fez pequenas observações, emendando, que eu aceitei. (Barreto 1956a: 95)

Pouco interessa que a versão de *Clara dos Anjos* seja substancialmente diferente do que viria posteriormente a ser ou que o livro lido em casa de Alcides Maia tenha sido o *Isaías Caminha* ou o *Gonzaga de Sá*. O importante é notar que o jovem Lima Barreto trabalhava em surdina para construír a sua carreira literária.

Simultaneamente, ia trocando correspondência com vários pares que também pretendiam entrar no campo das letras ou estavam em posições dominadas do mesmo. Entre outros aspetos, as cartas e bilhetes mostram o acompanhamento atento dos jovens autores da literatura brasileira do período. A 27 de junho de 1906, escreve ao amigo Otávio Inglês de Sousa:

> O Domingos tem publicado. A *Gazeta* [de *Notícias*] estampou-lhe um conto, e o *Correio* [*da Manhã*], agora, dois ou três. o da *Gazeta* estava magnífico, os que saíram no *Correio*, bons.
>
> O Alcides chegou. Veio animado. Fez conferências no Sul. Obteve triunfos. [...] O Leal não tem publicado e o Goulart, o que já lemos em manuscrito. Junto encontrarás um soneto do Leal, publicado num jornal de Porto Alegre. (Barreto 1956c-d: I, 149)

Não há nada que remeta para a imagem de marca do solitário, do marginal e do alcoólico. Tudo aponta para um jovem mais ou menos integrado nos mecanismos normais que regem a possível entrada dos novos no campo literário ou que os conservam em posições obscuras. No sentido da ultrapassagem do lugar anônimo e desconhecido a que estava então votado, Lima Barreto reúne esforços para lançar uma revista sua, na qual, ele e outros jovens pudessem publicar os textos em nome próprio.

Em outubro de 1907, nasceria, pois, a revista *Floreal*. Não era um empreendimento de somenos. Implicava a congregação de sócios dispostos a quotizarem, redatores, colaboradores, linha editorial, secções, publicidade, assinantes, correspondência, etc. Implicava uma parte material com sede, sala de reuniões, paginador, impressor, distríbuidor, etc. Uma parafernália de pequenas e grandes tarefas que suscitaria o alargamento da rede de sociabilidade, da circulação do nome e das possibilidades de conseguir editar livro em nome próprio.

Assim sendo, torna-se importante analisar a *Floreal* do ponto de vista do aparecimento e reforço da circulação do nome de Lima Barreto. Não se deve esquecer que, até ao lançamento da revista, ele publicara sempre os textos de forma anônima ou sob pseudônimo. As próprias capas, sumários e editorial eram elucidativas.

Nas capinhas ou folhas de rosto despretensiosas, apareciam sempre destacados o título (*Floreal*), o sub-título («Publicação bi-mensal de crítica e literatura») e o nome do diretor (Lima Barreto).

Nos sumários, o nome de Lima Barreto era presença recorrente. Desde logo, aparece em todos os quatro números por via da publicação dos capítulos iniciais do *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Além disso, aparece no primeiro número, de 25 de outubro de 1907, pela autoria do artigo inicial e da sub-secção «Pretextos», e no terceiro e quarto números, respetivamente de 12 de novembro e de 31 de dezembro de 1907, em virtude da sub-secção «Literatura e arredores».

Por sua vez, o editorial de apresentação da nóvel revista ou «artigo inicial» era todo um programa consciente do lugar subalterno da revista no campo literário brasileiro do tempo e da marginalidade dos nomes que nela escreviam, mas também era simultaneamente uma tentativa de superação destes limites a que Lima Barreto e os seus amigos pares estavam subordinados. Leiamos com atenção esse editorial:

> Não é sem temor que me vejo á frente desta publicação. Embora não se trate do *Jornal do Comércio* nem da *Gazeta de Pekim*, sei, graças a um tirocínio prolongado em revistas efémeras e obscuras, que imenso esforço demanda a sua manutenção e que futuro lhe está reservado. Sei também o quanto lhe é desfavorável o público, o nosso público, sábio ou não, letrado ou ignorante. Faltam-lhe nomes, grandes nomes, desses que enchem o céu e a terra, vibram no éter imponderável, infelizmente não chegando a todos os cantos do Brasil; faltam-lhe desenhos, fotogravuras, retumbantes páginas a cores com chapadas cor vermelho – matéria tão do gosto da inteligência econômica do leitor habitual; e, sobretudo, o que lhe ha de faltar, será um diretor capaz, ultra-capaz, maneiroso, dispondo da simpatia do jornal todo poderoso, [...] Mas, conquanto as nossas divergências sejam grandes, há entre nós uma razão de completo contato: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituais e o nosso dever de nos publicar.
>
> Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pai livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só ha um meio de se chegar ao editor – é o jornal. (Barreto 1907: 3 e 5)

Embora longa, a citação é essencial para entender que Lima Barreto tinha perfeita consciência dos contornos da República das Letras, dos limites que os novos tinham de enfrentar e do que significava a edição de uma revista em nome próprio enquanto mecanismo problemático e possível de superação de tais limites.

Na verdade, e apesar da venda escassa que teve, a *Floreal* não passou completamente desapercebida. Além de referências em alguns jornais e dos cumprimentos públicos de Gonzaga Duque, que era há anos um escritor reconhecido, a revista mereceu o elogio do próprio José Veríssimo. A par de Sílvio Romero, ele era o crítico literário mais importante do país e a sua secção literária no *Jornal do Comércio* tinha enorme prestígio. No seu elogio à revista, Veríssimo afirmava:

> Ai de mim, se fosse a 'revistar' aqui quanta revistinha por aí aparece com presunção de literária, artística e científica.
>
> Não teria mãos a medir e descontentaria a quase todos; pois a máxima parte delas me parecem sem o menor valor, por qualquer lado que as encaremos. Abro uma justa exceção, que não desejo fique como precedente, para uma magra brochurazinha que com o nome esperançoso de *Floreal* veio ultimamente a público, e onde li um artigo «Spencerismo e Anarquia», do Senhor M. Ribeiro de Almeida, e o começo de uma novela, «Recordações do Escrivão Isaías Caminha», pelo Senhor Lima Barreto, nos quais creio descobrir alguma cousa. E escritos com uma simplicidade e sobriedade, e já tal qual sentimento de estilo que corroboram essa impressão. (Veríssimo 1907: 1)

As referências de José Veríssimo encontraram uma alusão reverenciosa nas páginas do último número da *Floreal*. Proporcionaram mesmo o encontro entre o respeitado crítico literário e os dois jovens autores, Lima Barreto e Manuel Ribeiro de Almeida. No dia 5 de janeiro de 1908, nas páginas do seu *Diário íntimo*, o autor carioca anota: «tive elogio do José Veríssimo, nas colunas de um dos Jornais do Comércio do mês passado. Já começo a ser notado. Pelas vésperas do Natal, fui ao Veríssimo, eu e o Manuel Ribeiro. Recebeu-nos afetuosamente» (Barreto, 1956a).

Era o início do alargamento da difusão do nome e da possibilidade de vir a encontrar um editor disposto a dar à estampa um livro seu? Pela sinceridade, pelo ataque desapiedado à imprensa carioca e pela crítica a medalhões da literatura da época (entre os quais, nos capítulos entrementes publicados na *Floreal*, era já facilmente reconhecível o poderoso João do Rio debaixo da máscara desse jornalista balofo e pretensamente original chamado Raul Gusmão), a estratégia literária de Lima Barreto esbarrou em vários obstáculos que retardaram a sua entrada mais a fundo no campo das letras brasileiras. Passaram quase dois anos até conseguir editar *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e foi necessário encontrar editor fora do próprio Brasil.

Porém, o que nos interessa, pelo menos por ora, é ressaltar que o jovem autor carioca terá desenvolvido uma estratégia literária para se divulgar e editar obra em nome próprio logo desde a primeira década do século xx.

Aliás, estudiosos recentes, como, por exemplo, Lília Schwarcz, são taxativos a respeito das expetativas que Lima Barreto depositava na sua carreira literária e da batalha que ele travou pela visibilidade da mesma:

> São notáveis o número de cartas trocadas com intelectuais da corte e de províncias afastadas; a quantidade de obras de sua autoria enviadas a colegas de profissão no Rio de Janeiro e em outros estados; o esforço pessoal para publicar seus contos, romances e crônicas; ou o material recolhido pelo escritor, que nunca descurou de sua própria fortuna crítica. (Schwarcz *apud* Barreto 2011: 18)

Será que a rede social de Lima Barreto se espraiou para Portugal? Será que as trocas epistolares também se estenderam a intelectuais da outra banda do Atlântico? Será que o escritor carioca ofertou livros com dedicatórias manuscritas autógrafas a escritores portugueses ou a mediadores das relações literárias luso-brasileiras? Terá ele redigido listas de nomes e endereços nesse sentido?

Pelo menos até ao início do processo da edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pela casa lisboeta A. M. Teixeira em 1909,

nada parece haver de concreto nos laços de sociabilidade, na epistolografia ou noutros materiais a tal respeito. E, embora já tenhamos aludido a alguns dados que indicam uma resposta minimamente positiva a tais questões, é precisamente esta ausência de nexos com os meios intelectuais portugueses até março de 1909 que pretendemos salientar por ora.

Nas rodas dos cafés Papagaio, Jeremias ou Java, os amigos e convivas terão sido todos brasileiros. Não haveria nenhum mediador intelectual entre o Rio e Lisboa ou outros centros portugueses. Na correspondência ativa e passiva de Lima Barreto, pelo menos até aos começos de março de 1909, que é quando António Noronha dos Santos leva os manuscritos de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* ao editor lisboeta A. M. Teixeira, nada aponta para relações com Portugal.

Aliás, a única carta do jovem autor carioca que, até então, tem por destinatário alguém estrangeiro e residente na Europa é uma que terá sido enviada ao intelectual francês C. Bouglé. Este havia publicado uma obra intitulada *La democratie devant la science*. Era uma obra em que a questão da raça estava presente. Nela, Bouglé terá demonstrado um conhecimento deficiente do papel dos mulatos e negros brasileiros no desenvolvimento das letras, artes e ciências no Brasil. Daí que Lima Barreto lhe tenha escrito para esclarecer que, entre outras coisas, «les grands actuels de la litterature – Olavo Bilac, Machado de Assis et Coelho Neto sont des mulatres» (Barreto 1956c-d: II, 158).

Nem sequer se trataria propriamente de um primeiro passo no caminho da internacionalização do seu nome, mas sim de um ato inconsciente, isolado e fortuito se avaliado à luz do que consideramos ser a estratégia literária de Lima Barreto para ser conhecido e reconhecido no Brasil e, secundariamente, no estrangeiro.

Portanto, reafirmamos que até começos de março de 1909, não se afigura crível que o jovem escritor carioca tenha tido conexões diretas ou indiretas com os meios intelectuais portugueses. Havia, isso sim, um elo natural com a cultura e a literatura portuguesas devi-

do à língua e ao passado comuns, bem como ao sangue lusitano que, não esqueçamos, também circulava no mestiço Lima Barreto. Assim, ele estava relativamente a par da literatura e da arte portuguesas. Dos clássicos e dos modernos, que ora depreciava, ora valorizava.

Nas anotações do *Diário íntimo* ou em materiais que ia conservando no seu arquivo pessoal, nota-se desde sempre uma preocupação com a história e atualidade das letras, das artes e da história portuguesas. Na primeira versão de *Clara dos Anjos*, que aparece nesse *Diário íntimo* logo em 1904, o autor carioca faz dizer a uma personagem:

> Falo, escrevo, Genica. Mas a língua que falo não é português, não é nada. É um vazadouro de imundícies, cheio de galicismos, anglicanismos, africanismos, indianismos, cacófatons, cacotenias, erros de regência, o diabo, filha. A obra imperecível deve ser escrita no português de Barros, de Vieira. Como há de ser? Que trabalho! disse o médico com angústia. (Barreto 1956a: 247-248)

Em nota do mesmo *Diário*, presumivelmente redigida em 1905, Lima Barreto afirma:

> Não acredito que essa coisa do Bordalo seja sincera. Como caricaturista, ele era um pesadão, a sua caricatura era alguma coisa barroca, com os motivos portugueses desgraciosos, folhas de parra, pipas de vinho, suínos, etc. etc.
>
> Desenhista, eu o não conheço. O que se salva nele é o ceramista, e esse só alcança a Portugal, com quem, eu penso, ele não há de querer repartir a glória. Sendo assim, é positivamente idiota e sem razão essa manifestação que lhe vão fazer.
>
> Eu tenho notado nas rodas que hei freqüentado, exceto a do Alcides, uma nefasta influência dos portugueses. Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar, são figuras subalternas: Fialho e menores.
>
> Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre eles um que conscienciosamente procure escrever como o seu meio o pede e o requer, pressentindo isso na tradição dos escritores passados, embora inferiores. (Barreto 1956a: 100)

Mais do que um mero leitor e conhecedor passivo das coisas culturais portugueses, o jovem literato carioca parecia ser alguém capaz de problematizar com argúcia estádios passados e modernos do campo cultural da outra banda do Atlântico numa ótica de diálogo crítico com o que se fazia e devia fazer na literatura brasileira sua contemporânea.

Portugal e os portugueses não eram e não podiam ser indiferentes para Lima Barreto. Mais tarde, veremos um pouco o trabalho que ele deixou a esse respeito no seu arquivo pessoal, sobretudo no que toca a questões literárias. Conservado maioritariamente em estado de material preparatório para textos ou à guisa de memória futura, tal trabalho encontra-se no Fundo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da FBN.

Por conseguinte, talvez o facto de a sua estratégia literária se cruzar com uma maior e mais decisiva circulação do nome e da obra a partir da publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pelo editor lisboeta A. M. Teixeira em 1909 não tenha sido assim tão inesperado e fortuito. Não é verdade que não conseguira quem estivesse disposto a editá-lo no Brasil? Não é verdade que o marco mais importante da entrada de um autor no campo literário, seja lá de que país for e independentemente do segmento em que entra nesse mesmo campo, é a publicação de um livro em nome próprio?

A edição original de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pela casa lisboeta A. M. Teixeira

Na crônica «O Garnier morreu», publicada em 7 de agosto de 1911, na *Gazeta da Tarde*, Lima Barreto dava uma ideia do estado do mercado editorial brasileiro durante a primeira década do século XX. Segundo ele, apenas a Garnier mantinha uma atividade editorial constante. Após o fecho da Lammaert, nenhuma outra casa podia competir minimamente com a editora carioca. Contudo, esta só editava os autores consagrados, reconhecidos ou recomendados por «pistolões». Não dava qualquer atenção aos autores novos e desconhecidos. A orientação do agora defunto H. Garnier, que não só pouco sabia da língua portuguesa e da cultura brasileira, como também não se preocupava em ter quem o informasse devidamente por fora dos meros círculos dos medalhões literários e sociais, não podia, pois, trazer escolhas de novidade e qualidade. E, prosseguia o autor carioca, mesmo os escritores consagrados de agora, isto é do primeiro decénio de Novecentos, estavam longe de ter sido inicialmente descobertos pela Garnier e sobre os novos valores emergentes nem valia discutir se tinham cabimento nesta editora:

> Senão vejamos; para o que precisarei citar tão-somente os nomes consagrados e respeitados por toda a gente. Pergunto: o Bilac foi editado pela primeira vez por ela? Não. O Alberto de Oliveira foi? Não. O Raimundo, o Coelho Neto, o Euclides da Cunha, o Afonso Arinos foram? Também não. [...] Com meia dúzia de exeções, entre as quais os *Estudos*, de Veríssimo, nenhuma obra de valor apareceu ultimamente nas resenhas do famoso livreiro.
>
> Hermes Fontes, Pereira Barreto, Ornelas, Lima Campos, Gonzaga Duque surgiram alhures. Mesmo aqueles que agora são seus fregueses assíduos, como Fábio Luz, Coelho Neto, não tiveram o melhor de suas produções editadas lá. (Barreto, 1911: 2)

Independentemente de refletirmos sobre o acerto ou o erro «lima-barretiano» quanto aos nomes dos valores emergentes, o certo é que o diagnóstico geral sobre a Garnier e o mercado livreiro do período não parece ser desajustado. Aos novos restava normalmente a opção da edição de autor custeada pelo próprio ou por subscrição, bem como a tentativa de publicar por casas estrangeiras.

Neste contexto, havia muitos autores que publicavam ou procuravam publicar os seus livros em Portugal. Trata-se de prática conhecida. No seu livro de referência sobre a história do livro no Brasil, o já mencionado Hallewel refere-se suscintamente a este fenômeno, que terá sido particularmente intenso no período entre a última década de Oitocentos e as duas primeiras de Novecentos. A seu tempo, voltaremos a este assunto da edição de autores brasileiros em Portugal, novos e velhos, conhecidos e desconhecidos, ocasionais ou reiterados.

Consciente das dificuldades de editar *Recordações do escrivão Isaías Caminha* por uma editora brasileira, pois era escritor em início de carreira e o conteúdo do livro trazia no bojo uma forte crítica à imprensa dominante e aos medalhões culturais de então, Lima Barreto haveria de virar as suas atenções para o mercado editor português. Sabia que era uma das opções e a reforçar esta hipótese estava o exemplo do poeta João Pereira Barreto, seu amigo e c onfrade da *Floreal*, que conseguira ser editado pela casa lisboeta A. M. Teixeira. Porquê não tentar?

Os contornos gerais da publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pelo editor lisboeta A. M. Teixeira são desde há muito relativamente conhecidos. Portanto, o caminho que nos interessa seguir não é tanto o de reproduzir tais contornos, mas sim procurar ver em que medida a documentação existente no Fundo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da FBN respalda e acrescenta conhecimento ao já sabido, bem como averiguar de que modo se deu a recepção inicial do romance no Brasil e em Portugal.

Antes de mais, retomemos os traços gerais do processo em função do que está guardado na instituição referida e do que se sabe

graças a outras fontes primárias ou à bibliografia secundária em torno de Lima Barreto

Quem primeiro começou a esclarecer o processo de edição ora em análise foi o próprio escritor carioca. Com efeito, no prefácio à segunda edição aumentada e revista, que apareceu em 1917 pela casa carioca A. de Azevedo & Costa, Lima Barreto esclareceu:

> O meu amigo e camarada Antônio Noronha Santos, indo á Europa, ofereceu-se para arranjar, em Portugal, um editor.
>
> João Pereira Barreto recomendou-me aos srs. A. M. Teixeira & C, livreiros em Lisboa, com a Livraria Clásica de lá; e elas foram impressas sob as vistas dedicadas do sr. Albino Foriaz de Sampaio, a quem muito devem, em correção, as «Recordações». (Barreto 1917: VII)

Em termos ainda mais rigorosos, o primeiro a mencionar que o escritor carioca tinha enviado ou estava prestes a enviar o manuscrito de uma obra sua para ser editada em Portugal foi Gonzaga Duque. Amigo de Lima Barreto e conhecedor profundo do mercado editorial brasileiro, o autor simbolista informava os leitores do *Diário do Comércio*, no número de 4 de fevereiro de 1909, sobre o caso. Cometia, porém, duas incorreções em face do que realmente viria a ocorrer. Julgava que o manuscrito era o do romance do «Gonzaga de Sá» e que o livro seria provavelmente editado pela portuense Lello & Irmãos[16].

Independentemente disso, o certo é que, com o decorrer do tempo e sobretudo graças a António Noronha dos Santos e a Francisco de Assis Barbosa, foram aparecendo novos elementos para se conhecer mais em detalhe todo o processo. Desde as cartas trocadas entre Lima Barreto e o próprio A. M. Teixeira até anotações da evolução das reações do editor lisboeta ante os melindres envolvidos no *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, para não falar da correspondência pertinente entre o escritor carioca e o amigo dileto Santos, tudo foi gradualmente emergindo para o conhecimento aprofundado do caso. Por ocasião do lançamento dos dezassete

16 Cf. Duque *apud* Barreto 1997a: 415-418.

volumes das *Obras Completas*, no ano de 1956 pela Brasiliense, o essencial estava já no domínio do público interessado.

Ficou-se, pois, a saber que o editor Teixeira, que, aliás, vivera muitos anos no Brasil, tinha reticências em editar o autor desconhecido, não tanto por questões de qualidade ou pelo possível escândalo, mas mais pelas dificuldades de venda e pela possibilidade de um mau negócio. Que, após ter lido o manuscrito, Teixeira mudou de opinião e decidiu arriscar. Que o eixo do negócio foi a renúncia de Lima Barreto a quaisquer direitos de autor e a aceitação de ser pago através da entrega gratuita de uns meros cinquenta exemplares. Que a conclusão do processo de edição se arrastou por quase nove meses entre apreensões e temores de Lima Barreto. Que a venda no Rio não correu mal[17].

Mais se poderia acrescentar, mas passemos a recordar trechos da correspondência que ajudem a ver o desenvolvimento do processo na sua concretude e que correspondam a materiais atualmente em depósito no Fundo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da FBN.

A 13 de março de 1909, em carta manuscrita, autógrafa, António Noronha dos Santos envia-lhe notícias dos seus contatos com o editor A. M. Teixeira em Lisboa:

> «Não tenho dúvida em publicar o livro, mas o Senhor Lima Barreto lhe falou em condições?» Pelo que ele disse ou antes resmungou, eu cá percebi que ele está pronto a publicar o livro, mas muito menos a pagá-lo. Disse-me que o do João Barreto foi pago em exemplares. [...] Ele tinha me dito que ia fazer ler o teu romance por alguém, para dar opinião; não sei se o fez; o que garanto é que ele mesmo o leu e o leu bem lido. Frase da conversa: «ele tem talento, tem muito talento». Se me é permitido dar-te um conselho, não sejas muito exigente na questão do pagamento. Não te adianta grande coisa e demora a impressão; e o livro precisa sair. Eu o autorizei friamente a mandar o livro para a tipografia: ele quer te fazer a remessa das provas em três vezes, para dar o livro pronto em junho e posto no Brasil em julho. (Barreto 1956c-d: I, 67-68)

17 Cf. sobretudo Barreto 1956 c-d.

A 24 de abril, mais de um mês depois das notícias enviadas pelo amigo Santos, Lima Barreto, envia uma primeira carta ao seu possível editor, na qual lhe diz que a carta

> tem por fim confirmar tudo o que o meu amigo Santos lhe tenha dito ou autorizado no tocando às condições da impressão do meu volume. Sabendo eu de que modo a fortuna de um primeiro livro é arriscada, nada exijo pela publicação do meu, a não ser alguns exemplares, cinqüenta, se o senhor achar razoável, para os oferecimentos de praxe.
>
> Julgo-me, meu caro Senhor Teixeira, muito feliz por encontrar quem queira publicar-me, e com a publicação fico satisfeito. (Barreto,1956c-d: I, 173)

Embora tivesse recebido provas impressas de alguns capítulos do livro em julho, tendo entretanto o manuscrito sido revisto pelo autor português Albino de Forjaz Sampaio, o jovem autor brasileiro alarmar-se-ia com o atraso na edição do livro e com a falta de notícias. A 11 de novembro, escreve a A. M. Teixeira:

> Escrevo-lhe cheio de ansiedade. Há bem quatro meses que nada sei do livro meu que o senhor teve a bondade de editar. [...] Eu penso de mim para mim: não vá o Senhor Teixeira ter-se arrependido! Não vá acontecer que os meus inimigos tenham-no dissuadido de publicá-lo! Eu não sei bem se tenho inimigos, mas o meu livro deve ter. Não digo que seja daí, porque ninguém conheço em Lisboa; mas estes grandes personagens brasileiros que passam por aí freqüentemente podem ter lhe dito qualquer coisa em meu desfavor. (Barreto 1956c-d: I, 176)

Sabendo que João do Rio estava em Lisboa e mantivera conversas com o editor Teixeira declarando não conhecer quem era esse tal Lima Barreto, e consciente do que um livro como *Recordações do escrivão Isaías Caminha* representava enquanto crítica escandalosa para a imprensa carioca do tempo e de que já havia publicado na *Floreal* um capítulo a satirizar cruamente o próprio João do Rio na personagem de Raul Gusmão, o escritor de Todos-os-Santos temia que houvesse alguma pressão para impedir o lançamento do livro.

No entanto, o livro saiu sem quaisquer problemas ainda antes do fim de novembro. Na capa sóbria, havia apenas uma vinheta e as informações básicas: «Lima Barreto / *Recordações do escrivão Isaías Caminha* / Lisboa / Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & C.ia / Praça dos Restauradores, 20, 1909».

Traçadas as linhas gerais do processo de edição do primeiro livro de Lima pela casa lisboeta A. M. Teixeira, vejamos brevemente alguns dos mecanismos da publicidade do livro, para, posteriormente, passarmos à questão da sua recepção no Brasil e, por fim, em Portugal.

A julgar pela publicidade feita pela própria editora nos seus materiais de divulgação, parece-nos provável que tenha havido um certo descaso. Afinal de contas, Lima Barreto era um autor quase desconhecido e a casa tinha outras prioridades. É que, note-se bem, o reclame de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* não só saía com um erro crasso (no nome do autor, aparecia «Silva Barreto»), mas também era apenas um dos títulos entre outros (nestes estavam *Miss Kate*, de Cosme Velho – pseudônimo de Araripe Júnior – e *A pátria portuguesa*, de Sílvio Romero)[18].

Por isso, quando o velho livreiro Teixeira se queixava a Lima Barreto de um certo descaso com a publicidade do livro talvez não lhe ficasse mal ter mais cautela com os seus próprios reclames. Seja como for, o livro terá tido alguma publicidade em Portugal e no Brasil. No jornal *A Federação*, de Porto Alegre, encontramos vários anúncios. Curiosamente, os anúncios têm também um erro, pois apresentam o livro na rubrica da «literatura portuguesa»[19].

Com mais ou menos publicidade, com mais ou menos erros dos anúncios, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* terá tido provavelmente algum sucesso de vendas, sobretudo no Rio de Janeiro. Independentemente de sabermos que as remessas iniciais para o Brasil foram limitadas e que o editor A. M. Teixeira não acatou o alvitre de Lima Barreto no sentido de fazer uma segunda edição do livro, o certo é que o romance esgotou na capital. Todavia, na au-

---

18 Cf. Anexo 2.
19 Cf. *A Federação* 30-3-1910.

sência de dados globais fidedignos sobre a tiragem e sobre as vendas quer no Brasil, quer em Portugal, é difícil emitir um juízo seguro quanto ao seu verdadeiro impacto comercial.

Em contrapartida, não é arriscado mencionar que o êxito do romance no âmbito da crítica literária brasileira foi limitado. Lançado o livro em fins de 1909, os poderosos da imprensa e da literatura trataram de ignorá-lo ou de desqualificá-lo. Poucas vozes se levantaram para procurarem entendê-lo por fora dos chavões do *roman à clef* e do escândalo.

Consabidamente escrito para vituperar a mediocridade do jornalismo carioca nas figuras dos todo-poderosos *Correio da Manhã* e Edmundo Bittencourt (no romance, correspondiam-lhes o jornal *Globo* e Loberant), para denunciar os mandarins da crítica literária enfeudada aos grandes nomes, às recomendações da alta sociedade e aos valores extra-estéticos (no romance, João do Rio e Coelho Neto são caricaturizados nas figuras de Raul Gusmão e Veiga Filho) e para mostrar como a iniquidade do meio retroage deleteriamente sobre os ideias dos jovens cultos e honestos. Sobretudo se estes jovens forem pobres e mulatos, como era o caso do provinciano Isaías Caminha.

Neste contexto, os principais jornais, como o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, nada disseram. Os críticos de maior nomeada também não. Nem mesmo José Veríssimo, que ficara tão entusiasmado com os primeiros capítulos do romance quando os mesmos foram publicados na *Floreal*. Embora já não fizesse crítica literária regular como dois antes, seria de esperar que o consagrado autor escrevesse algo público sobre o romance. Porém, limitou-se a considerações particulares em carta endereçada a Lima Barreto.

Dos escritores e jornalistas mais conhecidos, apenas Medeiros e Albuquerque (sob o pseudônimo de J. Santos) se pronunciou acerca do romance, mas fê-lo no âmbito da crítica conjunta a *Vil metal*, de Baptista Cepellos, e de *Herança*, peça de teatro de Júlia Lopes de Almeida, e de forma depreciativa, No jornal carioca *A Notícia*,

de 15 de dezembro de 1909, embora reconhecesse qualidades ao autor, escreveu duramente:

> O que parece é que o autor quis provocar um escândalo em torno de sua obra. Se esse escândalo fosse por uma atrevida concepção literária, não haveria senão que acolher-lhe a audácia com simpatia. Mas querer o escândalo para uma obra literária por motivos extra-literários não é digno de um artista. (Santos 1909: 1)

Nem sequer o querido amigo Alcides Maia, se bem que não fosse crítico de nomeada, deixou de partilhar a leitura de *Recordações do escrivão Isaias Caminha* em função dos tópicos do escândalo e do *roman à clef*. Até ele que conhecera o manuscrito em primeira mão e havia aconselhado Lima Barreto a fazer algumas alterações![20]

Em contrapartida, e embora o facto seja raramente mencionado[21], houve quem ousasse ir mais fundo no sentido do romance e ultrapassasse tais tópicos. Anatólio Gomes, no jornal carioca *A Imprensa*, de 18 de dezembro de 1909, escreveu provavelmente o artigo mais fundamentado sobre o romance. Desde logo, lembrou que *Madame Bovary* também foi um livro de escândalo, o que, em nada, contrariou a sua qualidade estética. Depois, constatava que o tratamento literário de conteúdos escandalosos e o *roman à clef* não são forçosamente negativos, pois tanto podem originar obras mediocres, como *Vil metal*, de Baptista Cepellos, quanto obras de mérito, como é o caso do romance de Lima Barreto. Por fim, Anatólio Gomes terminava de modo equilibrado no balanço entre as imperfeições e as qualidades:

> O livro do Sr. Lima Barreto é uma *charge*, repitamos. O autor não cria tipos, nem pinta, com vagares de grande artista, uma grande tela social: bosqueja rapidamente, faz uma caricatura e passa…
>
> As *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* não constituem, assim, um desses livros definitivos da grande Arte; mas, mesmo com as suas

20 Cf. Maia 1909.

21 Salvo erro, nem mesmo em Maria do Carmo Lanna Figueiredo (1995) se encontra referência a estes dois artigos que passamos a mencionar.

> imperfeições, com os seus traços sobrecarregados, elas revelam um novo e original espírito, sarcástico, frio às vezes, outras, doloroso, irónico quase sempre, em todo o caso, um escritor cujo futuro pode ser brilhante na nossa literatura (Gomes 1909: 1)

Por sua vez, Esmaragdo de Freitas, um desconhecido literato piauense, em «O Sr. Lima Barreto», saído no *Jornal do Recife*, de 17 de julho de 1911, denotava que o nome e a obra se impunham por si próprios, sem necessidade de reconhecimento prévio no campo literário brasileiro de então:

> Os leitores querem de certo saber quem é este escritor intempestivo que não vem no *Momento Literário* do Sr. João do Rio, nem usufrutua referências de Sílvio ou José Veríssimo? Mando que batam a outra porta.
>
> A única coisa que me denuncia a existência do autor das *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* é este livro atrevido que basta para que eu fique querendo sinceramente bem a quem o escreveu, vasando no amanho dele através uma singular honestidade estética eriçadas energias (Freitas 1911: 1)

Lima Barreto tomaria conhecimento do artigo de Esmaragdo de Freitas e agradecer-lhe-ia o sentido do mesmo. Ainda que tivessem predominado, nem só de silêncio e de incompreensão se fizera a recepção inicial do campo literário brasileiro a *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

E que aconteceu em Portugal, que foi o país onde o romance foi originalmente publicado? Que aconteceu com a sua recepção portuguesa, que é o nosso principal objeto de estudo? Terá Lima Barreto guardado alguma documentação relativa a este processo de acolhimento da outra banda do Atlântico?

Independendemente da maior ou menor dimensão de tal acolhimento, o facto é que a edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pela casa lisboeta A. M. Teixeira já tinha sido suficiente para que o nome e a obra do autor carioca ganhassem «direitos de cidadania» no campo literário brasileiro. Lima Barreto até já se podia dar ao luxo de recomendar ao editor português a publicação

de comparsas das rodas de literatos que frequentava nos cafés do Rio de Janeiro desde antes do lançamento da *Floreal*. Basta ver a carta de 28 de maio de 1910 em que ele sugere a Teixeira a impressão do romance *Vãs Torturas*, do amigo Domingos Ribeiro Filho[22]. Mas centremos é o nosso foco na recepção do romance de Lima Barreto em terras lusas.

A 21 de janeiro de 1910, cerca de dois meses depois do lançamento do livro, Mário Galvão, amigo de Lima Barreto, escreve-lhe de Lisboa, onde estava de viagem, uma carta manuscrita em papel timbrado de um hotel situado ao lado da livraria Clássica de A. M. Teixeira. Nesta carta, Mário Galvão conta-lhe que esteve não só com o editor, mas também com Albino Forjaz Sampaio (o revisor do manuscrito do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*) e com vários jornalistas portugueses que talvez pudessem vir a escrever sobre o romance ou a intermediar relações nesse sentido:

> Às 4 horas da tarde voltei à Livraria Clássica para ser apresentado ao cronista da *Luta*, Forjaz Sampaio, que fez a revisão do teu trabalho, como já sabes. É um rapaz de 26 anos, bastante inteligente e extremamente gentil. Prometeu-me escrever uma crônica exclusivamente sobre o teu livro, que ele julgou de muito mérito, notando apenas que é um pouco pesado nos dois primeiros capítulos, falta esta que desaparece diante das qualidades que possui.
>
> No *Almanaque da Luta*, há uma pequena referência ao livro feita pelo Fojaz e que por estes dias enviarte-ei juntamente com a crônica que for publicada
>
> […]
>
> À noite fui ao espetáculo no Teatro D. Amélia, onde fui apresentado pelo Forjaz ao Eduardo Noronha e a outros jornalistas daqui, entre eles o Laranjeiras, que é o sócio correspondente da nossa Associação de Imprensa, para quem trago uma a presentação. Farei o possível para obter do rapaz algumas referências ao teu livro, sendo conveniente fazer com habilidade para não parecer uma exigência minha.
>
> (Galvão *apud* Damasceno 1989: 72)

22 Cf. Barreto 1956c-d.

Em fevereiro de 1913, Lima Barreto anotou no seu *Diário íntimo* que no «volume II dos *Retalhos* [ou seja, na parte do arquivo pessoal do escritor carioca assim denominado pelo próprio, conforme é do conhecimento geral], [há] um artigo do Forjaz de Sampaio; e no III, um de Alberto Olavo, Mário Matos, sobre o *Isaías Caminha*» (Barreto 1956a).

A 26 de novembro de 1922, em artigo no carioca *O Jornal*, poucas semanas depois da morte do escritor, Tristão de Ataíde (1922), ao rememorar a sua obra, referiu que o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* teve maior êxito em Portugal do que no Brasil.

Quais os materiais? Onde os encontrar? Terá Albino Forjaz Sampaio realmente escrito a crônica? Será que a iniciativa de Mário Galvão surtiu algum efeito? Terá Lima Barreto arquivado algum material da sua recepção lusitana, conforme sugere a citação ora feita? Terá Tristão de Ataíde razão ou usou um mero artifício de retórica? Antes de procurarmos respostas para estas questões, talvez convenha fazer uma breve incursão pelo estado da imprensa periódica portuguesa, sobretudo ao tempo em que o *Isaías Caminha* começou a circular no país.

Os jornais mais importantes eram o *Diário de Notícias*, *O Mundo* e *O Século*. Eram diários que tinham cada um tiragens na ordem de dezenas de milhares de exemplares. Entre as revistas então em circulação, contavam-se, por exemplo, a *Ilustração Portuguesa*, dirigida por Carlos Malheiro Dias e pertencente ao grupo econômico de *O Século*, e as publicações «luso-brasileiras» *Serões* e *Brasil-Portugal*.

João do Rio (Rio, 1911) traçou um panorama deste mundo do periodismo lusitano, mencionou estes jornais como sendo os mais em vista e acrescentou outros títulos que pudera constatar em Lisboa e no Porto, como, por exemplo, *República*, *Novidades*, *Notícia* ou *A Luta*. Reproduzindo o esquema de divisão e classificação corrente na época em terras lusitanas, João do Rio fazia a distinção entre os diário de maior circulação, pretensamente independentes e apolíticos, e os jornais mais pequenos, na maioria ligados a figuras políticas e a tendências ideológicas. O autor carioca mostrava-se particularmente impressionado com o diário *O Século*, que tiraria cerca de

cem mil exemplares e ocupava todo um prédio sumptuoso, e situava *A Luta* dentro do periodismo ideológico e de maior vendagem no segmento dominado do mercado.

Pelas pistas obtidas nos materiais pertinentes há pouco referidos, parece-nos existirem fortes possibilidades de encontrarmos artigos ou referências sobre *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, pelo menos, no jornal *A Luta* e na atividade jornalística de Eduardo Noronha. Em *A Luta* porque Albino Forjaz Sampaio já teria escrito algo no *Almanaque* do periódico para o ano de 1909 e iria escrever uma crônica especificamente acerca do romance. Na atividade jornalística de Eduardo Noronha porque talvez este homem de letras um pouco afeto às coisas brasileiras tenha escrito algo sobre o novíssimo romance de que Forjaz Sampaio e Mário Galvão lhe terão falado.

No que respeita a Albino Forjaz de Sampaio, a pesquisa foi frutífera. Por um lado, foi possível localizar no espólio do próprio Lima Barreto um retalho com a resenha crítica que o seu «copidesque» publicou no jornal lisboeta *A Luta* a propósito de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, no começo de fevereiro de 1910. Por outro lado, e embora não conste dos «guardados» do autor carioca, também pudemos encontrar a referência que o português já fizera ao nome e à obra no «almanaque» para 1910 desse mesmo jornal: «livro interessante da vida jornalística, autópsia ao meio fluminense» (Sampaio 1910a: 301). Quanto à resenha crítica, permita-se-nos que a trancrevamos na íntegra, até porque provavelmente nunca foi trazida à luz da fortuna crítica imediata de Lima Barreto e do conjunto da bibliografia secundária a seu respeito:

> Não tem ainda bibliografia, o moço escritor que este livro assina. Longe de ser um defeito, é uma qualidade, porque nos deixa bem impressionados logo ao seu primeiro trabalho.
>
> Livro de intriga jornalística, fotografia irónica do jornalismo brasileiro, é também um panfleto, mordente e audacioso, cauterizando vícios, notando defeitos, anotando risonhamente as figuras mais em voga do *métier.* O leitor conhecedor da vida dos jornais do Rio de Janeiro vai, sem erro, por as carapuças nas cabeças respetivas. O que não a conheça nem por isso deixará de admirar nesta novela muito ironia e muita

análise penetrante e sofrida. O Sr. Lima Barreto deve por força ser uma criatura espezinhada. Deve por força o seu livro, como diremos, ser uma vingança contra o meio que, com suas arestas, o tem contundido e molestado. Mas isso é a psicologia do caso e em arte só a execução é válida.

Tem, ao leitor desprevenido, esta indicação de intriga jornalística o condão de lembrar o saudoso Balzac nas suas *Ilusões Perdidas*. Mas quem leia as *Recordações* verá que nnhum ponto de contato existe e que são bem mais modestas as aspirações do jornalista brasileiro. Ele só pensou em estereotipar as misérias e os ridículos do jornalismo, o seu processo de fazer e desfazer reputações, conceituar elíxires, promover a venda de pastilhas, que quase só cuidou das figuras ratonas do jornal: um diretor que não sabe escrever, um gramático que acaba louco, um génio que faz os seus próprios elogios e nisso saiba-o o Sr. Barreto, ele se parece com Garrett. Mil misérias, mil enormidades que são bem curiosas mas que são ainda uma armadura dourada de que se veste a ilusão que deslumbra os ingénuos e as multidões. Foi nisso bem impiedoso o Sr. Lima Barreto. A armadura saiu-lhe das mãos machucada e torcida. Mas foi justa. É um fundibilário terrível este moço que vem agora tomar lugar na hoste. E quando se tiver aquelas qualidades que se se patenteiam nas *Recordações* quem entra na luta não tem meio termo: Vencer ou ficar para que os corvos lautamente lhe vão bicar os olhos. (Sampaio 1910b: 2)

Já no concernente a Eduardo Noronha, a outros intelectuais e a outras publicações periódicas de Portugal, nada conseguimos encontrar de pertinente. Ao que parece, o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* passou bastante desapercebido no campo literário português de começos da década de 1910.

A relação com Costa Macedo, um conto (quase) novo e duas crônicas desconhecidas

Em data incerta do ano de 1913, Lima Barreto recebeu um bilhete entregue em mãos por um portador. O bilhete estava assinado por Costa Macedo:

> Muito ilustre Lima Barreto,
>
> Os rapazes da *Aguia* não entenderam, legitimamente, a sua letra e por isso houveram por bem mandar as provas do seu magnífico «Um e outro», afim [sic] de V. as revêr.
>
> Aí lh'as envio, pedindo para, se for possível, tu'as devolver [sic] pelo portador.[23] (FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 30, 471)

Quem seria esta figura que assim aparecia a mediar a colaboração do escritor carioca para a revista portuense *A Águia*? Revista que, note-se, talvez fosse já a mais importante de quantas estavam então a ser publicadas em Portugal, conforme veremos no capítulo seguinte.

Nos dicionários e nas enciclopédias literários do Brasil e de Portugal, nada encontramos a seu respeito. Nem no suplemento de Martinho da Fonseca (1927) ao conhecido *Dicionário bibliográfico português*, de Inocêncio Francisco da Silva nem nas entradas dos dois volumes da *Enciclopédia da literatura brasileira*, de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa[24], que saíram quase no limiar do século XXI, conseguimos encontrar uma única pista. Em trabalhos de referência sobre as relações culturais luso-brasileiras das primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, nos já mencionados Müller

---

23 Está em causa um texto inédito e, portanto, não fornecemos indicação bibliográfica padronizada (aliás, seguiremos o mesmo procedimento para todos os textos inéditos, ou provavelmente inéditos, que citarmos doravante nesta monografia). Cf. no Anexo 3 a reprodução do bilhete de Costa Macedo a Lima Barreto.

24 Ver Coutinho 2001.

(2011a e 2011b) e Saraiva (2004), o nome aparece sumariamente sem qualquer explicação. Parece mesmo ser dado como brasileiro.

Tendo em consideração que estas pesquisas na bibliografia secundária deram resultados pouco úteis, tornou-se imperioso compulsar quer a própria *A Águia*, quer a imprensa carioca do período. Longe de corresponder a busca secundária ou supérflua, esta inquirição microscópica e paciente por um nome esquecido dos anais literários pode ser importante para os nossos objetivos específicos. Convém não perder de vista que ser intermediário da prestigiada revista *A Águia* não era tarefa para qualquer um e que estamos diante de uma figura cuja correspondência com Lima Barreto tem outros materiais na Divisão de Manuscritos da FBN.

O que revelaram, pois, os números compulsados de *A Águia* e de outras publicações periódicas? Pelos números da revista portuense, ficamos a conhecer várias informações importantes, bastante além do já sabido quanto à colaboração de Costa Macedo nas suas páginas. Com efeito, já se sabia que ele colaborara em vários números com contos ou novelas (por exemplo, «Carolina Augusta», «Os Covas» ou «A Zagala»), mas ninguém parece ter salientado outros dados.

Desde logo, um dado tão importante quanto o de ele haver sido o correspondente oficial da revista portuense no Brasil durante alguns anos. Além disso, outra informação importante segundo a qual a editora Renascença Portuguesa (a editora oficial da sociedade com o mesmo nome e de *A Águia*) publicou três livros deste escritor entretanto esquecido (nomeadamente *Miss Dolly*, *A Zagala* e *O enforcado*). Por fim, os dados de que estes livros encontraram ecos em figuras prestigiadas, como, por exemplo, João Ribeiro no Brasil ou Fialho de Almeida em Portugal, de que *A Águia* resenhou amplamente o autor ou transcreveu alentadas resenhas sobre um dos seus livros, e de que Costa Macedo era um insólito misto de intelectual e homem de negócios português há muito radicado em terras brasileiras.

Em duas das várias notícias e transcrições que *A Águia* faz a propósito do livro de novelas intitulado *O enforcado*, que

Costa Macedo deu à estampa pela Renascença Portuguesa em 1917, podemos ler o seguinte:

> Costa Macedo que há bons anos se conserva pelo Brasil, nem perdeu o sentimento da paisagem do seu Minho nem deixou para segundo plano a pureza e a vernaculidade da língua. Algumas das novelas já foram publicadas na *Águia*. Por todas perpassa o mesmo sopro de miséria social, a eterna sedução da carne, o desprezo pela honra alheia, simples tragédias de todos os dias. E em cada página vibra sempre a mesma requintada sensibilidade que ao distinto novelista da *Miss Dolly* já marcou um brilhante lugar nas letras. No Rio de Janeiro toda a crítica, da mais ilustre, recebeu o volume com o maior entusiasmo e elogio. (*A Águia* 1918a: 186)

> O Sr. Costa Macedo é um escritor português, há muitos anos residente no Brasil, e quase desconhecido nos nossos meios literários, muito embora as suas anteriores novelas *Miss Dolly* e *A Zagala* tenham atraído merecidamente a atenção dos poucos críticos minuciosos que possuimos (*A Águia* 1919: 89)[25]

Não sendo aqui o lugar apropriado para nos pronunciarmos sobre as temáticas, o estilo, o merecimento ou o acolhimento crítico das obras do há muito esquecido escritor Costa Macedo, o que nos interessa é verificar de que modo ele jogou um papel decisivo para a afirmação da revista portuense *A Águia* no Brasil, esteve inserido numa rede de sociabilidade literária luso-brasileira e contribuiu para a recepção portuguesa de Lima Barreto. Algo que nos obriga a procurar outras fontes além d'*A Águia*.

Numa publicação também portuense, igualmente pertencente à Renascença Portuguesa e estreitamente ligada a *A Águia*, intitulada *A Vida Portuguesa*, encontramos elementos decisivos para percebermos como Costa Macedo era o «homem de confiança» dos

---

25 Aproveitemos para referir que Costa Macedo nasceu algures em Portugal, no ano de 1875, e faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de Fevereiro de 1943, como se pode ver por notícias dos jornais cariocas *Gazeta de Notícias* e *A Noite*, de dia 26 de Fevereiro de 1943. Conferir: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_07&PagFis=14329; e http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&PagFis=19492

diretores dessa associação e dessa revista no Brasil. Foi ele que montou o comitê brasileiro da sociedade Renascença Portuguesa. Era a ele que os diretores recorriam quando havia algum problema com a revista, conforme aconteceu em certa ocasião em que alguém andou ilícitamente a recolher as assinaturas da revista e os correspondentes valores monetários na urbe carioca[26].

Não por acaso Costa Macedo era ou viria a ser o correspondente oficioso ou oficial da prestigiada publicação portuguesa para todo o Brasil. Não por acaso podemos imaginar sem dificuldades de maior Costa Macedo a arranjar assinaturas e pontos de venda para *A Águia* no Brasil (sobretudo no Rio de Janeiro), a contatar escritores brasileiros para colaborarem nas suas páginas, a repassar manuscritos ou datiloscritos desses escritores para os seus congêneres do Porto, a intermediar toda a sorte de problemas práticos decorrentes de semelhantes atividades de intercâmbio entre o Brasil e Portugal.

Neste contexto, surgiu, pois, o bilhetezinho ao portador que Costa Macedo enviou a Lima Barreto no sentido de que revisse as provas do conto «Um e outro» porque os moços d'*A Águia* não haviam decifrado a contento a sua tortuosa caligrafia. Bilhetezinho esse que transcrevemos e citamos logo na abertura deste capítulo.

O simples facto de Costa Macedo ter montado a estrutura brasileira da *Renascença Portuguesa* colocava-o automaticamente em relação com figuras destacadas das letras e das artes brasileiras, como, por exemplo, os escritores Coelho Neto, João do Rio, Mário Pederneiras, Abner Mourão e Oscar Lopes, ou o pintor Rodolfo Amoedo. Mas as suas relações nos meios literários e artísticos brasileiros não começaram em 1913-1914, quando montou tal estrutura, nem os seus contatos se resumiram apenas a estes nomes. Basta ver que já desde meados da primeira década do século XX colaborava na importante revista *Kosmos*. Basta ver que Carlos Maul escreve um longo artigo nas páginas do jornal *O Paiz* a destacar a figura do próprio Costa Macedo, lado-a-lado com os artistas Correia Dias e António Carneiro, enquanto obreiro do que considera ser o renascimen-

26 Cf. *Vida Portuguesa* 16/3/1913 ou *Correio da Noite* 16/1/1915: 2.

to cultural português em curso em meados da década de 1910[27]. E leia-se este trecho de uma carta de Ronald de Carvalho a Luís de Montalvor, em março de 1915:

> Quando a tua carta chegou, alguns dias atrás tinha escrito para o Álvaro Pinto, da *Águia* propondo a impressão de dois livros meus por instantes pedidos do **Costa Macedo**. Se com a nossa prata pudermos levar a termo a edição de um deles, o de poemas, "Sombras em cinza e ouro", prefiro a Sociedade Editora do Orfeu, ficando o de prosa para a Renascença. (Carvalho *apud* Saraiva 2004: 337). (negrito nosso)

Em suma, as potencialidades da relação de Lima Barreto com este desconhecido Costa Macedo não eram de somenos para a sua projeção em terras portuguesas, se bem que alguns dos nomes em concreto talvez não fossem muito favoráveis para o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Convém não esquecer que Coelho Neto e João do Rio, dois dos nomes com maior ressonância nos círculos luso-brasileiros, haviam sido muito mal tratados nesse romance originalmente editado em Portugal. O primeiro era ridicularizado sob o nome de Veiga Filho, literato vazio e formalista que fazia os seus próprios elogios na imprensa. O segundo era alvo de zombarias e insinuações de baixo calibre para a mentalidade do tempo na figura de Raul Gusmão, um jornalista obeso, serviçal aos poderes estabelecidos, metido a original e dado a práticas homossexuais.

Já no que toca aos outros nomes em vista, ou seja, Mário Pederneiras, Abner Mourão, Óscar Lopes, Carlos Maul, Ronald de Carvalho ou Álvaro Pinto, nada havia de semelhantes empecilhos a dificultarem as potencialidades para aumentar a divulgação do nome e da obra de Lima Barreto do outro lado do Atlântico. Todos eles poderiam potenciar as mediações feitas por Costa Macedo nesse sentido. Por exemplo, Álvaro Pinto era o diretor de *A Águia* e tinha o poder de influenciar decisivamente os autores e os títulos a publicar pela editora Renascença Portuguesa, e Carlos Maul e Ronald de

27 Cf. Maul 1914.

Carvalho eram os escritores brasileiros com maior presença nessa revista, sendo que este último até fazia a ponte para a vanguardista *Orpheu* e para o dealbar do futurismo português. Infelizmente, nada encontramos que atestasse tal potenciação, exceto o facto de Lima Barreto ter colaborado e tido um mínimo eco nas páginas de *A Águia* dirigida por Álvaro Pinto.

Todavia, a mediação de Costa Macedo já dera um fruto desconhecido anos antes da própria presença de Lima Barreto na prestigiada revista portuense e do bilhetezinho que abriu o presente capítulo.

Com efeito, num episódio que cremos ser inteiramente desconhecido, o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* enviara e vira um conto seu ser publicado no número único da revista portuguesa *Lisboa-Douro-Ribatejo*, em 1909-1910. Expliquemos um pouco o contexto e o processo em que este episódio ignoto ocorreu.

O ano de 1909 não correu nada bem nas terras lusitanas. Na região do Douro, no Norte, houve cheias devastadoras que causaram a morte a oito pessoas. No Ribatejo, na região central do país, um terramoto destruiu várias vilas e aldeias, como Benavente, Samora Correia ou Salvaterra de Magos. Deixou quarenta e dois mortos e mais de setenta feridos.

Entre as diversas iniciativas de solidariedade com as vítimas destes cataclismos naturais, a Associação Comercial Portuguesa decidiu publicar uma revista intitulada *Lisboa-Douro-Ribatejo*. A revista conseguiu colaboração gratuita de importantes personalidades portuguesas, brasileiras e francesas, indo desde o próprio Rei D. Manuel II a João do Rio, desde a poetisa brasileira Carmen Dolores (a quem Lima Barreto apreciava) ao detestado Júlio Dantas (um dos maiores nomes da literatura portuguesa oficial de então). Tinha poemas, contos, teatro, artigos e mensagens de solidariedade. Era uma publicação luxuosa com papel, fotografia e reproduções a cores de alta qualidade. As receitas da sua venda foram para o auxílio aos desafortunados.

Convidado a escrever para o número único de *Lisboa-Douro-Ribatejo,* Lima Barreto aceitou. Redigiu o conto «Dr. Fonseca» e o

mesmo foi publicado nessa revista de beneficiência (Barreto 1910). Era a «estória» de um velho brasileiro alienado que, além de outros delirios, julgava ter sido recebido com todas as honras na Universidade de Coimbra e ser nada menos nada mais que Gonçalves Dias, Alexandre Herculano e Camões. Leiamos umas citações que mostram como o autor carioca soube selecionar um conto que tocasse um pouco na sensibilidade e nas referências culturais dos leitores portugueses a que se destinava:

> na sua passagem pela Europa, fora obsequiado por todas as sociedades sábias, pelas populações e pelas cortes. Em Portugal – com que saudades ele me falou disso – os estudantes de Coimbra ofereceram-lhe a medalha que ele mostrava: uma velha cápsula de chumbo, das que servem para melhor arrolhar as garrafas de vinho do Porto, esmagada a jeito […] ele era, além de Eduardo Bandeira da Fonseca, três ou quatro vezes doutor, Gonçalves Dias, Herculano, Camões, Descartes e muitos outros (Barreto1910: 23-24)

Desconhecido na bibliografia de Lima Barreto, este conto terá sido um dos primeiros publicados pelo autor e só se conhece uma versão diferente dada recentemente à estampa por Lilia Moritz Schwarz, em *Lima Barreto. Contos completos*, a partir de um rascunho a que nos referiremos dentro de momentos.

No Arquivo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da FBN, há vários documentos que comprovam este processo. Em primeiro lugar, destaquemos uma carta-circular que os editores do número único da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo* enviaram a 22 de março de 1909 para que os intermediários brasileiros a distribuíssem por quem lhes parecesse personalidade meritória no mundo das artes, das letras e da sociedade. Carta-circular essa que viria a ser devidamente endereçada a Lima Barreto depois de passar aparentemente pelo crivo do correspondente do lisboeta *Diário de Notícias* no Rio de Janeiro, um tal de Pinto de Lima, e do próprio Costa Macedo[28].

28 Cf. Anexo 4.

Em segundo lugar, vejamos o manuscrito autógrafo do próprio conto "Dr. Fonseca", que se encontra alinhavado em sete tiras pautadas na horizontal, devidamente numeradas, com poucos elementos a comprometerem a clareza da leitura, que tem no verso da última tira uma indicação a lápis que refere «Publiquei na revista 'Lisboa' – Portugal» e que está datado de 2 de maio de 1909. Este manuscrito corresponde ao rascunho que serviu de base para a publicação do conto «Dr. Fonseca» por Lilia Moritz Schwarz, nos *Contos completes* do escritor. Mas voltemos a repetir, não é a versão final que saiu na revista *Lisboa-Douro-Ribatejo*, em 1910[29].

Em terceiro e último lugar, *last but not least*, atentemos no bilhete que, em maio de 1909, Costa Macedo enviou a Lima Barreto para intermediar a sua colaboração para a revista portuguesa:

> Meu ilustre amigo.
> Aí lhe mando o convite do editor do número único – Lisboa-Douro. E, a propósito, não será possivel enviar-me agora, pelo portador, o autógrafo do Exmo. Sr. Marechal Hermes? O Sr. Pinto de Lima muito o anseia e eu muito lhe agradeceria a fineza. (FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 30, 470)

Uma outra prova documental interessante encontra-se na hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, nomeadamente no número da carioca *Gazeta de Notícias* de 10 de maio de 1909, no qual se noticia que Pinto de Lima, ou seja, o acima referido correspondente do lisboeta *Diário de Notícias* no Rio de Janeiro, enviou

> para a casa editora os autógrafos dos Srs: Nilo Peçanha, Alfredo Bakler, Fábio Luz, Gustavo Santiago, conde de Afonso Celso, Marquez de Paranaguá, Carmen Dolores, Pedro do Couto, Rocha Pombo, Rodrigo Otávio, Gonzaga Duque, Costa Macedo, Brites de Almeida, A. Carvalhais, Feliciano Penna, general Pinheiro Machado, Rosa e Silva, Pereira Barreto, Nestor Victor, Viana Júnior, Luiz Edmundo, J. Brito, general Glycerio Henrique Coutinho, João do Rio, **Lima Barreto**, A. A.

---

29 Cf. FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 35.

> Azeredo, João Luiz Álvares, Lauro Muller, Tavares de Lyra, Oscar Lopes, José Francisco Chaves e do pintor Arnaldo.
>
> Estes autógrafos irão juntar-se com os que o Sr. Pinto de Lima já enviou há tempos e formarão no álbum «Lisboa-Douro-Ribatejo» uma digna representação da intelectualidade brasileira. (*Diário de Notícias* 1909) (negrito nosso)

Deixando sem desenvolvimento outros dois materiais da correspondência de Costa Macedo para Lima Barreto, ambos datados dos fins de julho de 1911 e a propósito da possível publicação do conto «O jacobino» do esquecido escritor português na *Revista Americana*, passemos a abordar duas crônicas inteiramente desconhecidas do autor carioca. E isto porque elas se concentram em assuntos relacionados com Portugal e atestam o interesse com que o jovem Lima Barreto seguia as "coisas" da outra banda do Atlântico.

Foi com surpresa e alvoroço que, ao manusearmos uma pasta com seis tiras manuscritas e autógrafas de Lima Barreto, catalogada por Damasceno como «Pequeno almanaque de celebridades», nos deparamos com essas duas crônicas desconhecidas. Considerando que não apareciam em nenhum volume das *Obras completas* de Lima Barreto (*Brasiliense*, 1956, 17 volumes), não estavam nos dois volumes de *Toda a crônica*, não se encontrava qualquer referência às mesmas em nenhuma bibliografia ativa de Lima Barreto e o próprio Francisco de Assis Barbosa nada diz a seu respeito, concluímos que estas duas crônicas eram mais do que inéditas. Em rigor, eram completamente ignotas.

Embora não estejam assinadas ou datadas, a caligrafia não deixa dúvida quanto à sua autoria por parte de Lima Barreto e existem indicadores que permitem situar com certeza tanto a data quanto o lugar de publicação a que se destinavam, sobretudo no caso da primeira crônica que passamos a abordar.

«Portugueses na África»[30]. Assim intitulou Lima Barreto esta primeira crônica, constituída por três tiras manuscritas, autógrafas

30 Cf. FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 33, 18 [incluso em I-6, 36, 974]. Cf. Anexo 5.

e numeradas. O manuscrito apresenta uma caligrafia com traçado regular sobre tiras pautadas em sentido horizontal. Tem algumas palavras riscadas, mas não suscita grandes dificuldades de leitura. Como também não suscita dúvidas no tocante à data e ao lugar onde deveria ser publicada, posto que o manuscrito comporta no verso da última tira uma anotação a referir que «devia ser publicada na *A Floreal*» e no canto superior esquerdo da primeira página tem a indicação da coluna «Echos» a que se destinava nessa mesma revista. Trata-se, pois, de um texto escrito nos últimos meses de 1907.

Aliás, a própria temática e conteúdo da crônica remetem para este período. No segundo semestre de 1907, ainda numa sequela do Tratado de Berlim de 1883 e da consequente divisão imperialista do continente africano pelas potências europeias, as tropas colonialistas portuguesas levaram a cabo uma campanha de pacificação e ocupação efetiva de territórios no sul de Angola até então sob domínio de populações índigenas. Este movimento militar, que ficou conhecido como a Campanha de Cuamato, conseguiu pacificar e ocupar a região rebelde à custa da matança de muitos índigenas.

Em Lisboa, a vitória deu origem a manifestações de regojizo, entretanto empoladas pela imprensa portuguesa e retransmitidas enquanto notícias de glorificação do patriotismo lusitano para os jornais internacionais. Entre estes, estavam os jornais brasileiros, que, em alguns casos, deram destaque a tais feitos. Não é improvável que Lima Barreto tenha lido a seguinte notícia e telegrama que saíram com destaque na primeira página da carioca *Gazeta de Notícias*, de 8 de outubro de 1907:

> Mais uma vez triunfaram o denodo, o valor, a coragem dos heróicos soldados portugueses, em expedição na África. […] Eram, sem dúvida, cem contra um – cem pretos africanos contra um glorioso cidadão, que veste a heróica farda portuguesa. Que importava, porém? Foi completo, foi cabal o triunfo. […] Depois da tomada da Embala do Cuamata Pequeno, há dias noticiada, tenho o prazer de comunicar a V. Ex. a tomada da Embala do Cuamata Grande, efetuada no dia 4, depois de renhidíssimo combate, pela coluna expedicionária do comando do bravo capitão Roçadas que assim põe termo à campanha empreendida.

> Inimigo completamente derrotado. Fortificações bem construídas asseguram agora sossego definitivo no sul da província. Heroísmo capitão Roçadas e toda a coluna expedicionária incomparável. Em todo o país lavra o mais intenso júbilo e em toda a parte se realizam manifestações entusiásticas por esta gloriosa e brilhante vitória do exército português. (*Gazeta de Notícias* 1907: 2)

Independentemente do preciosismo de sabermos se Lima Barreto teve conhecimento desta notícia em concreto, o certo é que leu outras de teor semelhante e não se conformou com o seu sentido colonialista e racista. Afinal, na sua interpretação, que heroísmo haveria no embate de tropas modernas, dotadas de metralhadoras e artilharia pesada, com índigenas mal armados? Que obra de pacificação ou civilização era essa que começava por massacres e pretendia impor o domínio branco a populações negras doravante condenadas à obediência das armas e ao trabalho compulsivo? Contra este estado de coisas, Lima Barreto alerta premonitoriamente:

> Tenho para mim que esses negros flexiveis e adaptáveis a toda a sorte de mesteres, desde o de bestas de carga até o nobilíssimo de adversários dos esforçados varões do Portugal moderno, têm que acabar um dia. Se isso se der, a velha metrópole vai se ver atrapalhada para arranjar quem se preste à demonstração experimental de sua heroicidade eterna (FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 33, 18)[31]

O escritor carioca, que um dia pretendera escrever a história da escravidão no Brasil, que sabia fundamentar devidamente a negação da teoria racista de Gobineau e que conhecia bem a revolução independentista dos negros do Haiti, não podia estar de acordo com a onda de entusiasmo levantada pelo êxito da Campanha de Cuamato. Conforme se lê nas entrelinhas do trecho ora citado, *rira mieux, qui rira le dernier*. Algo que, de resto, a história se encarregaria de confirmar umas décadas depois com as guerras anti-colonialistas, as independências africanas e o fim do império colonial português.

31 Incluso em I-6, 36, 974; a citação é feita a partir da tira numerada por Lima Barreto com o número 2.

Tal como não podia estar em sintonia com a euforia colonialista subsequente às vitórias portuguesas no sul de Angola nos últimos meses de 1907, Lima Barreto também estaria dificilmente em conformidade com o destaque e a consternação excessivos que a grande imprensa carioca deu ao caso do assassinato do Rei D. Carlos ocorrido em Lisboa nos começos de 1908.

O que nos leva à segunda «crônica» inédita e desconhecida do autor, cujo título aparentemente seria «Os jornais»[32]. A «crônica» é composta por uma única tira manuscrita e autógrafa. Tal como acontecia no primeiro texto, o manuscrito apresenta uma caligrafia com traçado regular sobre tira pautada em sentido horizontal e tem algumas palavras riscadas, mas sem comprometer a leitura. Ao contrário do primeiro caso, não só lidamos com um texto incompleto, mas também resulta inviável saber se estava para ser publicado e a que publicação se destinaria. Já a sua datação é fácil de fazer, pois o que está em causa é a crítica à reação dos jornais cariocas ao atentado que vitimou o Rei D. Carlos e o príncipe-herdeiro, em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1908.

Durante cerca de uma semana o assunto foi manchete dos principais jornais do Rio de Janeiro, como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*. A 2 de fevereiro, este último destacava em grandes parangonas: «A tragédia de Lisboa / O Rei D. Carlos e o príncipe real assassinados / Telegramas recebidos depois das 5 horas / Horrível emoção». Os jornais cariocas desdobraram-se em pormenores sobre o assassinato, os homicidas, a sucessão, os funerais, as manifestações de pesar, a situação política em Portugal, a repercussão internacional. Publicaram fotografias em profusão.

Embora Lima Barreto ainda estivesse a anos de fazer a sua «profissão de fé» pública no anarquismo, mediante o artigo «Palavras de um snob anarquista» nas páginas de *A voz do trabalhador*, ele já se aproximara um pouco dos meios e das ideias acratas. Basta ver que abre a sua revista *A Floreal* à colaboração de Domingos Ribeiro Filho

---

32 Cf. FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 33, 18 [incluso em I-6, 36, 974]. Corresponde à última tira que se encontra sob este registo. Cf. Anexo 6.

(anarquista conhecido e seu amigo particular), aos ideais do amor livre (tema acrata então muito em voga) e à demolição simbólica do poder econômico-jornalístico através do próprio «Isaías Caminha».

Portanto, o regicídio português não seria propriamente assunto para lhe despertar sentimentos de simpatia pela monarquia da outra banda do Atlântico e para o fazer associar-se à consternação mediática. Tanto mais que, sendo leitor regular da imprensa dominante e das publicações nanicas mais alternativas, e estando em relação com vários anarquistas, não deveria desconhecer os escândalos dos adiantamentos financeiros à Casa Real portuguesa, os abusos da ditadura de João Franco, o ódio de parte importante da população à monarquia e o avanço imparável do republicanismo em Portugal. Neste contexto, não será de estranhar que o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* critique a cobertura da grande imprensa carioca e a sua campanha para associar o povo ao sentimento de luto face ao acontecimento:

> Nada havia que o pudesse fazer um acontecimento capaz de enlutar e trazer coberta de tristeza uma grande cidade, de mais de oitocentos mil habitantes, situada a milhares de léguas do local do crime e em país estrangeiro»[33].

Nada exceto o domínio da imprensa carioca pelo capital e pelo comércio portugueses do Rio de Janeiro, bem entendido! Não se deve esquecer que *O Paiz* era controlado pelo imigrante lusitano João Lage ou que parte importante das receitas da publicidade dos grandes periódicos provinham das casas comerciais da colônia portuguesa na cidade.

Mas o mais importante é ler estas duas «crônicas» que jaziam esquecidas e desconhecidas no Fundo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da FBN. Ei-las, pois, em transcrição.

A primeira: «Portugueses na África»

33 Cf. nota anterior, pois a citação é retirada exatamente da mesma tira aí mencionada.

Os srs. já conhecem a coisa. De ano em ano, os jornais daqui e de além mar noticiam estrondosas vitórias dos portugueses sobre os indígenas de suas possessões de África. No tempo dos «Lusíadas», talvez por não existir o jornalismo periódico, não davam tanta importância a feitos idênticos. Pelo menos não tenho notícia que Lisboa festejasse retumbantemente Antonio Salema, que, aí pelos fins de Quinhentos, matou dez mil índios perto de Cabo Frio; e se ainda nos resta memória das proezas da gente assinalada em Diu e Goa é porque alguns cronistas precavidos e meia dúzia de poetas entusiastas registraram-nas em prosa de bronze, ainda áspero, e em grandiosos versos, um tanto monótonos.

Hoje, não havendo farta messe de ações heróicas, lá pelo velho Portugal, os jornais e o governo não deixam escapar uma só vitoriazinha. Os heroísmos são narrados um a um, em frases cheirando ainda à *Íliada*; os retratos são publicados e os plutarcas afiam a pena para mais essa centena de varões ilustres.

O que há em suma? Esta coisa simples: um destacamento português, de cem ou duzentas praças, derrota uma partida de desgraça dos negros, duplamente desgraçados por serem negros e por viverem em possessões do Portugal necessitado de vitórias.

Pelo jeito, o governo lusitano precisa demonstrar a vitalidade da nação; precisa lembrar ao mundo que o sangue heróico dos varões assinalados ainda não está de todo acabado; e para tal organiza, de quando em quando, umas justas *art-nouveau* em que morrem algumas dezenas de negros (ora, os negros!) e os portugueses praticam heroísmos dignos de versos gregos e do triunfo romano.

Tenho para mim que esses negros flexiveis e adaptáveis a toda a sorte de mesteres, desde o de bestas de carga até o nobilíssimo de adversários dos esforçados varões do Portugal moderno, têm que acabar um dia. Se isso se der, a velha metrópole vai se ver atrapalhada para arranjar quem se preste à demonstração experimental de sua heroicidade eterna; e, a menos que a gente a quem outrora Marte obedeceu queira combater os chimpanzés e os gorilas de África, Lisboa só terá festas com franco cunho guerreiro, quando o governo das Necessidades sabiamente resolver condecorar com grandiosas solenidades os valentões da Baixa que se portarem heroicamente nas rijas com tripulações de barcos estrangeiros de passagem pelo Tejo. Então é que havemos de ver o indigesto Teófilo a explicar esse afloramento do Heitor português na população da sarjeta

alfacinha e o velho Camões a bimbalhar nas colunas dos jornais:

Cale-se de Alexandre e de Trajano,
A fama das vitórias…

E poderá assim Portugal, e por muito tempo, achar nos seus registos de nascimento, nomes que se possam contar naqueles outros em quem, como o Albuquerque terrível e o Castro forte, a morte não teve poder.

É ainda de Camões que, a meu ver, deve sofrer modificações convenientes para se adaptarem ao novo heroísmo de Portugal, se os nossos irmãos do Tejo querem um adaptador excelente, temos aqui à mão alguns experimentados em guerra. O Barão de Paranaguá calha, por exemplo [...]
(FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 33, 18)

E a segunda: «Os jornais»

O assassinato do Rei de Portugal vem demonstrar do modo mais eloquente de que maneira a nossa imprensa carioca é uma pura e simples exposição dos sentimentos e das opiniões do comércio português do Rio de Janeiro. O assassinato do rei D. Carlos, em si coisa lastimável para a sua família e os seus amigos, não podia ser no Brasil senão um caso secundário e provocador de condolências oficiais. Nada havia que o pudesse fazer um acontecimento capaz de enlutar e trazer coberta de tristeza uma grande cidade, de mais de oitocentos mil habitantes, situada a milhares de léguas do local do crime e em país estrangeiro.

Graças, porém, à manha inaudita de um [...]
(FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 33, 18)

Assim termina abruptamente o manuscrito autógrafo de «Os jornais», pelo menos na extensão parcelar em que se conservou nos papéis de Lima Barreto guardados na FBN.

Lima Barreto na revista portuense *A Águia*

Depois de nos termos adentrado em territórios praticamente ignotos ou inéditos da bibliografia ativa e passiva do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (a relação com o português Costa Macedo, o conto «Dr. Fonseca» publicado no número único da revista lusitana *Lisboa-Douro-Ribatejo* e as crônicas «Portugueses na África» e «Os jornais»), passemos a abordar uma matéria cujos contornos gerais são relativamente conhecidos desde há muito. Trata-se da colaboração de Lima Barreto nas páginas da revista portuense *A Águia*. Colaboração esta que ocorreu por intermediação de Costa Macedo, conforme acabamos de demonstrar no capítulo anterior.

No panorama das revistas portuguesas da década de 1910, talvez a mais destacada tenha sido *A Águia*. Editada na cidade do Porto, era mais do que uma mera publicação periódica. Era o órgão oficial de uma vasta tentativa de regeneração nacional (a «Renascença Portuguesa») que íncluia uma associação emprendedora, uma rede de universidades populares e uma editora. Tendo subsistido com uma periodicidade e uma visibilidade diversificada, desde o ritmo mensal ao aparecimento semestral, desde a pujança dos primeiros dez anos ao definhamento da segunda metade da década de 1920, a revista teve cinco séries e várias direções. A sua ideologia foi associada durante muito tempo ao idealismo e saudosismo de Teixeira de Pascoaes, mas a verdade é que a revista também foi palco para uma das mais célebres polêmicas culturais portuguesas do século xx graças ao debate que António Sérgio entendeu levar a cabo precisamente contra o movimento saudosista entre 1912 e 1914.

Uma vez fundada a associação Renascença Portuguesa em fins de 1911/começos de 1912, a revista portuense tornou-se o seu «órgão oficial» e desdobrou-se num boletim informativo cujo título era *A Vida Portuguesa* (existiu entre 1912 e 1915). Com algumas centenas de sócios espalhados por todo o país e também pelo Brasil, com um núcleo de direção composto por valiosos intelectuais e com

uma rede de colaboradores de várias tendências, *A Águia* incorporou não só nomes destacados do período, como, por exemplo, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Guerra Junqueiro, António Sérgio, Jaime Cortesão ou Álvaro Pinto, mas também jovens mais ou menos desconhecidos que viriam a estar entre os maiores da literatura portuguesa, como aconteceu com Fernando Pessoa ou Mário de Sá-Carneiro.

Entretanto, como já mencionamos, a atividade da sociedade Renascença Portuguesa consistia em bastante mais do que a simples edição da revista *A Águia* e do boletim *A Vida Portuguesa*. Conseguiu montar uma rede de universidades populares que se estendeu desde o Porto a Lisboa, Coimbra, Póvoa do Varzim e Vila Real, na qual se davam conferências, cursos e aulas públicas e gratuitas sobre os mais variados assuntos a centenas de pessoas. Conseguiu igualmente fundar uma biblioteca pública e, sobretudo, uma editora que viria a publicar duzentos a trezentos livros num período compreendido entre 1912 e inícios da década de 1930. No âmbito dos autores publicados, estavam incluídos vários escritores brasileiros, como, por exemplo, José de Alencar, Olavo Bilac, Carlos Maul ou Ronald de Carvalho.

Em suma, o facto de um escritor brasileiro conseguir aparecer no sumário da revista *A Águia* e ver os seus textos publicados nas páginas da mesma era algo que trazia uma certa potenciação para o acolhimento em terras portuguesas. Lograr a passagem transatlântica do nome e dos textos não era, pois, algo ao alcance de qualquer neófito ou de qualquer autor inexpressivo.

Aliás, quando Lima Barreto publicou o seu primeiro trabalho n'*A Águia*, já tinha editado há mais de três anos as *Recordações do escrivão Isaías Caminha* em Portugal e era uma presença habitual em certa imprensa carioca. Não se deve esquecer que até já havia dado à estampa *O triste fim de Policarpo Quaresma* sob a forma de folhetim no *Jornal do Comércio*.

Fernanda Suely Müller (2011b) já estudou com atenção a presença de Lima Barreto nas páginas de *A Águia*, mas fê-lo parcelarmente e não abordou as possíveis relações com o espólio deixado

pelo «solitário» de Todos-os-Santos. Tentemos complementar este estudo pioneiro e traçar um pouco a história dos conhecimentos havidos na bibliografia passiva acerca dessa presença.

Salvo erro, foi Francisco Assis Barbosa, na sua nota de apresentação ao epistolário entre Lima Barreto e Monteiro Lobato contido no segundo volume da *Correspondência* editado pela Brasiliana em 1956, o primeiro estudioso a chamar a atenção para tal colaboração na revista portuense *A Águia*. Nessa nota de apresentação, Francisco Assis Barbosa escreveu a propósito do modo como Monteiro Lobato teve notícia da existência de Lima Barreto através da publicação portuguesa e transcreveu uma carta que o autor de *Urupês* enviara a Godofredo Rangel em 1 de outubro de 1916:

> Ao «descobrir» o novo romancista […] Lobato escreveu cheio de entusiasmo a Godofredo Rangel: «Conheces Lima Barreto? Li dele, na *Águia*, dois contos, e pelos jornais soube do triunfo do *Policarpo Quaresma*, cuja segunda edição já lá se foi. A ajuizar pelo que li, este sujeito me é romancista de deitar sombras em todos os coevos e coelhos, inclusive o Neto. Facílimo na língua, engenhoso, fino, dá impressão de escrever sem torturamento – ao modo das torneiras que fluem uniformemente a sua corda d'água. Vou ver se encontro um *Policarpo* e aí o terás. Bacoreja-me que temos pela proa o romancista brasileiro que faltava. (Barbosa *apud* Barreto 1956c-d: II, 48)

E acrescentava que Monteiro Lobato estaria equivocado porque

> na *Águia*, revista do grupo da Renascença Portuguesa, editada no Porto, sob a direção de Teixeira de Pascoaes e Antonio Carneiro, só apareceu um conto de Lima Barreto: «Um e outro» (número 22, 2ª. série, outubro de 1913, pp.111-118). (Barbosa *apud* Barreto 1956c-d: II, 48)

Por sua vez, a já referida Müller corrige acertadamente a informação do conhecido biógrafo de Lima Barreto e assevera a correção do que Monteiro Lobato refere sobre os dois contos publicados pelo autor carioca n'*A Águia*. No seu estudo, Müller dá mais informações bibliográficas sobre tal colaboração:

> Na revista *A Águia*, […] Lima Barreto publicou os contos «Um e outro» (edição número 22, de outubro de 1913) e «Como o homem chegou», dividido em duas partes (edições 40 e 41, de março e abril de 1915, respectivamente). Inseridos na coluna «Seção brasileira», tais textos integram o conjunto dos primeiros contos produzidos por Barreto (juntamente com «Um especialista», «O filho de Gabriela», «A Nova Califórnia», «O homem que sabia javanês» e «Miss Edith e seu tio»), que são considerados pela crítica hodierna como algumas de suas melhores narrativas. […] os contos supracitados só foram publicados como apêndice da primeira edição de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, também de 1915 e, portanto, parece que a revista *A Águia* foi o primeiro órgão da imprensa a publicar «Um e outro»; em relação ao «Como o homem chegou», se não foi também a pioneira, o veiculou quase contemporaneamente à sua edição em brochura. (Müller 2011b: 1857-1858)

Por ter compulsado a coleção d'*A Águia* na perspetiva de identificar corretamente quais os contos efetivamente aí publicados por Lima Barreto e quais as respetivas referências bibliográficas, Müller terá sido a primeira a esclarecer devidamente o assunto. Por ter levantado as hipóteses de que o conto «Um e outro» foi originalmente publicado pela revista portuense em 1913 e de que o outro conto «Como o homem chegou» talvez também o tenha sido, embora neste último caso haja mais dúvidas, porque saiu igualmente na primeira edição de *O triste fim de Policarpo Quaresma* em 1915, a estudiosa brasileira terá sido pioneira na chamada de atenção para este problema de sabermos ao certo se Lima Barreto apenas destinou originais inéditos para aparecerem na revista portuensa *A Águia*.

Por não ter trabalhado sobre o espólio de Lima Barreto, Müller não pôde dar uma resposta segura a este problema. É nosso propósito esclarecer adequadamente esta questão e trazer algumas informações que a estudiosa em causa ignorou, posto que os seus objetivos se limitavam legitimamente aos contos publicados por Lima Barreto n'*A Águia* e não tinha a intenção de explorar a fundo tudo quanto se relacionava com a presença do autor carioca nesta revista portuense.

Antes de passarmos a tais esclarecimentos e informações complementares, especulemos um pouco sobre as possíveis razões que terão levado Lima Barreto a escolher tais contos para publicar

n'*A Águia*, bem como sobre as prováveis marcas de diferenciação e surpresa para o leitor português que iria ler estes contos dentro do seu horizonte de expetativas no tocante à literatura brasileira então corrente no período a que posteriormente se convencionou chamar de pré-modernismo ou *Belle Époque*.

Se não estamos em erro, quando o autor carioca decidiu enviar em maio de 1909 o conto «Dr. Fonseca» para o número único da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo*, fê-lo porque sabia que a narrativa do velho brasileiro doido obcecado, entre outras coisas, por pretensas honrarias na Universidade de Coimbra e por figuras como Camões ou Alexandre Herculano entrocava com o universo reconhecível aos leitores portugueses.

No tocante ao envio do conto «Um e outro» para a revista portuense *A Águia*, em 1913, parece ser mais difícil adiantar uma hipótese desse gênero. O texto não tem referências culturais que remetam diretamente ao universo especificamente lusitano. Talvez Lima Barreto se tenha decidido pela seleção desse conto porque pretendia partilhar e criticar motivos em voga na literatura internacional do período, ou seja, o automóvel enquanto símbolo da civilização sua contemporânea e a alienação da consciência humana nos objetos, nas mercadorias. Não esqueçamos que, em 1913, o escritor carioca já aderira ao maximalismo!

Quanto à narrativa das aventuras e desventuras do transporte do pobre louco Fernando desde a Amazônia até ao Rio de Janeiro, em «Como o 'homem' chegou», cremos que talvez seja relativamente fácil sustentar que Lima Barreto terá pretendido mostrar aos leitores lusitanos a viabilidade de uma escrita próxima da oralidade brasileira e distinta do estilo empolado de luminares como Coelho Neto (autor então muito conhecido em Portugal). Não esqueçamos as obsessões do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* em torno da desconstrução da linguagem «lusitanizante» e do estilo empolado de Coelho Neto, da valorização de uma linguagem oral mais próxima do quotidiano brasileiro ou de uma dicção simples e direta!

Independentemente das razões que terão estado efetivamente por trás das escolhas de Lima Barreto e das nossas suposições, o certo

é que a escrita do autor trazia agarradas marcas de diferença e surpresa para os leitores portugueses que lessem os seus contos n'*A Águia*.

Provavelmente, para quem estivesse minimamente habituado à literatura chegada do Brasil, a maior diferença terá consistido no estilo enxuto, direto e próximo da oralidade, bem como no vocabulário mais popular do narrador. Vejamos alguns exemplos. De «Um e outro»:

> Não havia motivo para que ela procurasse aquela ligação, não havia razão para que a mantivesse. O Freitas a enfarava um pouco, é verdade. [...] Lola suspeitava que não lhe fosse tão fácil assim, mas nada disse. Explorava habilmente aquela sua ostentação de dinheiro, farejava «qualquer coisa» e já tomara as suas precauções. [...] Vendo-a arrufada, o amante fingiu-se arrependido do que dissera, e vieram a despedir-se com palavras ternas. (Barreto 1913: 111, 115-116)

De «Como o 'homem' chegou»:

> Devia requisitar força ao governador, arregimentar capangas e não desprezar as balas de alteia. Assim fez o comissário. Pediu uma companhia de soldados, foi às alfurjas da cidade catar bravos e adquirir uma confeitaria de alteia. Partiu em demanda do «homem» com esse trem de guerra; e, pondo-se cautelosamente em observação, lobrigou os óculos do observatório, donde concluiu que a sua força era insuficiente. Normas para o seu procedimento requereu a Silly. Vieram secas e peremptórias: «Empregue também artilharia». [...] Todas as mesas estavam ocupadas; e só em uma delas havia um único consumidor. A esta ele sentou-se. Travou por qualquer motivo conversa com o mazombo; e, durante alguns minutos, aprendeu com o solitário alguma coisa. Ao despedirem-se, foi que ligou o nome à pessoa, e ficou atarantado sem saber como proceder no momento. A ação, porém, lhe veio prontamente; e, sem dificuldade, falando em nome da lei e da autoridade, deteve o pacífico ferrabrás em um dos bailéus do cárcere ambulante. (Barreto 1915: 194)

Diferença essa que talvez se tenha transformado em surpresa humorística se tivermos em conta que, em «Como o 'homem' chegou», os leitores lusitanos eram confrontados com uma certa

ridícularização das normas sintáticas, lexicais e ortográficas da língua escrita em vigor em Portugal e nos autores brasileiros a que estavam mais habituados (sobretudo no caso de Coelho Neto). Embora longa, não resistimos à seguinte citação:

> Barrado, cuja preocupação era ser êmulo do Padre Vieira, aproveitara o tempo para firmar bem as regras de colocação de pronomes, sobretudo a que manda que o «que» atraia o pronome complemento.
> […]
> Em pequena hora, Barrado e o guia sentavam-se à mesa do professor público, que lhes oferecera do jantar. O ágape ia fraternal e alegre, quando houve a visita da Discórdia, a visita da Gramática.
> O ingênuo professor não tinha conhecimento do pichoso saber gramatical do doutor Barrado e expunha candidamente os usos e costumes do lugar com a sua linguagem roceira:
> – Há aqui entre nós muito pouco caso pelo estudo, doutor. Meus filhos mesmo e todos quase não querem saber de livros. Tirante este defeito, doutor, a gente quer mesmo o progresso.
> Barrado implicou com o «tirante» e o «a gente», e tentou ironizar. Sorriu e observou:
> – Fala -se mal, estou vendo.
> O matuto percebeu que o doutor se referia a ele. Indagou mansamente:
> – Por que o doutor diz isso?
> – Por nada, professor. Por nada!
> – Creio, aduziu o sertanejo, que, tirante eu, o doutor aqui não falou com mais ninguém.
> […]
> A insistência do professor sertanejo irritava sobremaneira o doutor inigualável. Sempre aquele «tirante», sempre o tal «a gente, a gente, a gente»– um falar de preto mina! O professor, porém, continuou a informar calmamente:
> – A gente aqui planta pouco, mesmo não vale a pena. Felizardo do Catolé plantou uns leirões de horta, há anos, e quando veio o calor e a enchente…
> – É demais! É demais! exclamou Barrado.
> Docemente, o pedagogo indagou:
> – Por quê? Por quê, doutor?

Estava o doutor sinistramente raivoso e explicou-se a custo:

– Então, não sabe? Não sabe?

– Não, doutor. Eu não sei, fez o professor, com segurança e mansuetude.

Túcolas tinha parado de saborear a tartaruga, a fim de atinar com a origem da disputa.

– Não sabe, então, rematou Barrado, não sabe que até agora o senhor não tem feito outra coisa senão errar em português?

– Como, doutor?

– É «tirante», é «a gente, a gente, a gente»; e, por cima de tudo, um solecismo!

– Onde, doutor?

– Veio o calor e a chuva – é português?

– É, doutor, é, doutor! Veja o doutor João Ribeiro! Tudo isso está lá. Quer ver?

O professor levantou-se, apanhou sobre a mesa próxima uma velha gramática ensebada e mostrou a respeitável autoridade ao sábio doutor Barrado. Sem saber desdéns simular, ordenou:

– Túcolas, vamo-nos embora.

(Barreto 1915: 195-196)

Deixando sem desenvolvimento a questão do humor e da ironia da escrita de Lima Barreto, que aparecem de modo concentrado nesta última citação e que também lhe terão conferido provavelmente uma certa marca de identidade na sua recepção portuguesa, abandonemos o terreno das hipóteses de trabalho e das suposições.

A experiência da colaboração de Lima Barreto n'*A Águia* deixou alguns traços no seu espólio à guarda da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. Já vimos como ele guardou um bilhetezinho ao portador que Costa Macedo lhe enviou a tal respeito. Porém, há outras marcas.

Com efeito, o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* preservou até à data da sua inesperada morte, em 1 de novembro de 1922, os manuscritos ou datiloscritos dos contos «Um e outro» e «Como o 'homem' chegou». Em ambos os textos deixou anotações claras quanto à sua publicação consciente e voluntária na revista portuense *A Águia*. Lima Barreto preservou ainda um caderninho quadriculado com capa entre o castanho claro e o rosa-salmão

desbotado onde, em dezasseis páginas, foi tecendo notas sobre a distribuição do seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Entre estas notas, estão duas que remetem direta ou indiretamente para *A Àguia*.

De «Um e outro», encontra-se no espólio o respetivo manuscrito. Composto por treze páginas manuscritas e autógrafas a caneta, redigido em folhas de papel com o timbre da Secretaria de Estado da Guerra, o manuscrito apresenta um traçado regular na horizontal. Tem muitas correções e acrescentos a lápis, por vezes escritos tortuosamente nas margens, bem como vários riscados. A caligrafia é algo difícil, mas a leitura do todo talvez não esteja comprometida para os especialistas em edição de crítica textual ou genética. Na primeira página, ao alto, Lima Barreto escreveu a lápis: «1.ª edição: Policarpo Quaresma». No verso da última página, anotou igualmente a lápis: «Publicado na 'A Aguia', do Porto, n.º 5, de 1913»[34], o que esclarece indubitavelmente o facto de o conto ter tido a sua edição original na revista portuguesa. Embora seja impossível saber se o manuscrito do conto devolvido à procedência pelos «rapazes da *Águia*» por causa da sua ilegibilidade corresponde ao que está guardado na Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, talvez se possa trabalhar com a hipótese de que o original primeiramente enviado por Lima Barreto não devia ser muito mais legível.

De «Como o 'homem' chegou», não só se preservou o manuscrito, mas também (caso raro no escritor carioca) o datiloscrito. Composto por vinte e uma folhas devidamente numeradas e tendo mais ou menos as caraterísticas há pouco apontadas para o outro conto, o manuscrito tem no verso da última folha a anotação: «Publicado na 'Aguia', do Porto». O datiloscrito tem dezasseis folhas igualmente numeradas e apresenta carateres de tinta vermelha, traçado regular e poucas emendas ou acrescentos. Talvez seja a versão final que serviu quer para a inserção do conto na primeira edição de *O triste fim de Policarpo Quaresma*, quer para a sua publicação na revista portuense. Ambas as versões estão datadas de 18 de outubro de 1914, mas o datiloscrito nada tem sobre a publicação n'*A Águia* e

34 Cf. Anexo 7.

só refere a publicação na primeira edição do «Policarpo Quarema». Quanto à questão de saber se o conto se destinou originalmente à revista ou ao livro, não é possível dar uma resposta clara, dada a concomitância da sua aparição em ambas as publicações.

Por fim, refira-se que o caderninho onde Lima Barreto foi tecendo notas sobre a distribuição do seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em clara prova de estratégia literária pelos nomes e endereços de pares, jornais e revistas aos quais oferecer ou enviar o livro, tem vários indicadores da relação do autor carioca com Portugal. Na sétima página anotou e riscou: «A Aguia – 1 (Porto), dei»[35]. Na oitava, anotou e riscou: «Costa Macedo – 1, dei». Nas duas últimas páginas, escreveu este trecho, que Francisco de Assis Barbosa aproveitaria para a edição do *Diário íntimo*:

> Meu livro, o Policarpo, saiu há quase um mês. Só um jornal falou sobre ele três vezes (de sobra). Em uma delas, Fábio Luz assinou um artigo bem agradável. Ele saiu nas vésperas do carnaval. Ninguém pensava em outra coisa. Passou-se o carnaval e Portugal teve a cisma de provocar guerra com a Alemanha. As folhas não se importavam com outra coisa senão com o gesto comicamente davidinesco de Portugal. Enchiam colunas com notícias como esta: «A esquadra portuguesa foi mobilizada. Acham-se em pé de combate o couraçado Vasco da Gama, o cruzador Adamastor, a corveta dona Maria da Glória, a nau Catarineta, a caravela Nossa Senhora das Dores, o brigue Voador e o bergantim Relâmpago». E não têm tempo de falar no meu livro, os jornais, estes jornais do Rio de Janeiro. (FBN, Fundo Lima Barreto, I, 6, 33, 885)[36]

Entretanto, já anotara: «Teixeira (Lisboa). Dois.» Lima Barreto continuava a cultivar um pouco a ligação com o editor lisboeta que lhe publicara as *Recordações do escrivão Isaías Caminha* seis anos antes. Retornemos, porém, à questão da sua participação n'*A Águia*.

Já verificámos como tal participação esteve na origem de um

35 FBN, Fundo Lima Barreto, I, 6, 33, 885. Citação retirada de página deste caderno manuscrito. Ver Anexo 8.

36 Citação retirada da última página deste caderno manuscrito.

percurso invulgar que levou o paulistano Monteiro Lobato a descobrir Lima Barreto por intermédio da revista portuguesa e não através dos livros ou textos que o autor carioca vinha publicando no Brasil. Percurso esse que, diga-se de passagem, induziu a uma relação extremamente profícua, nomeadamente com a publicação de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* pela editora do próprio Monteiro Lobato, com colaborações variadas na *Revista do Brasil* e com um epistolário de cerca de três dezenas de materiais.

Vamos agora indagar outras potenciações que a colaboração de Lima Barreto n'*A Águia* terá podido desencadear quanto à circulação do seu nome e da sua obra em Portugal e no Brasil.

Antes de avançarmos para esta questão, importa ainda reconhecer que a revista portuense se limitou quase exclusivamente a publicar os dois contos atrás referidos. Pouco mais existe nas suas páginas a respeito de Lima Barreto. Não há nenhum artigo ou ensaio centrado na figura do autor carioca. Não há nenhuma resenha minimamente desenvolvida. Não há nenhuma referência superlativa a salientar o seu nome no primeiro plano das letras brasileiras do período. Além dos contos, o que existe está confinado a dois materiais mais ou menos microscópicos. Um é esta resenha telegráfica a *O triste fim de Policarpo Quaresma*:

> *A Águia* publicou já, em 3 dos seus números, uma das empolgantes sátiras deste empolgante volune, onde Lima Barreto nos dá algumas das mais brilhantes facetas do seu esplêndido talento de contista, que à facilidade extrema de escrever alia uma poderosa exuberância imaginativa. Os seus quadros são verdadeiramente notáveis, pelo poder extraordinário de fantasia e delicioso imprevisto.(*A Águia* 1916: 194)

Nas entrelinhas, e não obstante os encômios, ficamos com a impressão de que o resenhista mal terá lido o livro, posto que não faz a mínima referência ao romance propriamente dito e se limita a generalidades sobre os contos que integraram a primeira edição de *O triste fim de Policarpo Quaresma*.

E o outro material em que reaparece Lima Barreto é uma mera alusão ao nome e ao título do conto «Mágoa que rala» no âmbito de uma nota descritiva acerca do sumário de um número da *Revista do Brasil*.

Passemos agora a abordar textos e notícias que, mencionando a presença do autor carioca nas páginas d'*A Águia*, potenciaram o seu nome e obra quer em Porugal, quer no Brasil. Salvo desconhecimento, o material mais importante corresponde a um artigo de Fran Paxeco que, por sinal, até circulou em publicações periódicas dos dois lados do Atlântico. Com efeito, em texto publicado no boletim portuense *Vida Portuguesa* e no jornal maranhense *Pacotilha*, Fran Paxeco desenvolve uma leitura inesperada de Lima Barreto.

Embora se trate de uma leitura que apenas atinge marginalmente a figura do escritor carioca e a sua recepção em Portugal, ela é particularmente interessante por vários motivos. Desde logo, porque situa Lima Barreto entre os «paroxistas» (designação genérica que, na lógica do texto, recobre correntes tão distintas quanto o simbolismo, o saudosismo, o vitalismo ou o futurismo) que colaboram na revista portuense *A Águia*. Além disso, por remeter o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* para o lado conservador dos «paroxistas», ou seja, daqueles que inovam sem esquecer a tradição, o equilíbrio e a simplificação. Por fim, e note-se que está tudo intricado quer no texto de Fran Paxeco, quer na nossa interpretação do mesmo, porque relaciona Lima Barreto com nomes como, por exemplo, Fernando Pessoa, João de Barros ou Carlos Maul.

Não obstante haver uma certa indefinição e confusão, o certo é que o nome de Lima Barreto circula enquanto colaborador brasileiro d'*A Águia* e numa ótica de renovador da literatura, tal qual os nomes de outros participantes da revista portuense ou da publicação francesa *La vie des lettres* que estariam inovando sem esquecer o passado. Leiamos um trecho que aparece depois da invocação das «chaminés de usina» e dos «aeroplanos»:

> É a estética do movimento, de encontro à imobilidade, brada um dos pioneiros, que, ao inverso dos iconoclastas ígnaros, rende

homenagem a Zola, Whitman, Paul Adam, Rosinz, senior, Verhaeren, declarando os confreiros influenciados por G. Le Bon, Tarde, Durkheim, Bergson, G. Lanson, André Gide, Barrés.

Adivinha-se, nisto, uma juventude respeitosa…Tal, qual, a luzónia, que não se arrepela de preitear o maior vulto da nossa cultura, o assombroso arquiteto da civilização portuguesa – Teófilo Braga, o notável filólogo António Cortezão, Gomes Leal, José Sampaio (*Bruno*), Junqueiro, Coelho Neto, António Arroio. Os rapazes da *Águia*, alguns dobrantes dos 30, outros próximos dos 40, ou mais, reúnem o que de escoimado possuem as pugnas beletrísticas ali – sem lhes escassear pensadores e eruditos da craveira de Teixeira Rego, Leonardo Coimbra, Virgílio Corrêa, Fernando Pessoa, Augusto Martins, – Afonso Lopes Vieira, João de Barros, Raul Proença, Veiga Simões, António Corrêa de Oliveira, Câmara Reis, Augusto Cazimiro, João de Deus Ramos, Jaime Cortezão, Antero de Figueiredo, Mário Beirão, António Sérgio, Vasco de Órtigão Sampaio, Vila Moura, etc., constituem a fina flor das recentes camadas intelectuais. E do Brasil, Pinto da Rocha, o malogrado Tomaz Lopes, Carlos Maul, **Lima Barreto**, Lindolfo Xavier. (Paxeco 1914: 2) (negrito nosso)

Deixando sem maiores desenvolvimentos as implicações do trecho ora citado, que situa Lima Barreto simultaneamente na ótica do novo e do passado, bem como ao lado de uma plêiade de autores algo inesperada, passemos a referir outros materiais pertinentes. Materiais esse que, no fundo, talvez se tenham resumido à evocação telegráfica do nome de Lima Barreto no âmbito do sumário dos números em que o escritor carioca colaborou com a revista portuense. Por exemplo, *O Paiz* de 7 de novembro de 1913 transcreve o sumário do número 23 d'*A Águia* e o nome de Lima Barreto aparece enquanto autor do conto «Um e outro».

Sem alcançar propriamente uma dimensão muito relevante, o eco da presença do autor de *Memórias do escrivão Isaías Caminha* no periódico português não foi, pois, dispiciendo. Aliás, bastaria o facto de ter propiciado o encontro com Monteiro Lobato para lhe dar uma importância que não pode ser ignorada.

Ao abordar a presença de escritores brasileiros n'*A Águia*, Arnaldo Saraiva escreveu:

> dois houve que se distinguiram pela assiduidade. Um deles foi Carlos Maul que, como Almáquio Dinis, chegou a ser publicado em Portugal: o seu livro *Ankises* (1914) editou-o a *Renascença Portuguesa* depois de ter aparecido como simples colaboração de *A Águia.* Maul também chegou a corresponder-se com Mário de Sá-Carneiro, e tornou-se íntimo de Luís de Montalvor; mas não entrou no *Orpheu*, como entrou Ronald de Carvalho, que foi outro colaborador assíduo, com prosa e verso, de *A Águia*, e que acabaria por ser o único brasileiro que, tal como o português António Ferro, viu o seu nome ligado estreitamente ao Modernismo português e brasileiro. (Saraiva 2004: 91)

Fernanda Suely Müller (2011b) cita esta passagem e confirma este juízo de Arnaldo Saraiva. Na verdade, não podia ser de outro modo, pois a consulta da coleção completa da célebre revista portuense corrobora-o. Pela nossa parte, vamos apenas sistematizar um conjunto de informações, pensá-las em função do conceito de «campo» / «sitema» literário e situar assim a recepção de Lima Barreto na revista portuense.

Com cinco ou mais colaborações (poemas e prosa), com várias matérias acerca de livros seus (por exemplo, resenhas a *Ankises* ou *Luz gloriosa*), com obras editadas pela própria Renascença Portuguesa (por exemplo, *Ankises* ou *A morte da emoção*) e até com uma referência superlativa, Carlos Maúl e Ronald de Carvalho foram, de facto, os escritores brasileiros mais em evidência. Para não nos alongarmos, citemos apenas um texto em que se cruzam várias destas dimensões da sua presença inusitadamente predominante n'*A Águia*:

> *Ankises*, versos de Carlos Maul – Edição da «Renascença Portuguesa – Contém esta *plaquette* dois poemas: *Ankises* e *A fonte abandonada*, em que o jovem poeta, um dos mais brilhantes da atual geração brasileira, põe em relevo as suas enternecidas qualidades de inspirado (*A Águia* 1914: 190)

Contudo, nem um nem outro eram autores do polo dominante do campo literário brasileiro do período. Por detrás do seu acolhimento excessivo nas páginas da revista portuense, talvez tenham estado razões mais atinentes às vicissitudes da sociabilidade literária do que propriamente razões estritamente artísticas. Convém não esquecer que tanto Carlos Maul quanto Ronald de Carvalho desenvolveram amizades com escritores e pintores portugueses, tendo inclusive editado livros com ilustrações de figuras influentes nos círculos da revista portuense (casos de António Carneiro e Correia Dias).

Para não nos determos em Machado de Assis, morto em 1908, e em Afrânio Peixoto, cujo ingresso no polo dominante só se consubstancia já entrados os anos 1910, assinalemos que a literatura brasileira das duas primeiras décadas do século xx era encimada por autores ainda provenientes de fins de Oitocentos. Sobretudo, Coelho Neto, Olavo Bilac ou Alberto de Oliveira. Daí não ser de estranhar que a revista portuense tenha destacado precisamente o prosador passadista Coelho Neto e o parnasiano Olavo Bilac. Não tanto porque tenha contado com a sua colaboração assídua, que não contou, pois o primeiro limitou-se a colaborar com dois contos e o segundo com parte de uma conferência sobre Bocage, mas sim porque há uma série de indicadores de consagração. Nomeadamente, reiteração de juízos superlativos e iconografia. Citemos alguns exemplos:

> De Coelho Neto, que é hoje um dos primeiros artistas da prosa portuguesa, lemos *Inverno em Flor* (*A Águia* 1912: 132)

> A Pátria admirável de Olavo Bilac e Coelho Neto, dois nomes que fazem a glória d'uma literatura (*A Águia* 1913: 126)

> O Brasil acaba de perder um dos seus maiores poetas de todos os tempos, e um dos mais formosos cronistas da sua língua. Bilac ficará eternamente na memória brasileira, como um dos seus ídolos mais festejados. (*A Águia* 1918a: 151)

E foi precisamente a propósito da morte de Olavo Bilac que a revista portuense decidiu reproduzir uma sua imagem desenhada por António Carneiro e não se coibiu de relembrar que o poeta talvez não estimasse a própria *Águia*, mas lhe havia enviado uma colaboração e era digno do respeito devido a um dos maiores poetas da literatura brasileira[37].

Ainda dentro do polo dominante, talvez garantido sobretudo pelo rótulo «Academia Brasileira», nomes como Afrânio Peixoto, Mário de Alencar, Magalhães de Azeredo ou Pinto da Rocha também encontraram algum destaque. Em especial, o primeiro que tem transcrição de longas resenhas a seu respeito e várias colaborações.

No polo dominado do campo literário do pré-modernismo ou *Belle Époque*, encontravam-se simbolistas como Gonzaga Duque ou Emiliano Perneta, percursores do modernismo como Adelino Magalhães ou Monteiro Lobato, jovens desconhecidos que viriam a instaurar a ruptura modernista (Mário de Andrade ou Guilherme de Almeida), escritoras como Júlia Lopes de Almeida, Gilka Machado ou Carmen Dolores.

Nenhum destes autores teve qualquer destaque nas páginas da revista portuense, excetuando um pouco Gonzaga Duque. No máximo, tiveram uma colaboração isolada e uma ou duas resenhas, por norma elípticas e de circunstância. Por exemplo, Mário de Andrade mereceu em toda a revista apenas nove linhas, as quais apareceram por ocasião de *Em cada poema há uma gota de sangue*, livro de estreia ainda passadista e sob o pseudônimo de Mário Sobral:

> O Autor, que junta ao seu livro uma explicação de guerra aos germanófilos, quis inspirar-se em vários quadros da grande Catástrofe mundial para escrever os seus versos. Usou, porém, de uma linguagem tão semeada de palavras duras e difíceis que muito perdeu com isso a sua boa-vontade e a sua decidida vocação para a Poesia. (*A Águia* 1918b: 70)

Muitos outros autores brasileiros compareceram na revista portuense, seja como colaboradores ou como objetos de resenhas

37 Cf. *A Águia* 1918a: 151.

(na totalidade, houve mais de setenta de quase todas as variantes possíveis do campo literário do período e, de entre as poucas ausências realmente significativas para o *statu quo* de então, refiramos o nome de João do Rio, que foi simplesmente marginalizado pela *Aguia*). Em relação a estes outros autores entretanto perdidos ou quase para a história da literatura brasileira, como, por exemplo, Elias Gavinho, Manuel do Carmo ou Aldo Delfino, a revista também não conferiu nenhum destaque. Como, aliás, aconteceu em menor escala com alguns cultores das relações literárias luso-brasileiras (casos de Almáquio Dinis ou João Luso), pois esperar-se-ia que *A Águia* lhes desse maior visibilidade do que a que efetivamente tiveram nas suas páginas.

Em vista de todas estas considerações, talvez se possa afirmar que a recepção de Lima Barreto na revista portuense teve um certo destaque. Ter o nome em relevo em sumários de três números, dois contos e uma pequena resenha não era de somenos. Basta ver que, no universo total de mais de setenta autores brasileiros acolhidos na revista, não chega a uma dezena o número de escritores da outra banda do Atlântico a quem foi concedido semelhante destaque.

Sem ter a relevância superlativa de Coelho Neto e Olavo Bilac, e longe da presença recorrente de Carlos Maúl e Ronald de Carvalho, o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* teve, contudo, maior destaque na revista portuense do que seria de esperar. E isto porque, embora reconhecido por boa parte dos seus pares brasileiros do tempo, e com o seu primeiro livro editado em Portugal, Lima Barreto não tinha ainda o nome consagrado nas histórias literárias e não era da Academia Brasileira de Letras. Na sua *Pequena história da literatura brasileira*, Ronald de Carvalho (1919) ignora-o olimpicamente. A Academia recusa por várias vezes a sua eleição. E a revista portuguesa não deixava de ser susceptível à influência de tais recomendações «oficiais».

Omissão e reconhecimento na revista luso-brasileira *Atlântida*

No primeiro número da revista *Atlântida*, João de Barros, o seu diretor pelo lado português, escreveu:

> Só me lembrava de que, nas antologias portuguesas que desconhecessem fronteiras, o nome de Bilac devia enfileirar ao lado do de Junqueiro, os nomes de Machado d'Assis e de Coelho Neto tinham de aparecer juntamente com o de Eça de Queiroz. [...] De resto, um entusiasmo tão grande como aquele que me animava, tinha-o eu verificado nas minhas longas palestras com um grande e ilustre camarada brasileiro: – com Paulo Barreto, quando da sua estada em Lisboa, em 1909. (Barros 1915: 6-7)

Inconscientemente, João de Barros apresentava uma proposta de cânone para as letras brasileiras do período. E em abono da verdade pode-se afirmar que as matérias pertinentes da *Atlântida* corroboram tal proposta. Sem embargo de haver uma idiossincracia que acaba por tornar a figura de Coelho Neto numa espécie de quase ausência que se sobrepõe a todas as presenças, exceto no caso da recepção de Olavo Bilac, os nomes que mais se destacam em termos de acolhimento ou de colaboração assídua são precisamente estes dois ora referidos e o de João do Rio. Vejamos porquê.

No caso de Coelho Neto, não só porque logo nesse primeiro número há um juízo superlativo sobre ele e o valor da sua colaboração na revista, mas também por haver uma reiteração meio recalcada de provas da sua consagração ao longo de alguns dos quarenta e oito números da revista. Assim, os editores logo no número de abertura noticiam que é um «verdadeiro desvanecimento» anunciar a colaboração do autor de *Turbilhão* no seguinte número da revista. Mais informam de que Coelho Neto lhes enviou a novela inédita «Elixir da vida» e chamam superlativamente ao autor maranhense «glória das letras maranhenses». Assim, os editores

hão-de posteriormente pedir desculpa aos leitores por não ter sido ainda possível publicar o texto de Coelho Neto e hão-de engolir em seco o facto de nunca terem podido publicá-lo, por razões que não vêm agora ao caso. Assim a revista há-de reproduzir um discurso de Olavo Bilac em que os únicos nomes apontados como maiores são os de Coelho Neto e Alberto Oliveira[38].

No caso de Olavo Bilac, por razões que são evidentes sem necessidade de análise de maior. Basta verificar que se trata do único escritor brasileiro que chegou a merecer uma secção inteira de mais de quarenta páginas. Com efeito, no número seis de 15 de abril de 1916, toda a secção «Revista do mês» é dedicada à visita que Olavo Bilac realizou a Lisboa em março-abril desse ano. Reproduz discursos do próprio poeta brasileiro. Transcreve discursos a seu respeito de personalidades tão importantes das letras portuguesas como, por exemplo, Guerra Junqueiro. Noticia a recepção de Bilac na Academia das Ciências de Lisboa, o banquete que a *Atlântida* promoveu em sua honra e o seu recebimento pelo próprio Presidente da República Portuguesa. Tem fotografias e desenhos[39]. Se estes materiais de e sobre Bilac não eram exatamente pensados em função de uma recepção crítico-literária, havendo inclusive um certo cruzamento com motivações políticas por força da entrada de Portugal na I Guerra Mundial e do aproveitamento que se fez do facto de Bilac ter sido impulsionador de posições aliadófilas contra a Alemanha e da campanha pelo serviço militar obrigatório, o certo é que eram provas mais do que suficientes do seu prestígio literário em Portugal. Cremos que dispensam aprofundar algumas poesias que foi publicando na *Atlântida* e outros materiais dispersos nas páginas da mesma, incluindo os que lhe foram dispensados no número em que a revista o voltou a homenagear por ocasião da sua morte[40].

Quanto a João do Rio, o seu relevo na revista também dispensa comentários de maior. Diretor brasileiro da revista, tem uma

38 Cf. Bilac *apud Atlântida* 1916: 570-575.
39 Cf. *Atlântida* 1916: 569-603.
40 Cf., por exemplo, *Atlântida* 1919a: 946-951.

presença constante na mesma. Deixando de lado editoriais escritos por ele, discursos seus reproduzidos, notícias sobre a sua campanha de aproximação luso-brasileira e materiais iconográficos a seu respeito, a parte literária propriamente dita incorpora colaboração teatral, ficção e até crítica literária. Neste último ponto, veremos, mais à frente, como João do Rio, sob o pseudônimo de Joe, foi um dos principais responsáveis do exagero e desacerto crítico em torno da recepção portuguesa do romance *Exaltação*, de Albertina Bertha.

Talvez pudéssemos acrescentar ainda os nomes de Graça Aranha e de Afrânio Peixoto ao rol dos autores brasileiros que maior destaque tiveram na *Atlântida*. Graça Aranha chegou a ser o diretor da parte francesa da revista e há vários materiais ou notícias sobre a sua vertente literária. Afrânio Peixoto escreveu vários contos e um longo ensaio para a revista, sendo ainda alvo de valorização acentuada num artigo enviado por Tristão de Ataíde acerca do romance brasileiro do período[41].

Todavia, o que fica dito quanto aos medalhões da literatura brasileira destacados pela *Atlântida*, durante os seus cinco anos de existência de 1915 a 1920 e os seus quarenta e oito números, já permite avançar para uma breve comparação com o que verificámos no caso da revista portuense *A Águia*.

Do lado dos paralelismos, salientemos três aspetos. Um: o destaque primacial concedido por ambas as publicações a Olavo Bilac e a Coelho Neto. Dois: o papel de Afrânio Peixoto enquanto escritor mais garantido pelo rótulo da Academia Brasileira de Letras e a influência relativamente menor que esse rótulo assegurou a outros dos seus membros (Mário de Alencar, Carlos Magalhães de Azeredo e o próprio Miguel Calmon, que, como é sabido, foi um dos principais alvos das críticas negativas feitas por Lima Barreto). Três: o descaso com os autores dominados do campo literário brasileiro, como os simbolistas (Gonzaga Duque ou Emiliano Perneta nem sequer surgem), os precursores do modernismo

---

41 Cf., por exemplo, *Atlântida* 1920 e Ataíde 1919.

(Adelino Magalhães ou Monteiro Lobato estão ausentes), os jovens desconhecidos que viriam a instaurar a ruptura modernista (Mário de Andrade ou Guilherme de Almeida também pouco ou nada comparecem), a vertente da literatura de protesto social (por exemplo, Fábio Luz) ou as mulheres escritoras (Júlia Lopes de Almeida, Gilka Machado ou Carmen Dolores apareciam mais ou menos marginalmente na *Águia*, mas na *Atlântida* praticamente nem isso). Neste último caso da marginalização das mulheres escritoras, ressalve-se a exceção de Albertina Bertha.

Do lado das diferenças, assinalemos várias. Desde logo, o realce de João do Rio e, menos, de Graça Aranha nas páginas da *Atlântida* contra a sua quase ausência n'*A Águia*. Além disso, os jovens escritores Ronald de Carvalho e Carlos Maúl deixam de auferir o primeiro plano que conseguiram ter na revista portuense e ficam como que lateralizados na *Atlântida* (sobretudo Carlos Maúl, que só tem uma colaboração e nenhuma resenha ou outro material, já que Ronald de Carvalho ainda conserva uma certa visibilidade com um poema seu, um estudo de Luís de Montalvor (1916: 119-121) acerca de si e uma resenha crítica a *Pequena história da literatura brasileira*. Por último, e ao invés do que acontece n'*A Águia*, que passa ao lado da autora e do acontecimento, note-se que a leitura dos números da *Atlântida* poderia levar a pensar que a maior transformação do romance brasileiro da década de 1910 fora obra da desconhecida Albertina Bertha e do seu *Exaltação*.

Insistamos neste último ponto. Retrospetivamente, os artigos de Joe (pseudônimo do próprio João do Rio) e do influente Cândido de Figueiredo sobre o romance *Exaltação* desta autora talvez se afigurem como documentos de um crivo crítico praticamente nulo:

> O acontecimento literário de monta é o livro da escritora Albertina Bertha: «Exaltação». O romance no Brasil após o grande Aluizio Azevedo, Coelho Netto e D. Júlia Lopes de Almeida, estava quase um gênero abandonado. Salvo os dois romances de Afranio Peixoto e a obra *A Vida* do malogrado Thomaz Lopes, não apareciam nas livrarias novos nomes de romancistas. A sra. Albertina Bertha agita porém o mundo literário e o grande mundo com *Exaltação*. (Joe 1916: 683)

Por sua vez, no número 9, Cândido de Figueiredo arriscava o prognóstico de que «E*xaltação* tem direito a fixar-se imorredoira na bibliografia brasileira» (Figueiredo, 1916, p. 808) no âmbito de um longo artigo de seis páginas redigido sob o ponto de vista da correção gramatical e lexical que tão detestada seria pelos modernistas brasileiros. E tais artigos são provavelmente de um crivo crítico praticamente nulo porque, não obstante algumas tentativas da teoria e da leitura feministas para reabilitar escritoras como Albertina Bertha, basta ver que esta autora e esta obra em concreto nem sequer aparecem mencionadas em Alfredo Bosi (1979) ou que Brito Broca se refere a *Exaltação* em termos de romance falso e medíocre[42].

Não cabendo pronunciarmo-nos aqui sobre o eventual mérito ou demérito da narrativa ou da estória arrebatada e intensa de Ladice e Teófilo, o que nos interessa é chamar a atenção para a sobrevalorização de Albertina Bertha nas páginas da *Atlântida* (na qual chegou também a publicar uma colaboração) para contrastar a mesma com o que aconteceu com a recepção de Lima Barreto nesta revista e para cruzar várias leituras da época sobre estes dois escritores assim tão diferentemente tratados naquela que talvez tenha sido ou querido ser a principal revista literária luso-brasileira publicada em Portugal nas três primeiras décadas do século xx.

Repitamos a questão implícita nas linhas precedentes: no meio de tudo isto, como ficou a recepção do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* nas páginas da *Atlântida*?

Antes de respondermos, talvez tenhamos de recuar até alguns anos antes do início da publicação dirigida por João de Barros e João do Rio, que começou a circular em novembro de 1915. Talvez tenhamos de recuar à primeira edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em fins de 1909. Com efeito, neste romance, Lima Barreto traçara um retrato impiedoso e até desnecessaria-

42 Cf. Broca 1988: 115.

mente indiscreto de João do Rio sob o disfarce da personagem Raul Gusmão. Citemos um primeiro trecho:

> Mal saíu, pedi pormenorizadas informações ao Lage da Silva. Nos confins da minha aldeia natal, eu não podia adivinhar que o Rio contivesse exemplar tão curioso do gênero humano, uma desencontrada mistura de porco e de simio adiantado, ainda por cima jornalista ou coisa que o valha, exuberante de gestos inéditos e de frases imprevistas. Lage da Silva, porém só sabia que ele tinha a "Aurora» à sua disposição, jornal muito lido e antigo, respeitado e que no tempo do Império derrubou mais de um Ministério. Escrevia nos jornais; era o bastante. (Barreto 1909: 36)

E citemos um segundo trecho:

> – É verdade o que se diz por aí d'ele? indagou a meia voz o solicitador.
> Não sei, nunca vi, mas, no Domingo, nós... – não foi Caminha?
> Fiz um sinal afiirmativo e o meu amigo continuou: no Domingo vimo-lo entrar numa hospedaria da rua da Alfândega com um fuzileiro naval.
> – Que coisa! Mas será verdade?
> – Qual, disse Leyva, não creio. Ele faz constar isso e faz suspeitar, para se ter em melhor conta o seu talento. O público quer que o seu talento artístico tenha um, pouco de vício; aos seus olhos, isso o aumenta, extraordinariamente, dá-lhe mais valor e faz com que o escritor ganhe mais dinheiro.
> Como é então que entrou na hospedaria? indagou Marques.
> Tinha-nos visto e, mediante uma gorgeta, obrigou o soldado a prestar-se ao papel... Aquilo é o génio do reclame... (Barreto 1909: 127)

Estes dois trechos são suficientes para dar uma ideia do ataque desabrido que o escritor maldito de Todos-os-Santos lançou contra João do Rio. Como este era já um jornalista influente e esteve em Portugal pouco antes de as *Recordações do escrivão Isaías Caminha* serem lançadas pela casa lisboeta A. M. Teixeira, Lima Barreto chegou a temer que o atraso na saída do romance encobrisse uma possível desistência do editor português e que o motivo fosse a intervenção de João do Rio (este já conheceria quase de certeza o esboço do ataque contido nos capítulos publicados inicialmente na *Floreal*, em fins de 1907). Se tais receios não tinham efetivamente

um fundamento real, posto que os contatos de João do Rio com o editor A. M. Teixeira e com Albino Forjaz de Sampaio nada impediram, é muito plausível, no entanto, pensar que a caricatura cruel de Raul Gusmão terá estado na base do quase banimento do nome e da obra de Lima Barreto das páginas da *Atlântida*. Nelas, não houve uma única colaboração sua e não houve nenhuma matéria exclusivamente a seu respeito. Nem sequer uma simples resenha sumária e descritiva. Como aconteceu com o carioca *Correio da Manhã*, cuja atmosfera deletéria e cujo diretor também foram duramente satirizados nas *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, a presença de Lima Barreto estava como que oficiosamente proibida.

Seja como for, a verdade é que a *Atlântida* também tinha uma orientação ideológica nos antípodas da de Lima Barreto. Ele nada queria com o serviço militar obrigatório, o patriotismo e a guerra aliadófila sustentados pela revista. Ele não se revia minimamente nos meios oficiais, diplomaticos e bem-pensantes em destaque na revista dirigida por João de Barros e João do Rio.

Neste contexto, talvez não seja assim tão complicado entender por que razões a *Atlântida* entrou por caminhos historicamente equivocados ao entoar loas prospetivas a uma escritora como Albertina Berta ou ao destacar um pouco o acadêmico e diplomata Miguel Calmon, quando, em simultâneo, relegava praticamente ao ostracismo a figura de Lima Barreto.

Recomendada por um prefácio laudativo do influente Araripe Júnior e por relações familiares de grande prestígio na sociedade carioca de meados da década de 1910, Albertina Bertha estreou com alarido no gênero romanesco através de *Exaltação* (1916). Embora a passagem do tempo e a historiografia literária brasileira quase tenham feito esquecer por completo tal escritora e tal romance, a estreia foi um sucesso de crítica e de público no Brasil (até 1931 teve seis edições e vendeu muitos milhares de exemplares). Como vimos, os ecos estenderam-se a Portugal e a própria *Atlântida* se rendeu às virtudes do romance.

Porém, nem todos fizeram coro com a onda de elogios e alguns até se retrataram rapidamente. Um caso bem interessante foi

o de Jackson de Figueiredo, porque compara a recepção do romance de Albertina Bertha com a de *O triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto e se retrata da admiração inicial que lhe causara *Exaltação*:

> Em uma terra que surge toda uma legião de críticos para fazer o elogio de uma obra sensual e grosseira como a *Exaltação* da Senhora Dona Albertina Berta, é triste o modo como se recebe este outro [ou seja, *O triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto] que ficará entre os melhores que temos produzido ultimamente, pintura viva e admirável da nossa vida em um agitado período de lutas partidárias. […] após ter lido a *Exaltação*, recobrei a minha independência, […] pois penso que li um livro pessimamente escrito, um verdadeiro «candomblé» de palavras luxuriosas, ritmo africano de três pancadas e um grito, em que se confundem frases ocas, algumas vezes rídiculas, e umas exaltações falsas, facilmente bebidas nos livros de Frederico Nietzsche e D' Annunzio. (Figueiredo 1916: 48)

Aliás, o próprio Lima Barreto foi confrontado com Albertina Bertha e com o romance *Exaltação*. Deixando de lado as cartas trocadas com a escritora, que gentilmente lhe ofereceu o livro, o que nos interessa é o juízo público que o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* expediu acerca da autora e do livro. Embora se trate de juízo tardio e suscitado por uma obra de ensaios publicada anos depois por Albertina Bertha, vejamos o que o ficcionista carioca escreveu:

> Muito inteligente, muito ilustrada mesmo, pelo seu nascimento e educação, desconhecendo do edifício da vida muitos dos seus vários andares de misérias, sonhos e angústias, a autora do *Exaltação* com auxílio de leituras de poetas e filósofos, construiu um castelo de encantos, para seu uso e gozo, movendo-se nele soberanamente, sem ver os criados, as aias, os pajens e os guardas.
>
> Do alto do seu castelo, ela percebe as casas dos peões e homens d'armas, lá embaixo, rasas com o solo, e só a flecha da igreja do burgo se ergue um pouco acima dele. Ela não lhe adivinha os obscuros alicerces robustos […].

> Depois de Balzac, de Daudet, de Maupassant, etc., o romance *Exaltação* de D. Albertina Berta, na leitura, nos surge cheio de um delicioso anacronismo. Aparece-nos como uma novela de grande dama, linda e inteligente, para quem a existência só tem o merecimento e mesmo é o seu principal fim o de terminar o amor de um casal, senão de condição real, mas suficientemente principal.
>
> O último livro da Sra. D. Albertina Berta – *Estudos* – é talvez mais do que o seu romance de estreia demonstrativo da originalidade do seu temperamento e do seu curioso talento, tanto mais curioso quando se trata de uma mulher brasileira.
>
> O que, caracteriza o pensamento de D. Albertina é, se não uma certa difusão de ideias, uma falta de nitidez, de clareza e coerência de ideias. (Barreto 1920: 2)

Embora Lima Barreto use aqui de um raro cuidado e de uma rara elegância para não magoar a escritora, a verdade é que lhe passa mais ou menos subrepticiamente um atestado de autora idealista afastada das agruras sociais, apaixonadamente delicodoce na sua anacrônica resistência ao grande realismo oitocentista e confusamente eclética nas influências filosóficas.

Porém, mais grave do que o caso da sobrevalorização Albertina Bertha nas páginas da *Atlântida*, talvez seja o caso do relativo destaque concedido a Miguel Calmon. É que este arqui-inimigo de Lima Barreto nem sequer era propriamente um homem da república das letras em sentido restrito, mas sim um diplomata, político e técnico dotado de alto capital sócio-econômico e coroado pela entrada como membro na Academia Brasileira de Letras. No número treze, a *Atlântida* considera-o «um dos homens mais eminentes do Brasil contemporâneo». No número catorze, publica-lhe o retrato. O cume ocorre no número trinta e oito com a homenagem que a revista lhe presta por ocasião da sua nomeação para a Cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa e por conta de ser ele «uma das figuras mais brilhantes do moderno Brasil» (*Atlântida* 1919b: 239).

Como é sabido, Miguel Calmon nem sequer chegou a ocupar o cargo para que fora nomeado na Faculdade de Letras de Lisboa. Em crônica publicada na *Lanterna*, em fins de janeiro de 1918, Lima Barreto ironizava:

> De quando em quando os jornais anunciam certos acontecimentos para breve, e ao chegar a ocasião de se realizarem, eles não se verificam sem que as folhas volantes se preocupem em justificar o motivo de tal. Assim, por exemplo o senhor Miguel Calmon, professor de cálculos na Bahia e cadete de linha de tiro aqui, devido às profundas provas que deu, de saber cultivar batatas em quintais burgueses, foi escolhido para professor da Universidade de Lisboa da cadeira de Estudos Brasileiros. A escolha foi feita pela Academia de Letras que, como se sabe, primou sempre nas suas escolhas. (Barreto 1918a: 2)

Como explicar tais desacertos na contradição gritante entre as sobrevalorizações de Albertina Bertha ou Miguel Calmon, e a marginalidade quase total de Lima Barreto, a não ser sobretudo pela ojeriza desencadeada pela brutal sátira a João do Rio sob a máscara de Raul Gusmão nas *Recordações do escrivão Isaías Caminha*?

Todavia, a omissão do nome e da obra de Lima Barreto na *Atlântida* encontraria uma compensação e um reverso da medalha inesperado pela mão de Tristão de Ataíde. Com efeito, no número 41, presumivelmente de meados de 1919, o então emergente crítico literário publicou um texto de oito páginas intitulado «Crônica literária do Brasil» que comportava uma certa apreciação critica do estado do campo da literatura brasileira nas duas primeiras décadas de Novecentos.

No tocante ao romance, filiava o que considerava as duas principais tendências a um ramo machadiano e a um outro proveniente do Euclides da Cunha de *Os sertões*. Salientava bastante o papel de Lima Barreto, que considerava o romancista mais importante do período em parceria com Afrânio Peixoto. Intuía minimamente a tríade que resistiria ao desgaste desse juiz literário quase inexorável que é o tempo, posto relevar Euclides da Cunha e Lima Barreto, e não esquecer o Graça Aranha de *Canãa.* E tinha até o discerni-

mento de não endeusar Coelho Neto, algo então muito em voga. Se não explicitava o que tal tríade viria a representar em termos de brasilidade temática e de abrasileiramento da linguagem, e até criticava um pouco os supostos desleixos lexicais e gramaticais de Lima Barreto, tinha, pelo menos, o mérito irrefutável de ser o único material atualizado, critico e futurante que, em cinco anos e quarenta e oito números, a *Atlântida* publicou acerca dos romancistas e romances do período em causa. E, acima de tudo, como que «vingava» o nome e a obra de Lima Barreto do ostracismo a que a revista de João do Rio e de João de Barros o votara. Leiamos trechos em que Tristão de Ataíde salientava precisamente o valor do «vetado» autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, embora ressalvasse também um ou outro defeito.

> A corrente de Machado de Assis produziu os nossos dois melhores romancistas de hoje: Afrânio Peixoto e Lima Barreto.
>
> […]
>
> O outro romancista que acompanha o feitio de Machado de Assis é o Snr. Lima Barreto. Ainda está mais próximo da fonte comum. Começou por um romance de excelente visão — «Recordações do Escrivão Isaías Caminha», com mais de uma edição esgotada em Portugal, segundo me informou um livreiro de Lisboa. Estuda a chamada «imprensa amarela» que muito deu que falar na primeira década do século, mormente na presidência Campos Salles. O romancista é modelar no estudo dos tipos, todos caricaturais, que povoam sua narrativa. Sucedeu-lhe outro volume de acerba ironia e boa observação – «O Triste Fim de Policarpo Quaresma», estudo do meio carioca e nacional nos últimos anos do século XIX, por volta do período Floriano Peixoto. Descaíu em seguida, com uma narrativa de costumes da época, verdadeiramente cómica da presidência Hermes da Fonseca, – «Numa e a Ninfa» – e acaba de publicar outro romance na sua anterior maneira – «A Vida e a Morte de Gonzaga de Sá», que estuda outro aspecto muito nosso, a Repartição Pública.
>
> Sua arte é de caricatura. Seus tipos são tratados sem amor, senão com ironia amarga. Apenas no Gonzaga de Sá parece evoluir para uma forma mais pessoal de arte. Este Gonzaga é um irmão espiritual de Monsieur Bergeret. O livro é um passeio, entre o passeio e o ricto, pelo mundo das ideias e pela paisagem fluminense.

> O autor é um revoltado que fere pela ironia. Incompreendido, inadaptável ao meio, boémio, a sua arte resente-se naturalmente de seu viver. Frouxo de estilo, desleixado no escrever, incorreto, é filho de Machado de Assis no pensamento mas não na forma. É o nosso humorista. (Ataíde 1919: 568-570)

Independentemente de tudo, o que mais conta é o juízo superlativo de Tristão de Ataíde colocando Lima Barreto como um dos dois melhores romancistas brasileiros das duas primeiras décadas do século xx. Talvez se pudesse discutir algo a filiação a Machado de Assis, que pouco agradava ao autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Talvez fosse de pensar mais detidamente se a valorização ao lado de Afrânio Peixoto não será um contrasenso, pois, *à la longue*, como que equipara a pena da corrosão à do «sorriso da sociedade». Talvez se pudesse problematizar melhor os supostos desleixos ortográficos e gramaticais de Lima Barreto, já que muitos seriam intencionais para fazer uma aproximação da língua escrita ao falar abrasileirado do quotidiano e outros seriam descuidos de tipografia. Porém, repitamos, nada disto importa demasiado face ao juízo superlativo que situa Lima Barreto acima de praticamente todos os outros romancistas brasileiros do período, incluindo Coelho Neto e João do Rio.

Em suma, talvez possamos, pois, afirmar que a recepção de Lima Barreto nas páginas da *Atlântida* decorreu sob o signo da omissão intencional dos diretores da revista e do reconhecimento indesejado vindo subrepticiamente por mão de Tristão de Ataíde. Embora menos significativo do que ocorre na revista portuense *A Águia*, o acolhimento do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* na *Atlântida* parece marcar igualmente uma certa dinâmica pendular entre uma forte resistência à sua renovação estilístico-temática do romance brasileiro da época e uma tímida abertura a consagração futura.

Na rota do anarquismo português?

Beatriz Resende coloca o seu estudo do autor carioca sob o signo do estranho e belo conto «Dentes negros, cabelos azuis» (Resende 1993). Por outras palavras, coloca o estudo no prisma do que é marginal e secundário, do que não está canonizado. Por isso, Beatriz Resende aborda sobretudo a rutura de Lima Barreto com o cânone da república das letras brasileiras da *Belle Époque* e enfatiza os mal chamados gêneros menores, nomeadamente a crônica.

Ao indagarmos as eventuais relações do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* com o anarquismo português e ao rememorarmos os contatos que manteve com os meios acratas, maximalistas e comunistas brasileiros, também colocamos, neste capítulo em concreto, a nossa pesquisa debaixo do influxo metafórico de «Dentes negros, cabelos azuis».

Antes de mais, talvez seja conveniente esclarecer que a primeira pista mais objetiva para ir em busca da rota do anarquismo português parte do próprio Fundo Lima Barreto da FBN e tem a ver com um interessante bilhete que o então anarquista Astrojildo Pereira remeteu ao autor carioca, em 13 março de 1915: «Lembra-te que me prometeste o teu retrato, que o Quartin encomendou-me e que devo enviar em breve para Lisboa»[43].

Será que o anarquista luso-brasileiro Pinto Quartin escreveu algo sobre Lima Barreto ou intermediou alguma publicação sobre o mesmo numa das revistas ou jornais lisboetas de meados da década de 1910? Será que saiu alguma matéria sobre Lima Barreto na imprensa anarquista do período? Será que, entre os anarquistas portugueses mais cultos e relacionados de alguma forma com o Brasil, como, por exemplo, Neno Vasco, Ferreira de Castro ou o próprio Pinto Quartin, algum se terá preocupado em escrever algo sobre Lima Barreto?

43 Cf. FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 30, 610. Ver Anexo 9.

Previamente à tentativa de dilucidação de tais questões, vejamos, de modo sintético, as relações de Lima Barreto com os anarquistas, maximalistas e comunistas brasileiros, tanto no plano literário, quanto no plano político.

Segundo Lúcia Miguel-Pereira, na sua obra de referência sobre a prosa de ficção entre 1870 e 1920, o romance social brasileiro terá encontrado no Graça Aranha de *Canãa* (1902) uma primeira referência de qualidade e terá tido noutros autores que se lhe seguiram de perto expressões mais diretamente socialistas ou anarquizantes. Entre estes autores, a estudiosa cita Fábio Luz, Domingos Ribeiro Filho, Curvelo de Mendonça ou Rocha Pombo, mas salienta que eles produziram o que considera serem

> romances que deixavam à mostra, ingenuamente, o seu intuito de propaganda e que, feitos embora com muito boas intenções e revelando em algumas passagens os dons intelectuais de seus autores, não se impunham nem como obras revolucionárias nem como obras literárias. (Miguel-Pereira 1973: 236)

Para Lúcia Miguel-Pereira, Lima Barreto não pode ser integrado no âmbito dos escritores anarquizantes, comunizantes ou propagandistas, mas sim no lugar excecional de prenunciador único da ficção modernista dos anos 20/30 e de romancista prenhe de crítica social vazada em moldes literários de qualidade, avessos ao propagandismo fácil. Não interessa discutir aqui a posição de Lúcia Miguel-Pereira. O que interessa é verificar como a imagem de marca do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* está associada à denúncia da sociedade da *Belle Époque*, mas sobreleva de longe a dos prosadores socializantes do seu tempo.

Prosadores socializantes esses que foram, conforme se sabe, amigos e convivas do próprio Lima Barreto. Nalgumas ocasiões, ele escreveu sobre tais prosadores ou mereceu a crítica construtiva dos mesmos aos seus livros.

No caso de Domingos Ribeiro Filho, Lima Barreto chegou mesmo a envolver-se numa polêmica fraternal com este seu compa-

nheiro de trabalho, de tertúlias e da revista *Floreal*. Nas páginas desta revista, pelos fins de 1907, ambos os autores trocaram amigavelmente argumentos a propósito do acerto ou desacerto da sobrevalorização da ciência no romance *Cravo vermelho*, do próprio Domingos Ribeiro Filho e em cuja trama o tema então tão marcadamente anarquista do amor livre se fazia sentir com força. Mais tarde, em 1910, Lima Barreto haveria inclusive de recomendar a publicação do livro *Vãos tormentos* desse seu amigo ao editor lisboeta A. M. Teixeira.

No caso de Fábio Luz, que foi igualmente um amigo pessoal de Lima Barreto, é curioso verificar como o autor de *Recordações do escrivão Ísaias Caminha* anotou:

> Meu livro, o Policarpo, saiu há quase um mês. Só um jornal falou sobre ele três vezes (de sobra). Em uma delas, Fábio Luz assinou um artigo bem agradável (FBN, Fundo Lima Barreto, I, 6, 33, 885)

Nestas anotação que o escritor carioca fez num caderninho sobre a distribuição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, não deixa de ser interessante salientar que a recepção inicial deste romance lançado em fins de 1915 tenha passado pelo então conhecido escritor anarquista Fábio Luz. Pelo menos, mostra que os meios literários anarquistas brasileiros estavam a par do que Lima Barreto ia escrevendo no domínio da ficção e que a Lima Barreto não lhe eram minimamente indiferentes as reações de tais meios.

Aliás, também não lhe eram nada indiferentes os acontecimentos histórico-políticos concretos e as ideologias. As suas relações com o anarquismo e o maximalismo brasileiros são conhecidas. Depois que, em 1913, professou semi-publicamente e pela primeira vez as suas ideias acratas no artigo «Palavras de um *snob* anarquista» para o jornal *A Voz do Trabalhador,* (órgão oficial da Confederação Operária Brasileira, a primeira central sindical brasileira), o autor carioca escreveu frequentemente para publicações radicais, como, por exemplo, *A Lanterna* ou *O Debate*. Protestou várias vezes contra a deportação de revolucionários estrangeiros e contra o encerramento de publicações anarquistas. Chegou mesmo a escrever o

artigo «No ajuste de contas», no *A. B. C.*, de 11 de maio de 1918, que ficaria célebre e conhecido como «Manifesto Maximalista» pela sua corajosa defesa da Revolução Comunista de Outubro de 1917 na Rússia[44].

Se o entendimento do curso dos eventos na Rússia não chegava em Lima Barreto aos pormenores apenas ao alcance de homens inteira e consequentemente empenhados no movimento maximalista, como era o caso de Astrojildo Pereira, revelava, pelo menos, uma compreensão geral e uma simpatia ativa. Com efeito, Astrojildo descia aos pormenores em movimento dialético, conforme se comprova nesta citação quando ainda não estava clara a orientação meramente democrático-burguesa ou maximamente comunista do processo revolucionário russo de 1917:

> A Duma vinda do antigo regime, pode dizer-se representa, em maioria, a burguesia moderada e democrática, ao passo que o Comitê de Operários e Soldados, composto de operários, representa o proletariado avançado, democrata, socialista e anarquista. A Duma deu o governo provisório e o primeiro ministério; o Comitê de Operários e Soldados derrubou o primeiro ministério, influiu poderosamente na formação do segundo e tem anulado quase por completo, senão de todo, a ação da Duma [...] A qual das duas forças está destinada a preponderância na reorganização da vida russa? O que se pode afirmar com certeza é que essa preponderância tem cabido, até agora, ao proletariado. E como o proletariado, cuja capacidade política já anulou o papel da Duma burguesa, está também com as armas na mão, não encontrando, pois, resistência séria aos seus desígnios, não muito longe da certeza andará que prever a sua contínua preponderância, até completa absorção de todos os ramos da vida nacional, extinguindo-se, de tal modo, num prazo mais ou menos largo, a divisão do povo russo em castas diversas e inimigas. E inútil é insistir na influência que tais acontecimentos exercerão no resto do mundo, na obra de reconstrução dos povos, cujos alicerces estão sendo abalados pelo fragor inaudito dos grandes canhões destruidores. (Pereira 1917: s.p.)

---

44 Cf. Barreto 1918b: 11-13.

Já Lima Barreto não era tão circunstanciado, mas era capaz de compreender o que a Revolução de Outubro de 1917 trazia de subversivo contra os latifúndios, o capital financeiro usurário, a propriedade das instituições clericais e a família patriarcal, e de aplaudir tais efeitos revolucionários. Em artigos como, por exemplo, «No ajuste de contas», o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* deixou claro o seu apoio à Revolução Bolchevique e ao sentido histórico-universal que dela decorria:

> Se Kant, conforme a legenda, no mesmo dia em que a Bastilha, em Paris, foi tomada; se Kant, nesse dia, com estuporado assombro de toda a cidade de Koenigsberg, mudou o itinerário da excursão que, há muitos anos, fazia todas as manhãs, sempre e religiosamente pelo mesmo caminho – a comoção social maximalista tê-lo-ia hoje provocado a fazer o mesmo desvio imprevisto e surpreendente; e também a Goethe dizer, como quando, em Valmy viu os soldados da Revolução, mal ajambrados e armados, de tamancos muitos, descalços alguns, destroçarem os brilhantes regimentos prussianos – dizer, diante disto, como disse: «A face do mundo mudou». Ave Rússia! (Barreto 1918b: 13)

Aliás, não foi por acaso que este artigo ficou conhecido como «manifesto maximalista». Porém, o que nos interessa salientar com estas divagações em torno das reações de Lima Barreto face à Revolução Bolchevique não é esmiuçar tal assunto, mas simplesmente mostrar como o autor carioca estava relativamente imerso nos meios políticos e literários maximalistas, sem ter sido propriamente um militante ativo ou um escritor de propaganda. O que nos interessa destacar é, em suma, o enquadramento que lança luz sobre o envio do bilhete atrás mencionado em que o então anarquista Astrojildo Pereira solicita a Lima Barreto para enviar um retrato que lhe fora pedido de Lisboa pelo acrata luso-brasileiro Pinto Quartin.

Na verdade, embora tivesse nascido no Rio de Janeiro em 1887 e fosse legalmente um cidadão do Brasil, Pinto Quartin era sobretudo um luso-brasileiro. O pai era português e a mãe brasileira. Ainda criança foi levado para Portugal e chegou a estudar Direito na Universidade de Coimbra. Por causa da sua participação na

greve acadêmica de 1907 contra o governo monárquico, foi expulso da Universidade. Depois de dirigir ou colaborar em vários jornais acratas, Pinto Quartin encontrava-se à frente do periódico anarquista *Terra Livre* quando, no dia 10 de junho de 1913, um atentado bombista matou três pessoas e feriu mais de trinta outras no centro de Lisboa. Explorando o impacto do funesto acontecimento para limitar a voz incômoda desse periódico e do seu diretor, o governo republicano de Afonso Costa decide prender e expulsar Pinto Quartin para o Brasil sob a acusação de que teria responsabilidades morais no atentado e não tinha nacionalidade portuguesa.

Esta expulsão levantou celeuma quer em Portugal, quer no Brasil. A 5 de setembro de 1913, o jornal carioca *A Época* destacava o assunto na primeira página com fotografias de Pinto Quartin e da sua chegada ao cais Mauá. Entre outras coisas, o jornal relembrava que havia inclusive jornais republicanos em Lisboa a inocentar o luso-brasileiro das acusações das autoridades lusitanas, considerava que a atitude do governo de Afonso Costa era passível de gerar um incidente diplomático com o Brasil e dava a conhecer o motivo real que estaria por detrás da decisão de banir Pinto Quartin do território português durante dez anos. Leiamos um trecho do jornal carioca:

> E o que suspeita ter sido o verdadeiro motivo da sua prisão?
> Pinto Quartin sorri.
> – Atribuo o ter afirmado a «Terra livre» que o governo, reproduzindo casos muito conhecidos na Argentina e em Espanha, mandara deitar a bomba para comprometer o operariado. Foi a frase mais violenta que escrevemos nesse dia. (*A Época* 1913: 1)

O anarquista luso-brasileiro acabou por permanecer no Rio de Janeiro bastante menos tempo do que previa o banimento inicial, pois ele viveu na então capital brasileira apenas de setembro de 1913 até começos de 1915, quando retorna a Lisboa. Aparentemente, pouco se sabe sobre a sua estada no Rio. É certo que se inseriu nos ambientes acratas e colaborou no jornal *A Vida*, dirigido por José Oiticica e em cujas páginas também participou Astrojildo Pereira (ambos eram figuras radicalizadas e amigos de Lima Barreto), mas

provavelmente pouco mais se conhece. Terá sido, portanto, nestas instâncias que Pinto Quartin conheceu o então anarquista Astrojildo Pereira e teve notícia de Lima Barreto.

Chegados a este ponto, repitamos a pergunta atrás apresentada: será que o anarquista luso-brasileiro Pinto Quartin escreveu algo sobre Lima Barreto ou intermediou alguma publicação sobre o mesmo numa das revistas ou jornais lisboetas de meados da década de 1910? No Arquivo de Pinto Quartin, à guarda do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, há materiais enviados por escritores anarquistas brasileiros e amigos de Lima Barreto, como Domingos Ribeiro Filho e Astrojildo Pereira[45], mas nada encontrámos em relação ao autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Nem sequer uma simples menção ao seu nome.

E a verdade é que a natureza de alguns materiais encontrados neste espólio até eram propícios a que, pelo menos, o nome de Lima Barreto surgisse, pois há três cartas de Astrojildo Pereira, Domingos Ribeiro Filho e Pedro do Couto que, a pedido de um possível inquérito a desenvolver por Pinto Quartin, lhe foram enviadas do Rio de Janeiro sobre o estado das letras e da questão social no Brasil.

Se as respostas de Astrojildo Pereira incidem mais sobre o social e o político, e destarte talvez não fossem as mais indicadas para mencionar Lima Barreto, já o mesmo não acontecia com as respostas de Domingos Ribeiro Filho e Pedro do Couto. Com efeito, o inquérito projetado por Pinto Quartin, que se baseava em sete questões – a saber:

> Existe uma literatura propriamente brasileira ou nacional? […] Qual a literatura que mais influência exerce sobra a brasileira? […] Qual a escola dominante? O realismo? Principais temas e cultores? […] Há alguma tentativa de literatura social ou revolucionária? […] Quais os autores portugueses mais apreciados? […] Qual o grau de preparação científica na literatura nacional? […]

45 Cf. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Espólio Pinto Quartin, PT AHS-ICS PQ-DOC-473 e PT AHS-ICS PQ-CP-25.

Situação material dos homens de letras?
(ICS, Espólio Pinto Quartin, PT AHS-ICS PQ-DOC-473)

– era de molde a que, no mínimo, o nome de Lima Barreto fosse nomeado. Em primeiro lugar, porque Domingos Ribeiro Filho e Pedro do Couto o conheciam pessoalmente e sabiam do seu valor literário. Em segundo lugar, porque o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* já tinha publicado dois romances e colaborava assiduamente na imprensa. Em terceiro lugar, porque a pergunta pela tentativa de literatura social ou revolucionária quase implicava a referência a Lima Barreto, que, ao lado de Fábio Luz, Curvelo de Mendonça ou do próprio Domingos Ribeiro Filho (embora de modo menos diretamente propagandístico e partidário), era minimamente conhecido pela sua crítica ao poder e às ideias dominantes. Aliás, ele já professara publicamente a sua «profissão de fé» libertária nas páginas de *A Voz do Trabalhador*, sob o pseudônimo pouco eficaz de «Isaías Caminha».

No entanto, nem as respostas dadas por Domingos Ribeiro Filho nem as de Pedro do Couto em cartas enviadas a Pinto Quartin a partir do Rio de Janeiro e datadas de 28 de janeiro de 1915, no primeiro caso, e de 3 de fevereiro de 1915, no segundo caso, mencionam Lima Barreto. A respeito de possíveis tentativas de literatura social ou revolucionária no Brasil, Domingos Ribeiro Filho limita-se a escrever que há: «Poucas, muito tímidas, quase e panfletárias, *manquées*. O meio não permite e não anima». E Pedro do Couto apenas afirma haver o caso de Fábio Luz e ter havido o de Curvelo de Mendonça[46].

Infelizmente, nada encontrámos que possa provar a possibilidade de Pinto Quartin ter escrito algo sobre Lima Barreto ou ter intermediado outrem nesse sentido quer na imprensa anarquista ou maximalista, quer na imprensa generalista. É, pois, provável que o retrato de Lima Barreto enviado para Pinto Quartin em Lisboa (se é que chegou alguma vez a ser enviado!) não tenha servido para nada em termos de recepção pública do escritor carioca em Portugal.

---

46 Cf. ICS, Espólio Pinto Quartin, PT AHS-ICS PQ-DOC-473.

Do mesmo modo, nada pudemos descobrir até agora acerca da eventual presença do nome de Lima Barreto nalgum material de Neno Vasco e Ferreira de Castro, dois dos anarquistas portugueses mais ligados ao Brasil, mais cultos e de maiores possibilidades quanto a eventual cruzamento pessoal ou literário com o autor carioca.

O primeiro foi para o Brasil com nove anos de idade, voltou algum tempo depois a Portugal a fim de fazer a formação escolar que o levaria à licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra e retornaria a terras tropicais em 1901. Desde então até 1911 viveu quase sempre em São Paulo, excetuando alguns meses passados no Rio de Janeiro. Participou ativamente do movimento acrata brasileiro e fundou revistas anarquistas como, por exemplo, *O Amigo do Povo* ou *A Terra Livre*. Entre outros, ligou-se a anarquistas brasileiros como Edgard Leuenroth ou Fábio Luz. A par disso, chegou a publicar peças de teatro social e a desenvolver uma forte polêmica sobre língua e ortografia portuguesas com figuras eminentes da Academia Brasileira de Letras, nomeadamente José Veríssimo e João Ribeiro. Quer as peças de teatro, quer a polêmica linguística, visavam finalidades de emancipação social e cultural dos setores operários e populares. Depois de retornar a Portugal, em 1911, continuaria a colaborar regularmente com a imprensa brasileira mais radical, enviando textos seus para periódicos tão importantes do movimento acrata ou maximalista brasileiro quanto *A Voz do Trabalhador*, *A Lanterna* ou *Spartacus*.

Embora o facto de ter vivido pouco tempo no Rio de Janeiro torne mais complicada a possibilidade de Neno Vasco ter conhecido pessoalmente Lima Barreto, a afinidade de ideias e a circulação de textos de ambos os autores nas mesmas revistas ou jornais torna quase certa a hipótese do conhecimento recíproco do nome e de obras/textos. Não esqueçamos que Lima Barreto fez a sua «profissão de fé» libertária nas páginas de *A Voz do Trabalhador* através do artigo «Palavras de um snob anarquista», em 1913. Todavia, nada pudemos apurar de concreto. Até onde sabemos, Neno Vasco nunca mencionou Lima Barreto e vice-versa.

Quanto a Ferreira de Castro, que também foi viver para o Brasil quando ainda era imberbe e aí viveu cerca de uma década entre

1910 e 1919, as hipóteses de ter mantido algum contato pessoal com Lima Barreto são ainda mais remotas. E isto porque o então jovem escritor viveu sempre no Amazonas (primeiro no interior da selva e depois na capital do Pará, Belém), passando apenas de modo muito fugaz pelo Rio de Janeiro no caminho de regresso para Portugal.

Se o facto de Ferreira de Castro, apesar de bastante novo, já ter algum traquejo na atividade literária e jornalística na segunda metade da década de 1910, poderia ser propício a que ele conhecesse, pelo menos, superficialmente a obra de Lima Barreto, a verdade é que nada encontramos nesse sentido. Aliás, quando nos anos 20, Ferreira de Castro escreveu profusamente acerca de assuntos literários e outros em publicações anarquistas portuguesas, como no jornal *A Batalha* (primeiro), no seu suplemento cultural (depois) e na revista *Renovação* (por último), nada parece constar a propósito de Lima Barreto. Há artigos sobre o libertário José Oiticica, com o qual Ferreira de Castro se terá encontrado durante a sua passagem fugaz pelo Rio de Janeiro em 1919, ou acerca do gesto «heróico» de Graça Aranha rompendo com a Academia Brasileira de Letras no contexto da aventura modernista, mas o silêncio a respeito de Lima Barreto parece permanecer inalterado. Nem as afinidade ideológicas nem as concepções semelhantes quanto ao papel social da literatura terão, pois, conseguido alterar o provável desconhecimento ou menorização do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* por parte do escritor lusitano.

Além das observações que temos vindo a desenvolver sobre esta invisibilidade do autor carioca em intelectuais portugueses mais passíveis de o haver conhecido por terem vivido no Brasil ao tempo em que ele estava ativo e por serem da mesma família ideológica, convém ressaltar que a revista anarquista *A Sementeira*, a mais regular publicação acrata portuguesa durante as duas primeiras décadas do século XX, incluiu vários materiais literários e políticos de autores brasileiros ou a eles atinentes, mas nada terá acerca de Lima Barreto. Por exemplo, José Oiticica, Astrojildo Pereira ou Afonso Schmidt comparecem nas suas páginas com vários textos, comportando mesmo poemas. No número de junho de 1919, podemos ler um soneto

de Afonso Schmidt, talvez demasiado propagandístico e eivado de vocabulário como que parnasiano:

> Artistas! Se te oprime a esquálida miséria,
> Se a grande falta de ouro amarra as tuas asas,
> Rojando-te no chão, na lama da matéria,
> Mesclando a fome vil ao sonho em que te abrasas,
>
> Não te importe o clamor dessas turbas tão rasas,
> Não te importe o pungir da carne deletéria...
> Num solo de veludo ou num solo de brasas,
> Caminha, fito o olhar numa esperança etérea!
>
> Que te importa o banal, a propriedade, o mundo?
> Se te negam o pão, usa a fôrça, expropria!
> Em vez de te humilhar, faze-te vagabundo...
>
> Vibra teu plectro azul por este mundo afóra,
> Mas lega, quando morto, à multidão sombria
> Um grito de revolta e uma estrofe sonora!
> (Schmidt 1919: 237)[47]

Será que o excessivo propagandismo de que as contribuições literárias de *A Sementeira* padeciam, mormente quando provindas do Brasil, também terá tido uma quota parte de responsabilidade na ausência do nome de Lima Barreto, autor de crítica social alheio a panfletarismos transparentes, das suas páginas?

Enfim, o que interessa ressaltar é que a rota de Lima Barreto ao anarquismo português indiciada no bilhete que Astrojildo Pereira lhe transmitiu a pedir o retrato para enviar a Pinto Quartin, na capital lusitana, não nos permitiu encontrar mais documentação pertinente, mas existiu, ao menos, germinalmente neste bilhete em concreto.

Pouco importa que, por exemplo, não se possam documentar objetivamente as relações entre o autor carioca e Neno Vasco. Pouco

---

47 Cf. coleção completa, digitalizada, de *A sementeira* em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7890#!e_7889.

importa saber se a ficção de Assis Coelho (em *Lima Barreto, um caminhante libertário*) pondo em relação direta o anarquista português e Lima Barreto, num diálogo concreto em que o primeiro tenta convencê-lo a evitar o vício do álcool e fazer-lhe ver o que se perdia por um homem tão informado, inteligente e socialmente crítico como ele estar entregue à bebida, teve ou não alguma base real.

A correspondência inédita com os «conservadores» Fidelino de Figueiredo e Carlos Malheiro Dias

Curiosamente, e independendo do seu maior ou menor grau de concretização real, essas relações perigosas de Lima Barreto com o anarquismo luso-brasileiro não impediram que o escritor viesse a ter alguns contatos ou correspondências ocasionais e cordiais com figuras gradas da intelectualidade mais conservadora de Portugal. Nomeadamente com Fidelino de Figueiredo (1888-1967) e com Carlos Malheiro Dias (1875-1941).

Fidelino era um crítico e historiador literário respeitado. Enquanto pensador político tendia para a monarquia e a ultra-direita. Chegou a ser Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa e deputado durante o consulado ditatorial de Sidónio Pais, em 1918-1919. Depois do fim da ditadura sidonista e do retorno das correntes republicanas democráticas ao poder em Portugal, o então jovem Fidelino foi algo ostracizado da vida pública e decidiu rumar ao Brasil. Convidado a tomar posse do cargo de sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aproveitou o ensejo para ir até ao Rio de Janeiro e conhecer setores da intelectualidade do país-irmão[48].

Através da imprensa periódica brasileira depositada na FBN e da sua correspondente hemeroteca digital, é possível datar e reconstituir os principais momentos do primeira viagem de Fidelino Figueiredo ao Brasil. Assim, ficamos a saber que, a 12 de setembro de 1920, o jornal carioca *A Noite* não só inseriu uma foto do insigne visitante português na sua primeira página, mas também noticiou que

> O *Andes* deve trazer-nos, amanhã, o conhecido historiógrafo e crítico Dr. Fidelino de Figueiredo, membro da Academia de Ciências de

48 Duas das melhores fontes para introdução à figura de Fidelino de Figueiredo encontram-se em Amora 1989a e em *Fidelino de Figueiredo (1888-1969)* 1989.

> Lisboa, da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos do Instituto de Coimbra, dos Institutos Históricos do Rio de Janeiro, da Paraíba e do Ceará, redator da Revista de História e autor de grande número de trabalhos de subido valor, entre outros os seguintes: «O espírito histórico' (em 3ª edição), «História da crítica literária em Portugal» (2ª edição), «A crítica literária como ciência» (idem), «História da literatura romântica», «História da literatura realista», «História da literatura clássica», «Características da literatura portuguesa» (em 2ª edição), «Estudos de literatura contemporânea» (2 volumes) [...]. O Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo fará no Instituto Histórico desta capital, uma série de conferências sobre a literatura clássica de 1580 a 1756, versando a última sobre o seguinte: «Revista dos valores literários. A língua portuguesa. Caracteres especiais, Portugal e Brasil». (*A Noite* 1920: 2)

Por este e por outros jornais brasileiros da época, ficamos ainda a saber outros dados. Desde meados de setembro de 1920 quando chegou ao Rio de Janeiro até 17 de novembro do mesmo ano quando retornou a Portugal, Fidelino de Figueiredo deu conferências e palestras em vários locais cariocas, como, por exemplo, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico ou o Real Gabinete Português de Leitura. Os autores e temas versados foram, entre outros, Camões, Francisco Homem de Melo, Mariana Alcoforado ou o teatro português dos séculos XVI-XVII.

A recepção de que desfrutou entre os intelectuais brasileiros parece ter sido particularmente positiva, pois, entre outros artigos ou referências elogiosamente mais ou menos fundamentados, encontramos um longo texto no carioca *O Jornal* em que Tristão de Ataíde aborda a relevância da pesquisa bibliográfica no método de análise de Fidelino de Figueiredo e o considera «o primeiro crítico literário português contemporâneo» (Ataíde, 1920, p. 2). Aliás, até os lusófobos do *Gil Blás* e da Ação Social Nacionalista lhe teceram loas pelo facto de ele reconhecer os caminhos distintos de ambos os países e o próprio Jackson de Figueiredo como que o «apadrinhou» ao aceitar fazer a sua apresentação pública num dos eventos.

De toda esta recepção positiva, ficaram como marcas significativas a colaboração assídua de Fidelino de Figueiredo no carioca *O Jornal* ou na revista *América Brasileira*, bem como a correspon-

dência entabulada com Tristão de Ataíde (quarenta e seis cartas), com Jackson Figueiredo (vinte e nove cartas) e com Afrânio Peixoto (vinte e sete cartas)[49], que se encontrará na parte do espólio do escritor português à guarda da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ou os materiais trocados com Andrade Muricy e com o próprio Lima Barreto.

Na verdade, desconhecemos ao certo os pormenores exatos do como e do porquê Fidelino e Lima Barreto haverem chegado a comunicar por escrito, senão mesmo pessoalmente. A princípio, julgámos que talvez tivesse sido por intermédio de Andrade Muricy, que escreveu um depoimento a Fidelino de Figueiredo em que considerava o autor de *Recordações do escrivão Ìsaias Caminha* como um dos melhores novos romancistas do Brasil, conforme se pode verificar no volume XI da lisboeta *Revista de História*, de 1922. Neste volume, há um artigo/inquérito de Fidelino sobre a literatura brasileira contemporânea que apensa uma carta/resposta do conhecido estudioso do simbolismo brasileiro datada de 26 de outubro de 1920 e contendo tal afirmação a propósito de Lima Barreto[50].

Contudo, esta impressão não era inteiramente congruente com a documentação que fomos encontrando, primeiro no espólio de Lima Barreto à guarda da Fundação Biblioteca Nacional, depois na biblioteca pessoal de Fidelino de Figueiredo conservada na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, por fim, na correspondência do escritor português em depósito no Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Com efeito, nos guardados de Lima Barreto da FBN, há um cartão de apresentação de Fidelino datado de 23 de setembro de 1920 em que o autor lusitano lhe agradece a oferta de livros:

> Com mtos. Cumprimentos,
> Fidelino de Figueiredo agradece ao seu ilustre confrade a oferta gentilíssima

49 Cf. Amora 1989b: 11-12 e 16.
50 Ver Figueiredo 1922: 281-282.

> dos livros [ilegível] e aguarda ensejo de pessoalmente dizer a V[ossa]. S[enhoria]. todo o seu apreço (FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 29, 365-A)[51]

Oferta essa que remete para outros materiais que pudemos recolher na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E materiais esses que, por sua vez, correspondem a livros de Lima Barreto com dedicatórias autógrafas endereçadas a Fidelino de Figueiredo: num exemplar da segunda edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, lê-se: «Ao Exmo. Sr. Fidelino de Figueiredo, com muita admiração, off. Lima Barreto / 15.9.20». Num exemplar da primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, está: «Ao Exmo. Sr. Fidelino de Figueiredo, com todo o respeito, off. Lima Barreto / 15.9.20.» E na edição original de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, lê-se: «Ao Exmo Dr. Fidelino de Figueiredo, com muito respeito e admiração / Lima Barreto / 15.9.20».

Assim sendo, supomos com uma boa dose de plausibilidade que Lima Barreto terá estado atento à ida do então já destacado crítico literário português ao Rio de Janeiro e lhe terá feito entregar os seus livros para procurar lançar mais uma ponte no sentido de reforçar a sua chegada à intelectualidade do outro lado do Atlântico. Algo que não caiu inteiramente no vazio, posto ter dado azo não só à menção destacada no artigo/inquérito de Fidelino «A literatura brasileira contemporânea» por meio da carta/resposta de Andrade Muricy há pouco referida, mas também a troca de materiais entre o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e o crítico português.

Vejamos, na medida do possível, quais foram esses materiais. O primeiro está na Faculdade de Letras em Lisboa e consiste numa dedicatória que Lima Barreto escreveu num exemplar da primeira edição de *Histórias e sonhos* enviado desde o Rio de Janeiro no começo de 1921: «Ao grande espírito crítico do Dr. Fidelino de Figueiredo, offem. tomados de respeito e admiração, Lima Barreto e Livraria Schettino, Rio, 2 de Janeiro de 1921». O segundo está no próprio espólio de Lima Barreto à guarda da FBN e corresponde à

51 Ver anexo 10.

carta em que o escritor lusitano lhe agradece o envio dessa obra com dedicatória autógrafa:

> Lisboa, 1 de Fevereiro de 1921,
>
> Meu Exmo. e ilustre confrade,
>
> Tive o gosto de receber o novo volume de contos de V. Exª. «Histórias e Sonhos» que mto. [*sic*] me penhorou. Peço a V. Exª. que continue a distinguir-me com a sua benevolência tão gentil, mas q[ue] em sua bondade não exagere os pobres méritos de quem é tão pouca coisa na república das letras.
>
> Os trabalhos de V. Ex.ª, sinal dum elevado temperamento artístico, de opulenta imaginação e inexorável observação, serão utilizados por mim no ensaio, que projeto, sobre a literatura, a crítica e a erudição do Brasil.
>
> Como para retribuição das suas gentilezas, mando por este mesmo correio a nova edição de um trabalho meu. Quando saia outro volume, em q[ue] há materia brasileira, remetê-lo-ei tambem a V. Exl.
>
> Entretanto aceite V. Exl. os meus rendidos agradecimentos, com a certeza de alta consideração [ilegível]
> Mto [*sic*] atento admirador e confrade,
> Fidelino Figueiredo (FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 29, 365-B)[52]

O terceiro e último encontra-se no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma carta do próprio Lima Barreto a responder à epístola que acabámos de transcrever na íntegra e encontra-se aí porque Fidelino de Figueiredo legou o seu imenso acervo epistolográfico a esta Faculdade onde foi docente por mais de uma década, desde fins dos anos 1930 até ao começo da década de 1950. Inédita, tal como as duas peças de correspondência que Fidelino remeteu a Lima Barreto e praticamente tão

52 Ver anexo 11.

desconhecida quanto todos os materiais desta relação olvidada, esta carta merece ser transcrita na totalidade:

> Rio de Janeiro, 1 de abril de 1921,
>
> Meu caro e ilustre confrade Sr. Fidelino de Figueiredo.
>
> Só agora, um mês depois do Sr. me haver escrito de Lisboa, agradecendo a remessa do meu humilde volume de contos – «Histórias e Sonhos», posso responder a sua honrosa carta e a remessa do seu profundo livro – «A crítica literária como ciência». A carta e o livro me chegaram às mãos com largo intervalo, e está aí um dos motivos da demora. Eu não devia acusar recebida a sua missiva, sem fazer referência, pelo menos, à obra. Recebida tratei de lê-la e posso afiançar que muito aprendi com a leitura dela e que, só agora, com essa leitura, travo conhecimento com o seu formoso espírito, podendo apreciar a profundeza e a largueza de suas vistas literárias e de sua erudição. Conhecia do Sr. coisas esparsas, mas vi com a leitura de sua obra que muito tinha perdido em não segui-lo sempre. Não tenho capacidade, nem saber senão para isto do seu régio presente; mas, se o Sr. me permite fazer-lhe uma observação, eu lhe perguntaria porque o Sr. não estuda Guyau entre os que tentaram estabelecer um critério científico para o julgamento das obras literárias.
>
> Peço-lhe que só veja nisso um meu ânimo de aprender com quem tanto me surpreendeu com o seu saber.
>
> Guyau é uma das maiores influências literárias da minha vida, com a sua «Art au point de vue sociologique».
>
> Agradeço profundamente as suas boas palavras sobre os meus pobres livros e sou do Sr. discípulo e admirador
>
> Lima Barreto[53]

Deixando sem desenvolvimento de maior o que a referência à reivindicação de Guyau e da sua *Art au point de vue sociologique* implica para as concepções literárias de Lima Barreto, sempre nos antípodas da «arte pura», de entretenimento ou de conivência com o *statu quo*, bem como para um certo descentramento que ele opera subtil e elegantemente quanto às ideias do próprio Fidelino de Figueiredo demasiadamente centradas no método «bibliográfico»,

---

53 Cf. nota 15, p. 32.

mencionemos apenas brevemente que as relações epistolares entre o escritor carioca e o autor português tiveram alguns desdobramentos entre a intelectualidade brasileira da época.

De facto, quer o amigo e editor Francisco Schettino, quer Elísio de Carvalho, tiveram conhecimento da admiração que Fidelino de Figueiredo nutria pela escrita de Lima Barreto. Assim foi que Schettino escreveu ao autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 15 de abril de 1921: «Não sei se te falei que o Fidelino Figueiredo, em carta ao Elísio de Carvalho, se referiu ao teu livro *Vida e morte de Gonzaga de Sá*, e, ainda, que o achou muito interessante?», ou ainda, em material não datado: «Não encontrei o Elysio. Quando o vir [falarei] sobre a tua carta. Bem te disse eu sobre o Fidelino: muita cousa foi aí que se desconhece e tem valor»[54].

Independentemente de não se poder afirmar que tais desdobramentos alcançaram uma dimensão relevante e de não nos ter sido possível encontrar praticamente nenhuma referência concreta a Lima Barreto em materiais publicados por Fidelino de Figueiredo, nem mesmo num opúsculo tão propício ao mero elenco de nomes e obras quanto *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)*[55], é muito provável que as relações epistolares entre ambos tenham tido alguma ressonância para a recepção portuguesa do solitário de Todos-os-Santos. Pelo menos, é certo o destaque do nome de Lima Barreto enquanto um dos maiores novos romancistas brasileiros na carta-depoimento de Andrade Muricy a Fidelino de Figueiredo no volume XI da lisboeta *Revista de História*, de 1922. E isto não era de somenos, pois a *Revista de História* e Fidelino eram agentes importantes da intelectualidade portuguesa de inícios da década de 1920. Que o fossem sobretudo nos setores conservadores e que o nome do «esquerdista» Lima Barreto fosse por eles minimamente valorizado, é provavelmente uma ironia da história e do deslocamento dos nomes/obras de um país para outro país.

Aliás, o facto de o único outro intelectual português com quem Lima Barreto manteve comprovadamente algum tipo de correspon-

54 Cf. Schettino *apud* Barreto 1956c-d

55 Figueiredo 1925.

dência, além de Fidelino de Figueredo (como acabamos de ver) e de Costa Macedo (conforme vimos no quinto capítulo da presente monografia), ser Carlos Malheiro Dias também é algo surpreendente.

À primeira vista, pouco poderia aproximar os dois escritores. Malheiro Dias[56] estava no espetro político-ideológico contrário ao de Lima Barreto, sendo desde sempre um monárquico conservador convicto e tendo procedido a uma espécie de auto-exílio no Brasil precisamente por causa da sua oposição à implantação do regime republicano português em 1910. O português circulava em espaços pouco simpáticos aos olhos do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, movendo-se nos meandros da elite econômica, da alta sociedade mundana e da Academia Brasileira de Letras. E, para cúmulo, as concepções de literatura eram bem divergentes, na medida em que o português não acentuava a dimensão militante e crítica do fazer artístico.

Portanto, a não ser o facto de ambos serem pares do mesmo ofício de escrever e ficcionar, nada os aproximava. Contudo, chegaram a conhecer-se pessoalmente e a trocar correspondência. Conforme é sabido, o próprio Lima Barreto se encarregou de referir publicamente como conheceu o autor de *A mulata*. Num artigo saído no *A. B. C.*, em 7 de setembro de 1918, o escritor carioca escreveu:

> Conheci o Sr. Carlos Malheiro (eu queria por o s) há dias, por apresentação de João Luso.
>
> Tive a mais bela impressão e o Sr. Carlos M. Dias pode ficar certo de que a ideia que eu fazia dele era muito diferente.
>
> Acreditava-o um literato janota, desses das montras para uso das damas alambicadas; e o notável romancista que aprecio e admiro, surgiu-me como a pessoa mais simples deste mundo.
>
> Falou-se muito naturalmente e o homem que eu pensava ter todo o escrúpulo em trocar quatro palavras comigo, em plena via pública, pareceu-me querer que me demorasse com ele a conversar. Agradecido.
>
> A vida tem dessas coisas; e, diz o povo, que não há como os homens conversarem, para se entenderem.

56 Para uma introdução a Carlos Malheiro Dias sob o ponto de vista das relações luso-brasileiras, cf., por exemplo, Alves 2009.

> Espero, justamente, que ele não leve a mal uns reparos que vou fazer sobre um seu recente artigo no *O País* intitulado – «À margem do último livro de Anatole France». (Barreto 1918c: 8)

Antes de transitarmos deste dado público para o espaço privado e inédito da correspondência trocada entre ambos os escritores numa ocasião bem determinada, permita-se-nos que abramos um parêntesis para abordar um pouco as modalidades de leitura, de influência e de rejeição da literatura portuguesa por parte de Lima Barreto. Até porque há dois artigos de Lima Barreto em que esta questão vem a terreiro precisamente a propósito de Carlos Malheiro Dias.

O primeiro artigo intitula-se «Literatura militante» e a citação que acabamos de fazer foi retirada do mesmo. Neste texto, Lima Barreto discorda do que lhe se afigura ser a desconsideração dos «literatos militantes» por parte de Carlos Malheiro Dias. Sentindo-se indiretamente atingido por esta desconsideração, o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* reprova as práticas literárias de Júlio Dantas ou Antero de Figueiredo e chama em seu auxílio a autoridade de Eça de Queirós:

> Quando disse que o Sr. Julio Dantas ou o Sr. Antero de Figueiredo não mereciam esse "engagement" que estamos tendo por eles, é que eles não mereciam, no Brasil, a influência que vão tendo. […] Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós. […]
>
> O termo "militante" de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim.
>
> O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que nas *Prosas Bárbaras*, quando comparou o espírito da literatura francesa com o da portuguesa.
>
> Pode-se lê-lo lá e lá o encontrei. Ele mostrou que desde muito as letras francesas se ocuparam com o debate das questões da época, enquanto as portuguesas limitavam-se as preocupações da forma, dos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas eram militantes, enquanto estas eram contemplativas e de paixão. (Barreto 1918b: 8)

O segundo artigo intitula-se «Volto ao Camões!» e, na verdade, é cronologicamente anterior ao que abordamos agora. Apareceu a 27 de abril de 1918, igualmente no *A. B. C.* Como veremos, o alvo crítico do texto era nem mais nem menos do que a literatura retórica, decorativa e acrítica de Júlio Dantas e Antero de Figueiredo, cuja aceitação no Brasil era endossada pelo próprio Carlos Malheiro Dias e irritava sobremaneira Lima Barreto. No entanto, ao lado desta rejeição destes autores portugueses, Lima Barreto reconhecia o contributo e originalidade de outros escritores lusos. Por isso, se se enfada vivamente porque

> No nosso tempo de literatura militante, ativa, em que o palco e o livro são tribunas para as discussões mais amplas de tudo o que interessa o destino da humanidade, Portugal manda para aqui, com grande sucesso, o Sr. Júlio Dantas e o Sr. Antero de Figueiredo, dois inócuos fazedores de frases bimbalhantes.
>
> [...]
>
> O Sr. Júlio Dantas não passa de um Rostanzinho de Lisboa que fez *A Ceia dos Cardeais* - obra que não é senão um superficial "lever de rideau", sem um pensamento superior, sem uma emoção mais distinta, "verroterie" poética que fascinou toda a gente aqui e, creio, também em Portugal.
>
> As suas peças históricas não têm um julgamento original de acordo com qualquer ideal estético ou filosófico; não traem um avaliador sagaz, ágil do passado; de rigor psicológico nada têm os seus personagens.
>
> São glosas dialogadas de tradições e crônicas suspeitas, sem uma vista original do autor, sem um comentário que denuncie o pensador.
>
> [...]
>
> Se digo isto do Sr. Júlio Dantas, que direi então desse Sr. Antero de Figueiredo?
>
> Este senhor me parece um marmorista canhestro que fizesse uma "fouille" na Grécia, de lá extraisse um tronco, uma perna, um braço de um mármore antigo e dele fizesse um "bibelot".
>
> O campo de suas escavações é o grande Camões, onde vai retirar os episódios mais perfeitos e belos que as oitavas do poema esculpiram para fazer romances edulçorados que a transcendência estética do Sr. Malheiro Dias talvez ache superiores aos decassílabos de Camões e um assombro literário.

> Mas, em que pese ao Sr. Carlos Dias eu volto ao Camões
> (Barreto 1918d: 4)

Também é verdade que não esquece o influxo positivo de alguns escritores portugueses:

> Que nós tivéssemos sofrido a ascendência e a influência de Garrett, de Alexandre Herculano, de Oliveira Martins, de Eça de Queirós e mesmo de Camilo Castelo Branco, admite-se.
>
> Todos estes, para não falar em alguns outros mais, como Arnaldo Gama, Antero de Quental, António Nobre, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão; todos esses dizia são criadores, de algum modo originais, muitos deles concorreram para reformar a música do período português, deram-lhe mais números, mais plasticidade, inventaram muitas formas de dizer. (Barreto 1918d: 4)

Não sendo aqui o espaço adequado para desenvolvermos uma interpretação de Lima Barreto enquanto leitor dos escritores e da história literária portugueses, cremos que os dois artigos citados dão já uma certa imagem de tentativa balanceada que ele procurava construir. Sem concessões para a adoção acrítica da norma culta da língua portuguesa, sem fraquejar na aproximação ao quotidiano brasileiro e sem deixar de verberar o que considerava negativo na literatura lusa, Lima Bareto também sabia o quanto a sua própria concepção de literatura devia a um Eça de Queirós ou o quanto havia de relevante noutros escritores, como, por exemplo, Antero de Quental, Bocage ou, obviamente, Camões.

Aliás, não foi certamente por acaso que, no espólio do escritor carioca à guarda da Fundação Biblioteca Nacional, ficaram traços dessa sua ligação com a literatura do país-irmão. Deixemos um exemplo em sentido negativo e um outro em dicção positiva.

De Júlio Dantas, Lima Barreto conservou um retalho com o texto «Humour» especialmente escrito pelo escritor português para o jornal carioca *Correio da Manhã*, de 14 de julho de 1918.

O texto é frívolo e pedante, e Lima Barreto anotou a lápis: «modelo das coisas do Júlio Dantas»[57].

De Eça ou sobre Eça, guardou, entre outros materiais, um fragmento de um texto em que o autor de *Os Maias* faz a comparação do caráter militante e crítico da literatura francesa com o caráter retórico e contemplativo das letras portuguesas. Fragmento este que terá certamente servido a Lima Barreto para reforçar o seu entendimento da arte enquanto militância de ideias e de crítica, tal como transaparece, por exemplo, no seu «Literatura militante» despoletado por Carlos Malheiro Dias[58].

Passado este parêntesis, foquemos, pois, o espaço privado e inédito da correspondência trocada entre Lima Barreto e Carlos Malheiro Dias. Embora estejamos diante de um diminuto *corpus* de apenas dois materiais e não haja aqui trocas do Rio de Janeiro para Lisboa, vale a pena salientar o potencial de significações encerrado nas duas breves missivas que iremos transcrever. Em primeiro lugar, por se tratar de documentos inéditos e praticamente desconhecidos da bibliografia especializada no estudo de Lima Barreto. Em segundo lugar, por haver aqui uma complementaridade de arquivos (a missiva de Carlos Malheiro Dias para Lima Barreto encontra-se no seu espólio depositado na carioca FBN e a do brasileiro para o português está no fundo deste último no lisboeta ACPC-BNP). Em terceiro lugar, porque o conteúdo dos documentos aponta para uma certa auto-representação de Lima Barreto reconhecendo a importância da matriz portuguesa na história do Brasil e para um certo prestígio do seu lugar de escritor original na imagem do «outro» português. Em quarto e último lugar, porque as palavras de Carlos Malheiro Dias, embora recobertas de fórmulas polidas e motivadas por um equívoco deveras pontual, eram sempre as palavras de alguém com virtualidades de reforçar a recepção de Lima Barreto do outro lado do Atlântico. Ou não fosse Carlos Malheiro Dias um dos principais elos entre a cultura brasileira e portuguesa nas primeiras

57 Cf. Anexo 12.
58 Cf. Anexo 13.

quatro décadas do século XX (independentemente de estar sediado em Lisboa, onde esteve de fins do século XIX até 1913 e de meados dos anos 1930 até à morte em 1941, ou no Rio de Janeiro, onde viveu de 1913 até ao meio da década de 1930)!

Cremos que as cartas como que «falam» por si próprias e não carecem de explicação de maior. Em missiva datada de 10 de julho de 1922, manuscrita e autógrafa, Lima Barreto escreve:

> Ilustre confrade
> Sou assinante da «História da colonização portuguesa no Brasil», da qual recebi quatro fascículos cuja importância satisfiz, por intermédio do meu editor habitual o Sr. Francisco Schettino, com livraria editora, à rua Sachet 18.
> Acontece que ainda não recebi os últimos números de tão interessante publicação e não sei quais os motivos.
> Fui ao «gabinete» e reclamei, dizendo quem era. Tudo me foi prometido, mas coisa alguma cumprida.
> Ora, Sr, Carlos Malheiro Dias, o senhor é escritor como eu e, embora de vida mais regular que a minha, há de convir que isto é uma desconsideração para a qual peço a sua atenção, tanto mais que tenho o maior interesse pela «História» que os senhores estão publicando. Ser de alguma forma rebarbativo não quer dizer que não mereça a leitura de tão meritória obra.
> Saúde,
> Lima Barreto.
> (ACPC-BNP, Espólio Carlos Malheiro Dias, D4/240)

No dia seguinte, Carlos Malheiro Dias, numa folha manuscrita a tinta, responde imediatamente e esclarece que:

> Meu ilustre confrade,
> Respondo à sua carta de ontem. Embora nada tenha com a parte editorial e administrativa da História, foi com o mais vivo desejo de lhe ser agradável que mandei investigar o que se passava relativamente à sua assinatura.
> Não houve nem podia haver qualquer intuito de falta de consideração que por todos os títulos lhe é devida. Houve incúria, apenas, a velha incúria luso-brasileira.

Agradeço-lhe a oportunidade que me deu para me assinar com sincera estima e não menos sincera admiração.

Colega e adm.,
Malheiro Dias
(FBN, Fundo Lima Barreto, I-6, 29, 345)[59]

Embora não tenhamos conhecimento de que estes materiais e este episódio fortuito tenham dado azo a qualquer espécie de repercussão pública de Lima Barreto em Portugal, já que não nos foi possível apurar nenhum material em que Malheiro Dias refira explicitamente o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* ou algo onde se mencione a relação pontual entre ambos os escritores, ficamos com a impressão de que a extrema rapidez e a polidez da resposta do autor de *A mulata* no sentido de esclarecer pessoalmente o problema do incumprimento da assinatura da *História da colonização portuguesa no Brasil* são como que sintomas do reconhecimento do lugar destacado que Lima Barreto já ocupava nas letras brasileiras do começo da década de 1920. Sobretudo, por ser proveniente de um «outro» português que estava situado no lado mais conservador e tradicionalista da sociedade luso-brasileira.

59 Cf. Ver Anexo 14.

Aspetos da receção pública do pré-modernismo brasileiro no campo literário português

A despeito do esforço de alguns especialistas no sentido de revalorizar e matizar a literatura pré-modernista brasileira[60], uma certa imagem de marca negativa permaneceu relativamente incólume até à atualidade. Considerando que Lima Barreto se destacou sobretudo no romance, vejamos como é que o período pré-modernista deste gênero tem sido encarado na história das letras brasileiras.

Em meados do século passado, a historiografia literária do «país-irmão» já a havia fixado. Para Lúcia Miguel-Pereira da incontornável *Prosa de ficção (De 1870 a 1920)* haveria uma tal esterilidade nas duas primeiras décadas de Novecentos que apenas Lima Barreto desempenharia o papel de romancista a postular os «prenúncios modernistas». Na sua opinião, Graça Aranha seria mais filósofo do que romancista e estaria confinado a *Canãa*[61]. Euclides da Cunha e *Os sertões* estariam fora do gênero romanesco. E tudo o resto seria passadismo linguístico e temático[62]. Tal perspetiva parece também ser subscrita por Eugênio Gomes (1958) e por Temístocles Linhares (1987, I, p. 1-38), pois selecionam precisamente o autor carioca enquanto único representante a destacar no romance pré-modernista. Por seu lado, Alfredo Bosi tem uma visão menos restritiva:

> Creio que se pode chamar pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural. […] Caberia ao romance de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaismo social

60 Por exemplo, o Setor de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro) tem reeditado obras esquecidas, do período, produzido exposições, realizado seminários e publicado coletâneas de ensaios com esse fim. Cf. AA.VV. 1988.

61 Cf. Miguel-Pereira 1973: 288.

62 Cf. Miguel-Pereira 1973: 285-288.

> de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e a vivência brasileira de Monteiro Lobato o papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional.
> […]
> [o Modernismo] visto apenas como estouro futurista e surrealista nada lhes deve (nem sequer a Graça Aranha, a crer nos testemunhos dos homens da «Semana»); mas, considerado na sua totalidade, enquanto crítica ao Brasil arcaico, negação de todo academismo e ruptura com a Republica Velha, desenvolve a problemática daqueles, como o fará, ainda mais exemplarmente, a literatura dos anos 30. (Bosi 1979: 343-344)

Obviamente, das figuras enunciadas poucas são romancistas, mas a aproximação de Bosi tem o mérito de explicitar os «prenúncios pré-modernistas» para lá da mera figura tutelar de Lima Barreto. Com efeito, se este foi o único romancista a ser mais frequente e individualizadamente tratado na história e na crítica da literatura brasileira enquanto desconstrutor do «meu-ufanismo» e do retardatário purismo linguístico da *Belle Époque*, ele não foi exceção absoluta entre os prosadores de ficção. Houve também Graça Aranha e outros a contribuir para a desmontagem da literatura como «sorriso da sociedade». *Canãa* trouxe o problema novo da imigração germânica e tornou-se num romance social e de ideias por onde passava criticamente a temática da brasilidade. Independentemente da sua indefinição de gênero entre a ciência e a arte, *Os sertões* confrontaram o litoral e o interior brasileiros em termos duros que apelavam para uma ultrapassagem pedagógica, econômica e social das clivagens rumo a uma unidade nacional a impor sem a nefasta força militar usada contra os rebeldes de Canudos.

À margem destas considerações e dificuldades para manter as renovações apenas dentro do gênero romanesco, parece ser certo que o esquema de visão e divisão dominante nos estudos literários brasileiros tende a menosprezar o romance pré-modernista de conjunto, salvando-se apenas Lima Barreto à conta de antecipador consistente das revoluções vindouras. Coelho Neto e Afranio Peixoto, que foram «medalhões» culturais da época, aparecem regularmente individua-

lizados nas histórias da literatura com capítulos ou parágrafos de maior ou menor porte, mas quase sempre como símbolos de uma esclerose linguística e conteudística comprometida com o Brasil oficial. Dir-se-ia que nunca mais conseguiram recuperar dos ataques demolidores que os agentes do modernismo de 1922 lhes moveram, deixando de ser autores vivificados por uma fortuna crítica perdurável, mau grado uma outra tentativa de recuperação. Graça Aranha tem *Canãa* entronizado como seiva donde brotaria algo novo, mas o seu capital no gênero resume-se a isso e o seu papel de alto patrocinador da revolução modernista de 1922, devidamente simbolizado no gesto de rutura com a Academia Brasileira das Letras, talvez se lhe sobreponha. Nomes grandes como Euclides da Cunha ou «vanguardistas» como Adelino Magalhães não contam propriamente como romancistas. Outro ousado inovador como o Hilário Tácito do romance *Mme Pommery* (1919) foi simplesmente apagado. Enfim, *qua* romancista pré-modernista em sentido construtivo e não meramente cronológico ficou apenas a marca distintiva de Lima Barreto, por vezes num tripé algo problemático com Graça Aranha e Euclides da Cunha.

Será que, na recepção portuguesa dos romancistas e dos romances pré-modernistas brasileiros vamos encontrar a reprodução de tais parâmetros de desvalorização acentuada deste estado passado do campo ficcional, pese embora um ou outro matiz distinto? À primeira vista, os romancistas brasileiros do período em causa não parecem ter encontrado um acolhimento consistente e duradouro entre nós, esvanecendo-se bastante mesmo a presença daqueles que até haviam sido inicialmente recebidos de modo promissor. Saraiva sistematizou um conjunto de informações esparsas concernentes a tal recepção nas três primeiras décadas do século xx. Sem concordar inteiramente com a afirmação de Rui Gomes que, nas páginas de um número de 1923 da *Revista Portuguesa*, asseverara que

> enquanto no Brasil é bem conhecida a literatura portuguesa, em Portugal não se mostra o merecido interesse pelo conhecimento da literatura brasileira [...]. De facto, em Portugal apenas se conhece Coelho Neto e Olavo Bilac, e alguns outros de conhecimento mais limitado –

> Machado de Assis, Euclides da Cunha, Raimundo Correia e pouco mais (Gomes *apud* Saraiva 2004: 39)

o estudioso da Universidade do Porto não deixa de reconhecer que a poesia foi largamente acolhida e valorizada,

> mas a prosa perdia claramente em relação à poesia. José de Alencar e Machado de Assis, que alguns portugueses leram desde as primeiras obras, não eram em Portugal o que Eça e Camilo eram no Brasil. E Coelho Neto, abundantemente editado pela Chardron do Porto, não tinha a estatura ou a exemplaridade daqueles; o mesmo se diria de Lima Barreto, o qual em 1909 viu editado em Lisboa *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. (Saraiva 2004: 37)

Para o nosso objetivo, pouca importância assume o facto de Arnaldo Saraiva estar a misturar autores oitocentistas e pré-modernistas, pois o interessante é verificar como das afirmações ora citadas se pode concluir pela recepção mais fraca dispensada aos prosadores e pela redução portuguesa do universo do romance pré-modernista brasileiro praticamente ao nome de Coelho Neto. Todos os outros seriam mais ou menos terra árida. Nem Lima Barreto nem Euclides da Cunha chegavam ao prestígio do autor de *Turbilhão*. Nem o facto de Lima Barreto ter publicado a primeira edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pela lisboeta Livraria Teixeira alterou uma sua projeção pouco eficaz no nosso campo literário.

Resta, no entanto, verificar se a recepção foi realmente assim tão árida e se Lima Barreto foi tão ignorado quanto parece (excetuando obviamente o que já referimos mais em pormenor noutros capítulos desta nossa monografia).

Embora não esgotem as entradas possíveis para a avaliação da recepção do romance brasileiro no campo intelectual em Portugal durante as três primeiras décadas do século xx, as revistas literárias são um bom indicador. Já verificámos o que ocorreu n'*A Águia* e na *Atlântida*, que foram as duas revistas luso-brasileiras mais importantes desse período. Tomando novamente como ponto de apoio o trabalho de Fernanda Suely Müller (2011a), que, além de fazer a

catalogação das matérias brasileiras aparecidas nestas duas publicações periódicas, catalogou igualmente tais matérias nas revistas *Portugal-Brasil*, *Nação Portuguesa*, *Orpheu*, *A Rajada*, *O Ocidente*, *Ilustração Portuguesa* e *Serões*, vamos agora expandir o nosso estudo.

Porém, antes de mais, refiramos algo que nos parece elucidativo da notabilidade e da hierarquia dos escritores brasileiros segundo a sua recepção portuguesa nas revistas literárias das primeiras décadas de Novecentos. A consulta do índice onomástico do *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa no século XX (1900-1940)*, de Daniel Pires[63], revela que Olavo Bilac foi o nome mais em evidência (pelo menos, colaborou em vinte e duas revistas portuguesas do período), seguido de Coelho Neto (pelo menos, teve colaboração em cerca de uma dezena de revistas), de Afrânio Peixoto e Ronald Carvalho (cada um com participação em meia dúzia de publicações), e de João do Rio (participação em quatro publicações). Embora aquele *Dicionário* não seja obviamente um estudo acerca da recepção do pré-modernismo brasileiro em Portugal e apenas estejamos a apreciar a recorrência do nome dos autores na qualidade de colaboradores, não deixa de ser importante deixar aqui registado este dado que está relativamente em linha com o que observamos em *A Águia* e na *Atlântida*. A saber, com o predomínio das figuras de Olavo Bilac e Coelho Neto, que são secundadas de perto por João do Rio e, a maior distância, por Afrânio Peixoto ou Ronald de Carvalho.

Fechado este pequeno parêntesis, salientemos que, dentre as revistas acima enunciadas para a expansão do nosso estudo (*Portugal-Brasil*, *Nação Portuguesa*, *Orpheu*, *A Rajada*, *O Ocidente*, *Ilustração Portuguesa* e *Serões*), cabe à *Ilustração Portuguesa*[64] o lugar de maior destaque.

Embora longe dos mais de sessenta materiais de interesse para o estudo da recepção do pré-modernismo brasileiro em Portugal que

---

63 Cf. Pires 1996.

64 Esta revista semanal foi publicada entre 1903 e 1993, mas a partir de 1931 a sua regularidade foi reduzida a apenas um ou dois números por ano. Carlos Malheiro Dias dirigiu a primeira série da revista, de 1903 a 1912.

A Águia e a *Atlântida* comportam cada uma, a *Ilustração Portuguesa* também apresenta um *corpus* relevante. Tem para cima de trinta materiais, entre resenhas breves a livros, artigos de maior fôlego ou colaborações poéticas e em prosa dos próprios escritores brasileiros.

Júlio Dantas e Acácio Paiva, que escreveram durante algum tempo e em épocas distintas uma espécie de crônica quase editorial para a *Ilustração Portuguesa*, talvez possam ser usados como exemplos do senso comum dos intelectuais portugueses quanto à hierarquia e destaque a conferir aos escritores (e particularmente quanto aos romancistas) mais em vista do outro lado do Atlântico. Deixando sem desenvolvimento de maior uma crônica subordinada a «Os homens de letras portugueses oferecem hoje um banquete, no Avenida Palace, à escritora brasileira Sra. D. Júlia Lopes de Almeida» aparecida pela pena de Júlio Dantas no número 376, de 5 de Maio de 1913, salientemos que o mesmo Júlio Dantas incensava assim Coelho Neto, no número 425, de 13 de abril de 1914:

> A literatura do Brasil não tem só admiráveis poetas. Não foi apenas no verso, ao mesmo tempo, convulso e perfeito, lapidar e ardente, que o génio brazileiro encontrou a sua gloriosa expressão. Tambem na prosa, cujas raizes, ricas de seiva, mergulham nas mais puras fontes da língua portuguesa. No «Rei Negro», do grande romancista Coelho Neto, honra da literatura americana, a prosa brasileira atingc uma amplitude, uma energia, uma força, um poder de orquestração, um explendor de expressão verbal, uma audácia persuasiva, uma eloquência dominadora, – que arrastam, que subjugam e que maravilham. (Dantas 1914:. 446)

Por sua vez, no número 661, de 18 de Outubro de 1918, Acácio de Paiva hiperboliza o romance *A correspondência de uma estação de cura* de João do Rio:

> Costuma o cronista inserir em ultimo lugar uma rapidíssima apreciação, ou mais propriamente, o aviso de recepção das obras literárias que lhe foram enviadas durante a semana. Desta vez, porém, inverte a ordem das notas e começa pelo aviso, visto tratar- se de um livro que por mil motivos merece a exepção, não só na série do registo como também no espaço que ao assunto é habito conceder.

> Trata-se de *A correspondência de uma estação de cura*, do escritor brasileiro João do Rio, obra que se julgaria ser, pelo seu título, uma simples coleção de cartas desconexas, embora interessantes, traduzindo mais ou menos o caráter dos frequentadores das estações de águas, mas sem alcance social ou artístico mais levantado. Não é assim, contudo. *A correspondência de uma estação de cura* é um romance completo, com todas as condições do genero, entre as quais não falta a unidade e é, além de obra-prima de observação, um precioso trabalho de psicologia e um modelo de linguagem onde os portugueses têm muito a aprender do seu proprio idioma. (Paiva 1918: 321)

Torna-se importante relevar que, nas páginas da *Ilustração Portuguesa*, João do Rio e Coelho Neto comparecem em mais de uma dúzia de matérias da revista. Embora algumas não digam diretamente respeito ao romance, é intrigante verificar como dois dos principais inimigos literários de Lima Barreto são como que subrepticiamente elevados à categoria dos maiores cultores e renovadores do gênero romanesco no Brasil. Intrigante é igualmente a verificação de que um dos três textos que destaca a notoriedade da escritora Júlia Lopes de Almeida se apoia fundamentalmente nas entrevistas feitas por João do Rio em *O momento literário* (1905). Sintomas de desacerto da revista face à contemporaneidade ou conformação ao *statu quo* dos romancistas «acadêmicos» e com maior visibilidade por força da sua atuação enquanto jornalistas?

Independentemente das respostas, que buscaremos mais à frente, o certo é que são precisamente os nomes destes três escritores que, de entre os brasileiros e enquanto romancistas, têm maior circulação e notoriedade na lógica da *Ilustração Portuguesa*, seja pela quantidade e qualidade dos materiais, seja por referências hiperbólicas ou seja ainda por estarem associados às respetivas fotografias. Acresce, obviamente, o nome de Olavo Bilac, mas este enquanto poeta e não como romancista.

Por isso, o número 529, de 10 de abril de 1916, estampa uma página inteira em homenagem a Olavo Bilac, com direito a fotografias, e a crônica-editorial de Júlio Dantas salienta a vinda do ilustre poeta brasileiro a Lisboa e o seu efeito sobre o aumento da procura

de obras de poesia do país-irmão nesta cidade. E, no número 672, de 6 de Janeiro de 1919, por ocasião do falecimento de Olavo Bilac, enquanto a crônica-editorial de Acácio de Paiva lamenta a fatalidade que se abateu sobre «o grande escritor brasileiro», uma das páginas centrais noticia o caso com uma fotografia do poeta e traz escrito texto em que ele é declarado o maior poeta brasileiro e digno de figurar ao lado de Camões e Antero de Quental.

Por isso, no número 802, de 2 de julho de 1921, a morte de João do Rio surge logo no início da crônica-editorial de Acácio de Paiva e merece uma página quase inteira com duas fotografias do malogrado escritor, na qual se pode ler que:

> João do Rio, pseudônimo literário de Paulo Barreto, acaba de falecer, vitimado por uma congestão. Perderam os portugueses um grande amigo e perderam as letras um dos seus requintados artistas. Como amigo dos portugueses tinha João do Rio dado indiscutíveis provas do seu amor pela nossa terra; como escritor devemos lembrar-nos de que ele era o autor do *Momento literário*, *Alma encantadora das ruas*, *Dentro da noite*, *Religiões no Rio*, *Os dias passam...*, *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar*, *No tempo de Wenceslau*, *Fados e canções de Portugal*, *Avante*, *Cinematógrafo* e *Correspondência de uma estação de cura*, além das peças *Boa* e a *Bela Madame Vargas* e as traduções de Oscar Wilde. Jornalista prestigioso, literato magnífico, académico notável, João do Rio foi em tudo grande. A sua perda enche de luto as letras brasileiras e de saudade a alma portuguesa. (Paiva 1921: 2)

Por isso, podemos ler afirmações sobre o «grande romancista Coelho Neto, honra da literatura americana» ou a lamentação/pergunta segundo a qual «Portugal desconhece quase completamente a literatura brasileira contemporânea», muito embora «pertencem à literatura brasileira alguns dos escritores que mais alto têm levantado o prestígio da lingua portuguesa» e seja intrigante saber «Por que não se lerá em Portugal uma literatura onde resplandecem os nomes excelsos de Coelho Neto e de Olavo Bilac?» (Dantas 1915: 609).

Por isso (e assim terminamos estas breves notas sobres os romancistas e escritores brasileiros mais em vista nas páginas da *Ilustração Portuguesa*), no número 307, de 8 de janeiro de 1912, Júlia Lopes

de Almeida merece considerações segundo as quais «não falta quem a aclame 'a mestra' do romance brasileiro contemporâneo» e se torna «triste termos de confessar que em Portugal não há uma dúzia de escritores que conheçam a ilustre romancista da *Família Medeiros*. Portugal não conhece o Brasil» (*Ilustração Portuguesa* 1912: 38.).

Dentro de uma outra lógica que não visa a canonização mais ou menos implícita de nomes e obras de autores brasileiros a receber em Portugal, encontramos materiais avulsos, localizados apenas num único número e resultando dos acasos da sociabilidade literária ou geral. Por exemplo, no número 61, de 22 de abril de 1907, a revista publicou uma longa matéria de sete páginas sobre o poeta e dramaturgo Mário de Artagão, ilustrando-a com vários retratos do mesmo. Atendendo a que ele era uma figura menor das letras brasileiras, parece-nos ser plausível defender que apenas o facto de Mário de Artagão estar exilado no Estoril à data do longo artigo e de ser um monárquico convicto, tal como o diretor da *Ilustração Portuguesa,* poderá justificar semelhante destaque. E, quando lemos no número 503, de 11 de outubro de 1915, em matéria ilustrada com duas fotografias a propósito de autor tão secundário quanto Júlio César da Silva, um trecho como este:

> O inspirado poeta Dr. Júlio César da Silva, diretor da brilhantíssima revista paulista *A Vida Moderna*, um dos mais importantes magazines sul-americanos, em cujas laudas fulgem os mais privilegiados talentos de escritores do país irmão, acaba de mimosear o público que tanto o admira com um novo e valioso trabalho literário, de título *A Morte de Pierrot*. É uma delicada história de amor, um desses típicos lances de boémia artística, tracejada em admiráveis alexandrinos que sobremaneira honram e devem orgulhar o laureado homem de letras. Sim, porque todos os seus versos são acariciados por uma tal meiguice de sentimento, há tanta expressão no recorte magistral das figuras suaves que iluminam carinhosamente o ambiente onde as faz girar, tamanha ternura no descritivo e tão imperecíveis e flagrantes cores nos seus desenhos que todos os contempladores se deliciam nos arroubos esplendentes da sua arte. […] Ora, pois, pelo muito amor que tenho à sua arte e pelo estuante culto com que acarinho o seu brilhantíssimo talento, ardentemente lhe desejo, ao concluir estas descoloridas e prestes impressões que a mais

> alta consagração a que pode aspirar um escritor, como homem de letras distinto e poeta cinlilante que é, o engrandeça e se equilibre n'um futuro bem próximo, continuando a dar-nos prodigiosos trabalhos intelectuais, como este, para que os amantes da beleza n'este lindo país de troveiros, que o poeta tanto estremece e admira, possam contemplar com desvanecimento os facetos espirituais da sua límpida e inconfundível organização de esteta (Marçal 1915: 478)

é quase inevitável pensar em motivos casuais de contato pessoal entre o escritor brasileiro (Júlio César da Silva) e o autor português de tão descabida matéria (no caso concreto, Orlando Marçal). Matéria esta que, pela sua retórica oca, pela ausência de argumentação literária e pelo destaque conferido através da inserção de fotografias do autor elogiado, nos faz lembrar as queixas de Lima Barreto contra as revistas que salientavam mais as relações sociais dos autores do que as suas potencialidades íntrinsecas, que punham as ilustrações fotográficas dos escritores acima da qualidade dos escritos e que viviam fazendo retórica destituída de conteúdos de valor.

Embora não pretendamos afirmar que toda a recepção da literatura brasileira nas páginas da *Ilustração Portuguesa*, seja por via de um panorama em que dominam os nomes dos romancistas Coelho Neto, João do Rio e Júlia Lopes de Almeida, e o do poeta Olavo Bilac, seja por via de casos pontuais de algum realce a figuras menores devido a razões de sociabilidade literária ou geral, está enquinada pelas pechas que Lima Barreto tanto combateu, não deixa de ser interessante verificar que a revista portuguesa o ignorou olimpicamente.

Como, de resto, ignorou praticamente todos os precursores do modernismo (exceto um pouco Graça Aranha), os jovens desconhecidos que viriam a instaurar a ruptura modernista (nem Ronald de Carvalho nem Mário de Andrade aparecem uma única vez), os simbolistas (quase não aparecem), os ficcionistas protestatários (Fábio Luz, por exemplo) ou as mulheres escritoras (descontando o caso de Júlia Lopes de Almeida).

Outro caso interessante é o da revista *Brasil-Portugal*[65], que apresenta cerca de vinte materiais pertinentes para os nossos objetivos. Inclui textos dos próprios escritores brasileiros, artigos, resenhas a livros e uma importante panorâmica da literatura brasileira (romance, conto, poesia, teatro e crítica literária) do início de Novecentos. Infelizmente, esta panorâmica, que foi escrita por Leopoldo de Freitas, que teve por título «Romance e poesia no Brasil» e que esteve repartida por três números, data do fim de 1901 e, por conseguinte, não abrange o período mais significativo para os nosso desígnios, ou seja, os anos de atividade mais pública e notória de Lima Barreto (*grosso modo*, entre 1907 e 1922). De todos os modos, torna-se útil avaliar o panorama traçado por Leopoldo de Freitas para verificar hierarquias e linhas de forças atuantes na recepção portuguesa do romance brasileiro em Portugal logo no início do século XX.

Avaliemos, pois, os artigos de Leopoldo de Freitas. No primeiro, de 16 de dezembro de 1901, o autor destaca o nome de José de Alencar entre os ficcionistas do romantismo, relevando que este romancista cultuou não só o indianismo, mas também o romance de feição regional, histórica e urbana. Todos os seus romances seriam como que pedras no assentamento das noções de nacionalidade e afirmação independente do jovem país que era então o Brasil. Fora do romantismo, Leopoldo de Freitas salienta sobretudo a figura de Machado de Assis, que considera ser o «chefe da literatura brasileira» de fins do século XIX-começos do século XX e cuja produção lhe merece o seguinte comentário:

> A obra literária de Machado de Assis tem o mérito de ser original e independente de classificações, de escolas ou de teorias: distingue-se, porém, pelo seu aspecto de humorista: cada um dos tipos dos seus livros é banhado pela luz dessa forma fantasista e irónica, nenhum deles deixa de impressionar com o seu temperamento e modo de agir no mundo. (FREITAS 1901: 343)

---

65 *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada* foi publicada, em Lisboa, entre 1 de fevereiro de 1899 e 16 de agosto de 1914. Nestes mais de quinze anos de vida, publicou quase quatrocentos números.

No segundo artigo, de 1 de janeiro de 1902, Leopoldo de Freitas avança alguns parágrafos sobre os naturalistas, como, por exemplo, Aluísio Azevedo ou Júlio Ribeiro, sobre os romancistas do Norte (entre outros, Inglês de Sousa e Rodolfo Teófilo) ou sobre ficcionistas mais «inclassificáveis», como o Gonzaga Duque de *Mocidade morta*, mas o que mais nos interessa está alhures. Está no destaque conferido a Coelho Neto, que ocupa mais de metade da parte dedicada ao romance brasileiro coevo, e a Júlia Lopes de Almeida, que merece um parágrafo bem alentado. Sobre Júlia Lopes de Almeida, o articulista sustenta que:

> é uma romancista de mérito provado. Escreveu a *Família Medeiros*, narração literária da existência dos proprietários de uma grande cultura de café no interior paulista, enquanto houve o trabalho escravo. Mais tarde publicou as novelas *Viúva Simões*, *Memórias de Marta*, e atualmente *A Falência*; em todos estes livros há estudo e análise do sentimento da sociedade brasileira. (Freitas 1902a: 362)

Sobre Coelho Neto, o articulista tece as seguintes considerações no primeiro dos sete parágrafos em que se ocupa da sua obra até à data:

> O romance de imaginação tem o seu grande representante na indidivualidade do escritor H. Coelho Neto, cujo talento exuberante, não encontrou ainda competidor para a descrição vivazmente colorida, seivosa e com o esplendor tropical de todos os aspectos físicos e morais da natureza e do meio brasileiros. (Freitas 1902a: 362)

Depois de considerar que *Inverno em flor* é um romance que tem um alcance simultaneamente literário e científico, Leopoldo de Freitas alude a outros livros de Coelho Neto, como, por exemplo, *Turbilhão*, no qual também há o estudo de um caso de perturbado mental, *Miragem* e *Rei fantasma*, obras do maravilhoso.

O terceiro artigo, de 16 de janeiro de 1902, centra-se na poesia e, por conseguinte, não tem tanto significado para a avaliação do estado do campo do romance brasileiro do começo do século xx,

nas suas hierarquias, destaques e omissões, mas talvez convenha salientar que o último poeta contemporâneo a merecer realce é Olavo Bilac:

> Tem os foros de poeta magnífico o Sr. Olavo Bilac, que é também um excelente cronista literário, fino novelista e agradável *causeur*. Os seus livros têm a edição esgotada. Qualquer produção do seu engenho costuma ser acolhida com o maior aplauso. Escreveu os lindos poemas *Satania* e a *Tentação de Xenócrates*, e breve publicará um livro de versos. (Freitas 1902b: 375)

Se nos detivermos com atenção nestes artigos panorâmicos de Leopoldo de Freitas, verificamos, pois, que algumas das principais linhas de força que começámos a observar na revista portuense *A Águia* e na *Atlântida*, primeiro, e na *Ilustração Pirtuguesa*, depois, já se encontram atuantes na *Brasil-Portugal* em ano tão recuado quanto o de 1902. Por outras palavras, os lugares cimeiros de Coelho Neto e Olavo Bilac já estão bem demarcados.

Deixando para trás os três artigos de Leopoldo de Freitas, é interessante conferir que o grande destaque conferido ao nome de Coelho Neto não aparece por via do romance, mas sim através do teatro. Com efeito, no número 124, de 16 de março de 1904, a *Brasil-Portugal* dedica nada menos que três páginas inteiras à sua peça *Pastoral*, com direito a fotografia do próprio Coelho Neto e a outro material iconográfico que documenta vários aspetos desta mesma peça. Todavia, no início da extensa reportagem, aparece logo a afirmação de que

> É bem conhecido e estimado entre nós o nome de Coelho Neto, o laureado autor de *O Sertão*, *Inverno em flor*, *Tormenta*, *Pelo amor* e de tantas outras jóias literárias, que nos vieram do clima suave do Brasil. Da sua pena inspirada jorram todos os anos belos livros de análise, tocados de pequeninas notas de emoção, que põem em evidência a sua alma de artista e de sonhador. O seu estilo firme e a sua maneira inconfundível criaram-lhe um lugar entre os primeiros escritores brasileiros e fizeram--no querido de todos quantos se interessam por coisas literárias.
> (*Brasil-Portugal* 1904: 443)

Ou seja, reconhece-se implicitamente que o nome de Coelho Neto se tornou conhecido em Portugal através dos seus romances.

Além de Coelho Neto, os outros romancistas brasileiros que aparecem mais ou menos em evidência nas páginas da *Brasil-Portugal* são Júlia Lopes de Almeida, Xavier Marques e Machado de Assis. Da primeira encontramos um texto («A família brasileira») que abre o número 29, de 1 de Abril de 1900, e que apresenta uma fotogravura da própria autora. Do segundo, ou melhor acerca do segundo, encontramos um extenso artigo de quase três páginas no número 352, de 16 de Setembro de 1913, onde o articulista, João de Abreu, tece loas à obra ficcional de Xavier Marques a partir sobretudo do livro de Jackson Figueiredo, *Xavier Marques – ensaio*. O artigo inclui uma fotografia do romancista brasileiro, o que realça o seu destaque. Do terceiro, cujo interesse para nós é menor por se tratar de autor canonizado no Brasil e em Portugal ainda antes do chamado período pré-modernista ou *Belle Époque*, há um conto, várias matérias com notícias a seu respeito e um longo artigo datado de 1901, embora publicado no número 254, de 16 de Agosto de 1909. Este longo artigo de quase três páginas é, na verdade, o parecer que um acadêmico português redigiu para justificar a entrada do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* para a Academia de Ciências de Lisboa na qualidade de seu sócio-correspondente e apresenta a fecundidade produtiva, o humor corrosivamente fino e o amor à língua portuguesa como as três marcas distintivas do grande romancista brasileiro.[66]

Enfim, quem leia a *Brasil-Portugal* na ótica da recepção do romance (ou, mais em geral, da literatura) brasileiro pré-modernista nas terras portuguesas durante as duas primeiras décadas do século XX verificará que, em certos aspetos e com a ressalva da data de fim da sua publicação ser de agosto de 1914, o panorama não difere substancialmente do que se encontra nas outras revistas que já abordámos. Está sobretudo alinhada quanto à primazia conferida

66 Cf. Monteiro, 1909, 214-216.

a Coelho Neto. E, provavelmente, a ausência de João do Rio encontrará a sua justificação no facto de o nome do escritor carioca só se ter começado a afirmar mais decisivamente em Portugal a partir do lançamento da revista *Atlântida*, que, conforme é sabido, apenas surge no ano de 1915.

As outras revistas selecionadas como representativas das relações luso-brasileiras por Müller e cujo *corpus* temos estado a seguir têm poucos materiais pertinentes para os nossos objetivos. No que respeita especificamente à recepção do romance brasileiro pré-modernista ou da *Belle Époque* em Portugal durante as duas ou três primeiras décadas do século xx, as revistas *O Ocidente*, *Serões*, *Orpheu*, *Rajada* e *Nação Portuguesa* não apresentam praticamente nada relevante.

O Ocidente[67] comporta uma dúzia de matérias minimamente pertinentes no escopo da recepção da literatura brasileira em geral, mas quase não presta atenção ao domínio do romance. Entre os poucos artigos e resenhas, encontramos uma única matéria atinente a este gênero e está concentrada na figura do romântico José de Alencar[68]. A referência mais atualizada ao romance brasileiro novecentista resume-se ao nome bastante lateral do nortista Raul de Azevedo e aos seus títulos (publicados ou a publicar) *Doutor Renato* e *Tríplice Aliança* num artigo que a *O Ocidente* publica no seu número 918, de 30 de junho de 1904.

Essa revista ignorou mesmo Coelho Neto e João do Rio. Aliás, do trio precípuo que estes dois autores formam juntamente com Olavo Bilac quando se aborda o acolhimento dos escritores brasileiros pré-modernistas em Portugal, apenas este último consegue alcançar um mínimo relevo. No número 917, de 20 de junho de 1904, encontra-se um artigo significativo porque abre a revista, tem uma fotografia em destaque do próprio autor de *Via Láctea*, publica um soneto seu e chama encomiasticamente a atenção dos leitores para o facto de que: «Esteve há pouco entre nós este grande

---

67 *O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro.* Esta publicação lisboeta circulou de 1878 a 1915.
68 Cf. *O Ocidente* 1909: 277-278.

poeta brasileiro, um dos mais notáveis dos tempos modernos, um dos que melhor têm sabido vibrar [...] as cordas da lira portuguesa» (*O Ocidente* 1904: 129).

Por sua vez, a revista *Serões*[69], embora comportando apenas meia dúzia de materiais pertinentes para o romance e os autores que temos estado a salientar (se contarmos com a poesia tem mais de vinte materiais, sobretudo poesias de autores muito desconhecidos), apresenta uma panorâmica mais atualizada da literatura brasileira da época. No entanto, salvo o artigo «Duas glórias literárias do Brasil: d. Júlia Lopes de Almeida e Filinto d'Almeida» em que João Luso tece algumas considerações sobre esta romancista, não adianta muito mais acerca do gênero romanesco. O nome de João do Rio, que tem algum destaque, não surge por causa dos seus romances (só os publicaria anos depois) e o de Olavo Bilac aparece por via da poesia. Em rigor, quer João do Rio, quer Olavo Bilac, comparecem em matérias de ocasião suscitadas pela sua vinda a Portugal em 1908/1909[70].

Por fim, *Orpheu*, *A Rajada* e *Nação Portuguesa* são revistas praticamente alheias ao romance brasileiro. Embora ideada por um brasileiro (Ronald de Carvalho) e por um português (Luís de Montalvor) para os lados de Copacabana, e pretendendo ser uma revista luso-brasileira, a revista *Orpheu* era exclusivamente virada para a criação poética. Nos dois únicos números que esta revista inaugural do modernismo português deu à estampa no longínquo ano de 1915, há a colaboração dos autores brasileiros Ronald de Carvalho e de Eduardo Guimaraens através de vários poemas. Segundo parece, um outro vate brasileiro, Ernâni Rosas também terá mandado colaboração poética, mas não saiu nos dois números efetivamente publicados e também não aparece nas provas tipográficas do terceiro número (que, aliás, nunca passou deste estágio inédito até que, na década de 1980, foi efetivamente editado em Portugal). A verdade é que, pela

69 A revista lisboeta *Serões* circulou entre 1910 e 1911.
70 Cf. a coleção completa de *Serões* em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/Seroes.htm.

sua própria feição e objetivos essencialmente mais poéticos, *Orpheu* nada tem sobre o romance brasileiro.

Quanto às revistas *A Rajada*[71] e *Nação Portuguesa*[72] nada de importante teríamos a registar para os nossos propósitos se não se desse o caso de esta última publicação ter publicado um número especial dedicado ao centenário da Independência do Brasil. Aparecido em 1923, depois da efeméride acontecida em 1922 e já depois do falecimento de Lima Barreto a 1 de novembro desse mesmo ano 1922, tal número especial talvez possa funcionar como um exemplo ilustrativo do «senso comum» dos intelectuais portugueses a respeito da literatura brasileira do período pré-modernista.

Com efeito, o número 12 da terceira série da *Nação Portuguesa* publicado em 1923 apresenta três artigos que talvez estejam mesmo a solicitar uma leitura em termos daquilo que deveria ser canônico nas letras brasileiras para a mediania dos intelectuais portugueses de então. Se não lavramos em erro, não se trata, nestes três artigos, de opiniões apenas típicas dos sectores da direita cultural e social próxima do integralismo lusitano e da sua revista. No que concerne ás hierarquias, omissões e representações do campo literário brasileiro por parte dos portugueses letrados, é notável a quase coincidência entre o que encontramos nos artigos em causa e o que já observámos no conjunto das outras revistas arroladas no nosso estudo.

No primeiro artigo, «A língua portuguesa no Brasil», Manuel Múrias escreve:

> Uma nação que, em cem anos pôde inventariar no seu pecúlio intelectual, um orador como Rui Barbosa, de tão variados recursos poligráficos, um novelista como Alencar, romancistas como Coelho Neto e Machado de Assis, – *j'en passe et des meilleurs*… –, formam tradições que desenvolvendo-se hão de ser razão bastante duma ríquissima literatura de futuro. (Múrias 1923: 504)

---

71 *A Rajada: revista de crítica, artes e letras* foi uma publicação coimbrã que circulou mensalmente entre março e junho de 1912.

72 *Nação Portuguesa* circulou, em Lisboa, entre 1914 e 1938. Teve várias séries e saía sem regularidade fixa. Na segunda série (1922-1924), foi dirigida por António Sardinha e tornou-se órgão oficial do movimento de extrema-direita «Integralismo Lusitano».

No segundo artigo, «Das belas letras brasileiras», Luís de Almeida Braga, invocando de permeio e por causa de relações pessoais o nome de Ronald de Carvalho, afirma que «só com Machado de Assis se estabelece no Brasil o romance brasileiro» e acaba por focar brevemente o período pré-modernista propriamente dito através das seguintes palavras:

> Seria gostoso encargo arrolar a moderna literatura brasileira e definir as suas tendências atuais. Além de Coelho Neto, – que, pela operosa fecundidade, pela riqueza vocabular, pela imaginação extraordinária, se tornava agradável vincar as parecenças com o nosso Camilo; de Dona Júlia Lopes de Almeida, o mais delicado e sério temperamento de mulher escritora dos dois mundos; de Afrânio Peixoto, Pinto da Rocha, Graça Aranha, Rodrigo Otávio, – que levam passado metade do caminho – vem afirmando-se hoje personalidades inteiramente sem similares nas letras europeias, como esse Catulo da Paixão Cearense, que no seu violão roceiro guarda o segredo do amor e da realidade da selva brasileira. (Braga 1923: 528)

No terceiro e último artigo, «Literatura Brasileira», José Osório de Oliveira[73], que era então bastante jovem e começava apenas a despontar como o grande especialista lusitano das letras brasileiras, não acrescenta nada de especial face aos dois artigos anteriores. Menciona Euclides da Cunha e Graça Aranha, mas estes não havia sido esquecidos pelos outros articulistas. Na área da poesia, afirma que Bilac é quem melhor expressa a brasilidade e a humanidade de entre os seus pares.

Se descontarmos o caso muito particular da omissão de João do Rio, talvez explicável pelas boas relações que este sempre conservou com o poder republicano português e pela aversão que os integralistas lusitanos tinham por tudo o que fosse contrário à tradição monarquista, verificamos que, em maior ou menor grau, as concordâncias entre os três artigos e o já observado é um facto.

Deixando de lado estádios anteriores ao pré-modernismo e os nomes de Alencar e Machado de Assis, salientemos várias coincidências.

---

73 Cf. Oliveira 1923: 598-600.

Do lado das valorizações: em primeiro lugar, a hiperbolização de Coelho Neto no romance, e de Olavo Bilac na poesia; em segundo lugar, a circulação destacada dos nomes de Júlia Lopes de Almeida, Afrânio Peixoto e Ronald de Carvalho (nomes esses que, embora não tenham circulação em algumas das revistas, são relativamente recorrentes no nosso *corpus*); em terceiro lugar, a inscrição mais ou menos pontual das figuras de Euclides da Cunha e de Graça Aranha.

Do lado das omissões: o descaso com os segmentos dominados do campo literário brasileiro, como os simbolistas (Gonzaga Duque ou Emiliano Perneta nem sequer surgem), os precursores do modernismo (Adelino Magalhães ou Monteiro Lobato estão ausentes) os jovens desconhecidos que viriam a instaurar a ruptura modernista (ressalva para Ronald de Carvalho), as mulheres escritoras (excluindo Júlia Lopes de Almeida) ou os autores de protesto social (por exemplo, Fábio Luz ou Domingos Ribeiro Filho); e, sobretudo (claro!), o desconhecimento de Lima Barreto.

Quando atrás deixávamos a advertência de que restava verificar se a recepção do romance pré-modernista brasileiro havia sido realmente tão árida quanto se nos afigurava resultar da leitura de Arnaldo Saraiva e se Lima Barreto havia sido tão ignorado quanto parecia, não tínhamos apenas em vista a confirmação ou negação de semelhantes impressões a partir do *corpus* das revistas que ora compulsamos.

Também tínhamos em vista um *corpus* mais alargado de livros e outros materiais. Que é o que passamos agora a avaliar antes de chegarmos a conclusões mais fundamentadas a respeito destas duas questões da recepção pública do romance brasileiro pré-modernista em geral e de Lima Barreto em particular durantes as três primeiras décadas do século xx em Portugal.

Para começar, vamos recorrer a Manuel de Sousa Pinto (1910). Embora nascido no Brasil, Sousa Pinto era filho de pais portugueses, fez toda a sua formação escolar em Portugal e viveu neste país quase toda a vida. Veio a ser professor de estudos brasileiros pela Universidade de Lisboa e a escrever vários opúsculos sobre a literatura oitocentista e novecentista do Brasil. Tendo estado no Rio de Janeiro

e em São Paulo em 1905, escreveu as suas impressões de viagem e, como não podia deixar de ser para quem desde sempre esteve atento aos fenômenos literários e artísticos, estas suas notas de viajante são permeáveis a referências a escritores e a artistas brasileiros. Um exemplo: ao mencionar uma senhora conhecida na sociedade carioca do período (Marguerite Moreno), remete a sua descrição para a pena de Olavo Bilac e João do Rio:

> Há no seu perfil afilado um cunho híbrido que Bilac definiu chamando-lhe «íbis sagrado», e, ao mesmo tempo, uma viciosa expressão apaixonada, que João do Rio surpreendeu comparando-o a uma cabeça de serpe. (Pinto 1910: 135)

Porém, se tal permeabilidade e tais referências já podem dar uma indicação sobre os escritores brasileiros mais em vista em Portugal por volta de 1910, o mais importante é que o livro de Manuel de Sousa Pinto tem um extenso capítulo inteiramente dedicado a Coelho Neto[74].

Funciona como uma espécie de exercício consciente de canonização do autor de *Turbilhão* em terras portuguesas numa altura em que a editora portuense Lello & Irmão tinha empreendido a reedição das obras do escritor e também a edição dos seus livros inéditos. Bem elucidativa do destaque canônico concedido a Coelho Neto é esta passagem em que Manuel de Sousa Pinto deixa implícito que o nome e a obra do medalhão maranhense como que se sobrepõem ao próprio Brasil ou o significam por excelência:

> Nós, os que às letras nos afazemos, temos este confessado ou dissimulado sestro de ver os grandes artistas sobreporem-se quase às suas pátrias, de fitar primeiro a literatura para depois nos enfirmarmos no país. Que criminoso literato poderá demandar a Espanha sem no limiar ressurgir Cervantes? Que bárbaro chegou à Itália sem mentalmente reverenciar o Dante, ou desembarcar no Tejo esquecendo Camões? Ao visitar Lisboa nenhum brasileiro culto deixa de reviver o Eça, como

---

74 Cf. Pinto 1910: 269-310.

> o menos ilustrado dos estrangeiros não ausentará da memória de Paris, Daudet, Zola, Maupassant, Flaubert, Anatole France, Verlaine ou outro, que mais funda lhe tenha dado e calcado a impressão da cidade irresístivel. (Pinto 1910: 215)

Não é de somenos que Coelho Neto tenha o nome emparelhado a Cervantes, Dantes, Camões, Eça, Flaubert Zola ou Anatole France!

Entremeando apreciações em que realça a obra de Coelho Neto pelo seu domínio exímio da língua portuguesa, pela sua fecundidade e desdobramento de produção «à Camilo», pela sua «fantasia torrencial» e pela sua qualidade de assombroso intérprete do sertão ao lado do próprio Euclides da Cunha, com notas biográficas, que vão desde a infância marcada pelo ambiente sertanejo do Maranhão e suas estórias orais à desistência dos cursos de Medicina e Direito, da luta pró-abolicionista e da boêmia até à respeitabilidade da integração na Academia Brasileira de Letras e de uma vida sobretudo dedicada à escrita em livros, folhetins, artigos e outros textos para importantes, jornais nacionais (veja-se o carioca *O País* ou o paulista *Jornal do Comércio*), Manuel de Sousa Pinto não esquece de frisar os seus contatos pessoais com o escritor que tanto admira. Relembra que foi João Luso quem o levou à casa de Coelho Neto no Rio de Janeiro em 1905 e lho apresentou. Esclarece que foi o próprio autor maranhense que lhe enviou a lista completa das muitas dezenas de obras publicadas (indo do primeiro livro, os contos de *Rapsódia*, de 1891, aos primeiros romances, *O rei fantasma* e *Miragem*, ambos de 1895, e ao último livro publicado até à data de 1908, o romance *Esfinge*).

Interessante é ainda notar que Sousa Pinto cita várias vezes a entrevista que João do Rio fez a Coelho Neto para o seu então já conhecido livro *Momento literário* (1905) e afirma taxativamente que «*Momento Literário*, de João do Rio, [é] livro indispensável a quem busque familiarizar-se com a literatura brasileira» (Pinto 1910: 285).

Em seguida, vejamos Almáquio Diniz (1912). Embora se trate de um livro escrito por um baiano, publicado no Brasil e quase exclusivamente dedicado a temáticas da literatura portuguesa,

é conveniente que nos detenhamos um pouco nele. A razão é que este livro de ensaios abre com um capítulo sobre *Terra moça* e se entrecruza, portanto, com a apologia feita por Manuel de Sousa Pinto a Coelho Neto.

Basta ver como Almáquio Diniz sintetiza este capítulo para avaliar da superlativização que confere à leitura do autor de *Turbilhão* por parte do português (brasileiro apenas por nascimento e afeição ao país, mas não por pátria de formação, crescimento e lugar de vida) Manuel de Sousa Pinto:

> O livro – *Terra Moça* – A apologia do Brasil – A indicação de Coelho Neto – Como impressiona o Corcovado – O encontro com Coelho Neto – No recesso do grande Artista brasileiro – Gratas reminiscênscias – Em nota: palavras de Coelho Neto (Diniz 1912: 14)

Basta ver como o autor baiano utiliza uma carta do próprio Coelho Neto a Manuel de Sousa Pinto agradecendo o destaque que lhe é dado em *Terra moça*:

> Decididamente a sua pena, à guisa de vara magnífica, transforma-me em celebridade. E terei eu atitude para o soco? Duvido! Falta-me a rigidez mármorea: não me equilibraria, como Simeão stilita, na coluna da penitência (Diniz 1912: 22)

Depois destes dois livros, relembremos João do Rio e o seu *Portugal de agora*[75]. À primeira vista, também não se trata de uma obra puramente portuguesa quanto à recepção do pré-modernismo e de Lima Barreto em Portugal. Neste caso concreto, e conforme vimos com Almáquio Diniz, não é livro de um português e foi publicado no Brasil. Porém, interessa à nossa temática põe vários motivos. Desde logo, porque João do Rio aproveitou a sua estada de alguns meses durante 1908-1909 em terras portuguesas para sustentar a visão de que os principais autores brasileiros então conhe-

75 Cf. Rio 1910.

cidos eram Coelho Neto e Sílvio Romero (o livro de maior sucesso seria o *Sertão*, de Coelho Neto). Além disso, porque ele observou *in loco* que a editora portuguesa que mais difundia o Brasil mental e literário era a portuense Lello (por sinal a editora de Coelho Neto), acompanhada mais ao longe pela A. M. Teixeira (que, conforme já referimos reiteradamente, editou as *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto, em 1909), pela Bertrand e pela gráfica da revista *Serões*. Por fim, porque João do Rio rememora que se encontrou com o editor lisboeta A. M. Teixeira e com o escritor Albino Forjaz de Sampaio, ambos essenciais para a edição do primeiro romance de Lima Barreto em Portugal. O facto de João do Rio silenciar por completo, neste seu livro, o nome do então jovem escritor carioca e tal edição não deixa de ter o seu significado de ostracização e bloqueio.

Era como que um sinal de que figuras mais ou menos influentes das relações literárias luso-brasileiras estavam (in)conscientemente interessadas em exportar para Portugal uma perspetiva do campo literário brasileiro do período em que apenas contavam os grandes nomes já consagrados e se vedava o acesso aos novos autores, sobretudo quando inovadores, irreverentes e dados a obras *à la clef* que colocassem a rídiculo os donos do poder literário, mediático, econômico e político. Não por acaso João do Rio teve por grandes amigos Manuel de Sousa Pinto e João de Barros, dois dos mais importantes atores da difusão da literatura e cultura brasileiras em Portugal nas décadas de 1910 e 1920.

Não nos parece despropositado sustentar que João de Barros não foi alheio a esta lógica. Quem leia com atenção os capítulos do seu importante livro (Barros, 1918) sobre as conexões literárias, culturais, artísticas e políticas luso-brasileiras de então e sobre o papel que as vivências de João de Barros nas suas viagens ao Brasil jogam nele, fica, cremos, com a impressão de que só se destacam seriamente os medalhões já reconhecidos pela crítica literária brasileira e os contatos pessoais com algum nome já feito na República das Letras. E melhor ainda é se os nomes já estiverem integrados na Academia Brasileira de Letras.

Em termos de capítulos mais concentrados num único autor brasileiro, a obra de João de Barros salientava três casos. «Paulo Barreto em Lisboa», dedicado obviamente a João do Rio, de quem o português era amigo dileto desde 1909 e com o qual laborava na co-direção da revista *Atlântida* desde 1915. «Coelho Neto em Lisboa», em que João de Barros não só recolhe os *topoi* normais da prodigiosidade de trabalho em vários gêneros por parte do autor maranhense, tal qual Camilo, Eça ou Fialho, e da capacidade de desdobramentos indo do mais rude naturalismo a expressões do lirismo mais quimérico, mas em que também rememora «quando Paulo Barreto me apresentou Coelho Neto numa noite de festa, em casa deste último» (Barros, 1918, p. 63) e lamenta o facto de o célebre escritor brasileiro estar apenas de passagem por Lisboa durante algumas horas tornando assim inviável o merecido banquete de homenagem que o seu nome requeria da intelectualidade lusitana. E «Uma noite de arte», capítulo no qual João de Barros relembra como conheceu anos antes o poeta parnasiano Alberto de Oliveira e como foi passar um sarau artístico na casa da romancista Júlia Lopes de Almeida e do seu marido Felinto de Almeida, no Rio de Janeiro, em 1912. Escreve João de Barros sobre tal emoção experimentada há alguns anos:

> E à noite ia ser apresentado a um dos grandes romancistas do Brasil, a Sr.ª D. Júlia Lopes de Almeida, a psicóloga soberba da *Intrusa*, a poderosa novelista da *Falência*, a admirável prosadora do *Cruel Amor*» (Barros 1918: 44)

Com as adaptações necessárias a que a visibilidade dos escritores brasileiros em Portugal então talvez obrigasse, João de Barros faz o seguinte diagnóstico geral:

> De todos os escritores modernos do Brasil [...] é de certo João do Rio, com Bilac, Coelho Neto e Alberto de Oliveira, um dos que mais leitores tem e melhor soube impor-se aos seus camaradas de Portugal. (Barros 1918: 59)

Deixando de parte tais capítulos e tal diagnóstico geral, interessa ainda verificar como, em *Caminho da Atlântida*, João de Barros tem uma parte extensa que funciona como uma espécie de panorama da literatura brasileira do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX (em especial sobre este corte temporal mais próximo). Inserida no capítulo «A mentalidade brasileira contemporânea», esta parte extensa relembra sinteticamente vários períodos da história da literatura brasileira pós-independência (romantismo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo) e confere destaque a nomes que começaram a ter força ainda no século XIX ou logo nos começos do século XX, como Olavo Bilac, Graça Aranha (por causa de *Canãa*), Coelho Neto, Júlia Lopes de Almeida e (claro!) a João do Rio. Além destes nomes já influentes desde meados da década de 1900, João de Barros nomeia com um mínimo de saliência autores que se afirmam um pouco mais tarde, como, por exemplo, Afrânio Peixoto (por causa de *Esfinge*, de 1911), e procede a um inventário de nomes de moços escritores ainda sem relevância de maior. Cita Álvaro Moreira, Goulard de Andrade, Martim Fontes, Carlos Maúl, Homero Prates, Olegário Mariano, Sebastião Sampaio ou João do Norte, mas quem não cita de modo nenhum e ignora por completo é Lima Barreto. Ora, em 1918, o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* já era um autor bem conhecido no Brasil, sobretudo entre os pares.

Não vamos repetir o que já sugerimos atrás para tentar explicar este injustificável ostracismo. Vamos apenas assinalar telegraficamente que João de Barros volta a excluir a mínima referência ao nome de Lima Barreto num opúsculo publicado em 1923 e intitulado *Olavo Bilac e Euclides da Cunha*[76], no qual também circulam vários nomes de autores brasileiros em atividade nas duas primeiras décadas do século XX, bem como relembrar que os três ensaístas portugueses (incluindo José Osório de Oliveira) que escreveram textos sobre literatura brasileira para o número especial que a *Nação Portuguesa* dedicou especialmente ao primeiro centenário da Independência

---

76 Cf. Barros 1923.

do Brasil em dezembro de 1923 não se referiram minimamente ao nome do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Será que Lima Barreto teria ficado inteiramente esquecido em terras portuguesas? Se é verdade que João de Barros podia ter uma ojeriza quase pessoal a Lima Barreto devido aos ataques menos educados que este tinha desferido contra João do Rio em 1909, e se é verdade que a revista *Nação Portuguesa* era uma revista intrinsecamente ligada ao Integralismo Lusitano e à extrema-direita portuguesa, pelo que uma figura tão contestária à esquerda como Lima Barreto teria o seu nome quase automaticamente banido da mesma, já o mesmo não acontece com o *Novo Almanaque de lembranças luso-brasileiro*.

Com efeito, este conhecido almanaque que circulou anualmente entre 1851 e 1932 por todo o mundo lusófono e que contava com tiragens acima dos 20 000 exemplares não tinha à partida nada que obstasse seriamente a um mínimo de referências a um escritor como Lima Barreto. Não tinha contornos ideológicos da direita extrema e não se conhece nenhuma adversidade ostensiva que os seus diretores pudessem ter quanto ao autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Por referências mínimas não entendemos obviamente que o *Almanaque de lembranças* fosse de molde a dedicar-lhe um dos seus perfis biográfico-críticos, distinção essa só ao alcance de nomes grandes já devidamente reconhecidos pela história literária brasileira, pela Academia Brasileira de Letras ou pelos principais jornais lusófonos de ambas as margens do Atlântico. Note-se que, entre 1909 e 1923, período de maior atividade editorial de Lima Barreto, apenas mereceram tal distinção Machado de Assis (1910), Raimundo Correia (1913), Sílvio Romero (1916), Olavo Bilac (1920) e João do Rio (1922)[77]. O problema não é naturalmente esse quando pretendemos aquilatar da circulação do nome e da obra de Lima Barreto em Portugal durante esse período. O problema é que, nas páginas do *Novo Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, não há em todos

77 Cf. Chaves 2009: 59.

esses anos uma única referência ao malogrado escritor carioca falecido em novembro de 1922. Nem sequer há uma simples linha motivada pela sua morte.[78] Como, de resto, parece também não haver na imprensa portuguesa de então nenhuma notícia a mencionar o infausto acontecimento.

Repitamos, pois, novamente a questão: será que Lima Barreto teria ficado inteiramente esquecido em terras portuguesas depois de a revista portuense *A Águia* ter publicado dois contos seus em meados da década de 1910, de o seu nome ter aparecido como um dos romancistas brasileiros mais em destaque após a morte de Machado de Assis num artigo que Tristão de Ataíde escreveu para a *Atlântida* em 1919 e no depoimento de Andrade Muricy a Fidelino de Figueiredo atrás referido?

Há várias provas a sustentar que Lima Barreto não só não ficou esquecido, mas até ficou, isso sim, mais conhecido e reconhecido, pelo menos entre os pares e os intelectuais portugueses mais ligados ao universo brasileiro.

Num número de 1923 da *Revista Portuguesa*, Rui Gomes publica um artigo sintomaticamente intitulado «Os grandes desconhecidos em Portugal» e mostra uma admiração superlativa por Lima Barreto, a quem considera «o escritor mais livre e irreverente de toda a literatura brasileira» e do qual mostra conhecer praticamente todos os livros publicados até então no Brasil (*Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Numa e a ninfa*, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Histórias e sonhos* e *Os Bruzundangas*) por tecer algumas considerações minimamente fundamentadas sobre cada um. Não lhe escapam tópicos da fortuna literária do autor carioca como os da ironia subtil herdada de Machado de Assis, a demolição presente na crítica social, o humor ora mais contido ora mais escancarado e até o desleixo pontual com

---

78 Conforme pudemos constatar ao consultar todos os números do *Novo Almanaque de lembranças luso-brasileiro* publicados entre 1907 e 1923.

a linguagem. Porém, o trecho mais interessante de todos, pelo menos na nossa opinião, é o seguinte:

> Há pouco mais de um mês quando o maestro Rui Coelho regressou da sua última visita ao Brasil, perguntei-lhe se tinha travado relações com Lima Barreto. Disse-me que estivera com ele uma vez apenas e contou-me como com ele se relacionara. Uma noite, ao entrar num dos melhores cafés do Rio, reparou que a uma mesa vários artistas e literatos de destaque escutavam com grande consideração um indívíduo ainda novo, mulato, e que revelava logo à primeira vista um grande descuido no vestuário. Do grupo chamaram-no, e, depois dos cumprimentos aos conhecidos, um deles fez a apresentação de quem com tanta consideração era escutado: «O senhor. Lima Barreto, o maior escritor brasileiro!» (Gomes 1923a: 24)

O artigo de Rui Gomes foi tão bem recebido em certos círculos brasileiros que a própria revista carioca *O Mundo Literário* o haveria de reproduzir nas suas páginas[79].

Por sua vez, autores tão importantes para a recepção da literatura brasileira em Portugal durante as primeiras décadas do século xx quanto José Osório de Oliveira e Manuel de Sousa Pinto que, antes tinham ignorado Lima Barreto, vêm a prestar alguma atenção ao mesmo nos seus trabalhos panorâmicos e de referência dos anos 20.

José Osório de Oliveira (1926) recupera um pouco o artigo que Tristão de Ataíde havia escrito para a revista *Atlântida* e situa Lima Barreto ao lado de Afrânio Peixoto, enquanto principais herdeiros da ironia subtil de Machado de Assis. Esclarece que enquanto Lima Barreto está mais virado para a cidade e para a política, Afrânio Peixoto se inclina mais para o campo e as paisagens. Opina ainda que o autor de *Esfinge* supera o autor carioca por ter maior equilíbrio espiritual e maior correção estílistica.

Um trecho importante, por indicar que Lima Barreto já tinha sido assimilado por escritor a considerar entre os mais relevantes, ocorre quando José Osório de Oliveira relata um episódio em que

79 Cf. Gomes 1923b.

supostamente alguém havia visto o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* com um dicionário de arcaísmos nas mãos e lhe perguntara qual a serventia, obtendo a resposta de que servia para conseguir ler Coelho Neto. À guisa de comentário ao episódio que ouvira contar, o crítico português afirma que «sem desrespeitar a memória do *blagueur* ilustre» discorda, pois pureza não é arcaísmo. Para quem havia ignorado por completo o seu nome num artigo panorâmico acerca da literatura brasileira três anos antes, conforme referimos atrás, estas referências têm de significar a necessidade de conhecimento e reconhecimento de um Lima Barreto que se tornara grande nas letras do Brasil ainda antes da morte infaustamente advinda em Novembro de 1922[80].

Do mesmo modo, Manuel de Sousa Pinto (1929), num opúsculo de vinte e quatro páginas que reproduz conferência realizada na Universidade de Coimbra a 15 de agosto desse mesmo ano, acha por bem referir um pouco Lima Barreto quando sempre o silenciara. Se não lhe dedica o espaço nobre que dispensa a José de Alencar e a Machado de Assis (três páginas a cada um), se não cita longamente nenhuma das suas obras como acontece com *Os sertões* de Euclides da Cunha e se não o considera mais detidamente entre os dois romancistas mais destacáveis da era pós-machadiana conforme faz quando toca a Júlia Lopes de Almeida e a Afrânio Peixoto, Manuel de Sousa Pinto tem agora estas palavras escritas sobre o autor carioca:

> Outro escritor digno de nota é Lima Barreto, que deixou algumas novelas curiosas: *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, etc. Herdando o pessimismo de Machado de Assis, mostrou como o mestre, predilecção pelos burocratas. (Pinto 1929: 18)

Por ironia da história e para grande dignidade de Coelho Neto, um artigo inteiramente dedicado a Lima Barreto circulou também entre os leitores portugueses. Com efeito, pouco dias depois da morte do «solitário de Todos-os-Santos», Coelho Neto, que fora

80 Cf. Oliveira 1926: 20-21, 35 e 37-38.

várias vezes e de modo bem duro criticado publicamente por Lima Barreto, escreveu uma matéria para o *Jornal do Brasil* a louvar o par recentemente falecido. Chamava-se «A sereia» e era uma matéria em que Coelho Neto considerava que a boêmia havia sido a maliciosa encantadora que impedira Lima Barreto de ser ainda maior, mas nem assim se podia olvidar que esta vítima pairava em cumes muito altos «representando o espírito de uma era e a glória de um povo». Em sua opinião, nem alguns desleixos gramaticais e de estruturação das suas obras comprometeriam a beleza subjacente à observação da vida, à riqueza das personagens e ao todo da escrita[81].

E este panegírico tocante foi mais tarde integrado no livro *Feira livre* (1926) publicado pela editora portuense Lello&Irmãos, sendo, portanto, mais uma prova de que Lima Barreto não foi inteiramente olvidado ou ignorado em Portugal.

Sem a dimensão do acolhimento de Coelho Neto, Olavo Bilac ou João do Rio (a tríade de autores do pré-modernismo brasileiro mais em voga em Portugal durante as três primeiras décadas do século XX), certamente menos reconhecido que Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida, Graça Aranha ou Euclides da Cunha, talvez menos conhecido que Ronald de Carvalho ou Carlos Maúl, Lima Barreto esteve longe de ser ignorado em terras lusitanas. Pelo menos entre as muitas centenas ou alguns milhares de pares, intelectuais e leitores que então liam as principais revistas luso-brasileiras e se interessavam minimamente pelas letras do país-irmão o seu nome e algo da sua obra encontraram alguma circulação.

81 Cf. Coelho Neto 1922.

Aspetos da recepção privada do pré-modernismo brasileiro no campo literário português

Se estudarmos esta questão da recepção da literatura brasileira pré-modernista sob o ponto de vista do que ficou guardado nos espólios dos escritores coevos dos dois lados do Atlântico, o que permanece e o que muda face ao que acabámos de verificar no espaço público? Será que a tríade dominante (Coelho Neto, João do Rio, Olavo Bilac) continua a eclipsar o acolhimento dos restantes escritores brasileiros em terras lusitanas? Será que os nomes de Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida, Graça Aranha e Euclides da Cunha vêm também logo abaixo nas trocas privadas com os intelectuais portugueses? E que acontece se formos verificar os traços deixados por Ronald de Carvalho e Carlos Maul, ou seja, dos jovens que brilharam na revista portuense *A Águia*? Que surpresas nos reservam as cartas, cartões, bilhetes-postais, textos autógrafos, livros com dedicatórias ou outros materiais que ficaram guardadas nos espaços domésticos dos espólios? Qual o panorama geral e qual a respetiva distribuição hierárquica em cujo seio deverá ser colocada a recepção lusitana do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*?

Sem ter qualquer veleidade de dar uma resposta definitiva a esta vasta problemática que requer um trabalho apenas ao alcance de uma equipa de pesquisadores e um horizonte plurianual, exploramos unicamente alguns aspetos e deixamos alguns contributos acerca dos materiais privados e (in)éditos dos acervos literários com interesse para o nosso objeto de estudo.

Antes de avançarmos, vejamos mais em detalhe alguns contributos que foram dados por outros estudiosos em livros e artigos já publicados. Em primeiro lugar, esmiucemos um pouco a contribuição de Arnaldo Saraiva (2004). Embora a jusante das tendências dominantes das relações literárias luso-brasileiras das duas primeiras décadas do século XX e com maior incidência nas trocas modernis-

tas, a tese de doutorado do ilustre pesquisador portuense comporta alguns achados preciosos para o nosso objeto de estudo. Desde logo, comporta não só mais de uma dezena de cartas significativas para a compreensão do papel de Ronald de Carvalho na revista *Orpheu* (ao lado do português Luís de Montalvor, que, com ele, foi co-diretor do primeiro número da célebre revista inaugural do modernismo português) e das suas relações com Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Além disso, tem uma carta excecionalmente interessante do Manuel Bandeira ainda pré-modernista ao maior poeta simbolista português, Eugénio de Castro. Por fim, comporta materiais que conservam traços de circuitos de relações periféricas à tríade dominante (Coelho Neto, João do Rio, Olavo Bilac) entretanto mais ou menos esquecidas para a história literária.

Citemos apenas dois exemplos de tais cartas tão significativas das trocas literárias luso-brasileiras da década de 1910. Em agosto de 1913, o então desconhecido Manuel Bandeira escrevia ao poeta simbolista português Eugênio de Castro:

> Caro e ilustre poeta
>
> Sou brasileiro e vim há dois meses para a Suíça tratar-me de uma tuberculose que me abateu vai para nove anos. Durante esse tempo – o terço de minha vida (1918) – compus muitos versos dos quais destaquei 34 poemetos que desejo imprimir em livro sob o título de *Poemetos Melancólicos*. Gostaria de dá-los a um editor em Portugal onde a mão de obra è tão bem acabada. Mas... não conheço ninguém. No meu país mesmo, sou inteiramente desconhecido. Perdoe-me, pois, a ousadia de um apelo: quererá o Sr. dar-me uma carta de apresentação a alguma casa editora? Ao França Amado já escrevi e ele não pode neste momento ocupar-se de tais trabalhos.
>
> Envio-lhe três poesias pelas quais o Sr. poderá ajuizar se desmereço sobremaneira da alta honra e serviço que lhe peço, caso em que rogo encarecidamente não se embarace com escrúpulo nenhum de cortesia: eu mesmo não sei que valor dar aos meus poemetos. Outrossim, se qualquer outro motivo o impedir de responder favoravelmente, faça-mo sentir francamente. (Saraiva 2004: 311)

A 24 de fevereiro de 1915, Fernando Pessoa redigia uma longa e bela missiva a Ronald de Carvalho, na qual entremeava algumas restrições e alguns elogios ao livro de poemas *Luz gloriosa* que o escritor brasileiro lhe enviara. Leiamos um dos trechos positivos:

> O seu Livro é dos mais belos que recentemente tenho lido. Digo-lhe isto, para que, pois que me não conhece, me não julgue posto a severidade sem atenção às belezas do seu Livro. Há em si o com que os grandes poetas se fazem. De vez em quando a mão do escultor de poemas faz talhar as curvas irreais da sua Matéria. E então é o seu poema sobre o Cais, a sua impressão sobre o Outono, e este e aquele verso, tal poema ou tal outro, caído dos Deuses como o que é azul do céu nos intervalos da tormenta…Exija de si o que sabe que não poderia fazer. Não é outro o caminho da Beleza. (Pessoa *apud* Saraiva 2004: 504-505)

Em segundo lugar, relembremos o contributo de Elza Miné (1988, 1997), que resgatou o texto inédito *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX,* de Jaime Batalha Reis, e publicou várias cartas deste escritor português com Graça Aranha. Entre outras missivas ou respetivos rascunhos, encontramos um material datado de 31 de março de 1905 em que Jaime Batalha Reis elenca a Graça Aranha os intelectuais brasileiros que considera merecedores de artigos que pretende publicar numa revista e lhe pede retratos ou informações acerca de tais intelectuais:

> A minha intenção é começar pelo Nabuco, – porque o tenho à mão – e seguir depois pelos Polígrafos críticos que me ocasionem expor e discutir as doutrinas gerais, os conjuntos do espírito brasileiro. Veja V. – do que acima enumero – o que pode arranjar-me, sem muita demora com respeito a Tobias Barreto, Araripe, Sílvio Romero, José Veríssimo, Carlos Laet. Logo depois os mesmos elementos sobre Machado de Assis e Graça Aranha. (Reis 1988: 168)

Em terceiro e último lugar, mencionemos o trabalho de Cristiane d' Avila (2013), que recolheu no espólios de João de Barros e de Carlos Malheiro Dias (ambos na Biblioteca Nacional de Portugal) muitas dezenas de cartas a eles enviadas por João do Rio.

Particularmente preciosas para compreender a dinâmica privada do conhecido empreendimento luso-brasileiro consubstanciado na revista *Atlântida* entre 1915 e 1920, tais cartas começaram a ser enviadas logo em 1909 e também comportaram elementos para o esclarecimento do eixo do campo da recepção portuguesa dos escritores brasileiros. Por exemplo, a 3 de novembro de 1912, João do Rio queixava-se a João de Barros:

> O Lello mandou-me 4 exemplares de um livro meu e 100 apenas (!!!!) para os caixões do Alves. É possível fazer reclamo para isso? Acreditará ele que eu não vendo os 100 livros? É um cavalheiro que mata as edições da gente. Depois toma ares e fala. Nem aos meus amigos consegui dar o volume. Só mesmo para as reedições do Neto! (Avila 2013: 102)

Relembrados estes estudos, avancemos agora para os materiais privados e (in)éditos dos acervos literários que fomos encontrando durante a nossa própria pesquisa.

Desde já, será conveniente salientar o conjunto de cartas, bilhetes e telegramas que testemunham o intercâmbio de Coelho Neto com a intelectualidade portuguesa. Na FBN (Rio de Janeiro), encontram-se quase três dezenas de materiais pertinentes. Dentre estes materiais e estas relações, vamos destacar sobretudo a correspondência enviada por Carlos Malheiro Dias a Coelho Neto. Aliás, o autor de *A mulata* foi provavelmente o seu mais assíduo correspondente português com cerca de uma quinzena de cartas.

O conhecimento pessoal entre ambos terá sido encetado no Rio de Janeiro por ocasião da primeira estada de Carlos Malheiro Dias na então capital brasileira em meados da década de 1890 e as suas relações estenderam-se durante decênios em clima quase permanente de intimidade, fraternidade intelectual e troca de favores. Deixemos alguns exemplos.

Em carta não datada, Malheiro Dias relembra o convívio com o mestre e pede-lhe o favor de averiguar da existência de quadros

do pintor romântico português Domingos Sequeira no Museu da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro:

> Beijo-te no coração por essas palavras que me trouxeram ao pensamento as horas de tranquila ventura e de espiritual encanto, que vivi em tua casa. Eu era então pouco menos do que uma criança; mas uma criança exilada. Cem anos que eu vivesse, nunca poderia esquecer essas longínquas demoras em tua casa; essa ilusão generosa de uma família e de um lar, com que tu mitigaste as minhas tristezas e satisfizeste as mais ocultas aspirações do meu coração. Que sabias tu de mim, para me sentares à tua mesa, para me abrires de par em par a tua casa? Como eu seria feliz de poder receber-te agora na minha casa e de poder confiar a minha mulher o suave encargo de agradecer a tua Esposa todos os bens que a tua simpatia me trouxe nesses tempos de infelicidade! Mas tu não vens, homem inimigo de deslocações e de longínquas viagens. Enraizaste no teu torrão e pareces temer que estas terras pobres e esgotadas da Europa não bastem para alimentar a flora prodigiosa da tua fantasia. Tens talvez razão, mas, mesmo preparado para uma desilusão, deverias vir. Ninguêm mais do que tu é por nós admirado e idolatrado.
>
> […]
>
> Um favor te queria ainda pedir: o de me dizeres, com a possível urgência, se existem no museu da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro os quadros de Domingos António de Sequeira: «A morte de Camões», «A fuga para o Egito» e os retratos dos viscondes de Pedra Branca. Se não todas, ao menos alguma dessas obras lá está? Terias tu paciência de ma descrever?
>
> (Dias *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 60-61)[82]

Em carta datada de 17 de janeiro de 1901 e enviada desde Lisboa, o escritor português insta igualmente Coelho Neto a estabelecer-se em Portugal e lança provavelmente as primeiras bases para o que viria a ser, anos mais tarde, a reedição de todas as suas obras por

82 A correspondência passiva a Coelho Neto está editada em *Anais da Biblioteca Nacional* (1963), que acabamos de referir. No espólio da Divisão de Manuscritos da FBN, tivemos ocasião de compulsar os originais das cartas que lhe foram enviadas por intelectuais portugueses e iremos reproduzir o original manuscrito de um dos trechos que consideramos mais importantes nos anexos da presente monografia. Ver a nota seguinte.

uma editora da outra banda do Atlântico (pouco importando que tenha vindo a ser a portuense Lello&Irmão e não a lisboeta Tavares Cardoso a proceder a tal reedição):

> Uma viagem à Europa curava-te prontamente dessa neurastenia. Atravessa os mares e vem a Portugal. As tuas despesas de viagem pagava-tas de sobejo um só romance teu, que te editaria o Tavares Cardoso. E se é que pensas de verdade em fixar aqui residência, lucrarias em reeditar em Lisboa toda a tua notável obra de romancista, que podia produzir-te algumas dezenas de contos de réis.
>
> O Virgílio Varzea – cujo valor não contesto – está sendo editado em edições primorosas pelo Tavares Cardoso, que lhe dá larga partilha de lucros nas edições. Por aí vê o que poderia produzir uma edição definitiva e revista da tua obra!
>
> Dois anos mesmo que vivesses em Lisboa seriam espantosamente benéficos para ti. Levarias saúde e deixarias aqui um grande nome e um bom mercado para os teus livros. Havias de ser recebido com os braços abertos. Vem.
>
> […]
>
> Queres um conselho?
>
> Escreve ao Tavares Cardoso, oferece-lhe um romance inédito e propõe-lhe a reedição de toda a tua obra, revista e refundida aqui. Eu cá estou para ajudar no bom conselho e espero que a resposta do livreiro te apressará a fazer as malas e a partir. Experimenta. Os nossos arquivos da Torre do Tombo estão à espera de um brasileiro que lhe desentranhe do bojo a riqueza fabulosa que concernente ao Brasil por lá jaz ignorada, na digestão da traça e das baratas. O Eduardo Prado foi daqui deslumbrado, prometendo vir residir em Lisboa para a exploração dessa mina de oiro. Vem, homem de Deus, vem! para alegria nossa, para fortuna tua! (Dias *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 53-54)[83]

Por seu lado, em missiva datada de 18 de fevereiro de 1912, num momento em que as suas posições monárquicas o levavam a chocar com a implementação da República em Portugal e com a linha editorial forçada pelos donos da revista *Ilustração Portuguesa*,

83 Cf. Anexo 15.

que ele dirigia há anos, Malheiro Dias pede ajuda ao ilustre amigo brasileiro após se ter demitido da mesma:

> Com a minha saída da Ilustração, o meu pequeno orçamento desequilibrou-se. Preciso de o reorganizar. Lembro-me para isso de que não seria difícil obter que um dos grandes jornais do Rio: *O Jornal do Comércio*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil* ou qualquer outro me convidasse a escrever crônicas semanais sobre os acontecimentos portugueses. Pelo grande êxito que têm obtido as que escrevo para o *Correio Paulistano*, e dada a minha categoria literária, creio que não me seria difícil interessar vivamente os leitores do jornal que me quizesse aproveitar a pena. Podes tu ser meu padrinho nesta causa? Outo não encontraria com o teu prestígio e com a tua influência. Se o teu coração se abrisse ao meu pedido, sei que facilmente ganharia esta causa, que junto do teu afeto advogo com a veemência de um pai: porque o sou de 3 filhos. (Dias *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 57)

Conforme já referimos, além das cartas enviadas por Carlos Malheiro Dias, a FBN possui os originais da correspondência de outros escritores, artistas e intelectuais portugueses para Coelho Neto.

Por exemplo, de João de Barros há dois materiais. Num deles, datado de 6 de novembro de 1916, o conhecido diretor da revista luso-brasileira *Atlântida* insta o autor de *Turbilhão* a enviar a colaboração prometida e lamenta que a mesma ainda não tenha sido remetida:

> Venho pedir-lhe o grande favor de colaborar na *Atlântida*. Não o fiz há mais tempo, porque o Paulo Barreto estava encarregado de conseguir um conto ou uma novela seus. Chegou mesmo a dizer-me que o Mestre nos daria a honra de publicar nas páginas da *Atlântida* uma sua novela inédita, que provisoriamente se intitulava «Elixir de Amor».
>
> Com profundo e sincero desgosto – vejo que mudou de tenção. Estou imensamente triste e magoado, pois não sei de ação ou atitude minha que possa ter sido desagradável ao Mestre, ao escritor ilustre que venero e admiro em si. E só por antipatia sua contra a *Atlântida* eu

explico a sua falta de colaboração. Atrevo-me a esperar que essa antipatia não seja duradoira: – e rogo-lhe que não abandone, na sua travessia aventurosa, esta nau da *Atlântida*, que só deseja ser um motivo de maior aproximação entre os dois países fraternos.

Junqueiro, que tem estado doente, acaba de prometer-me um artigo para muito breve. Como poderemos nós dispensar o nome de Coelho Neto?

(Barros *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 242)[84]

Do «brasilianista» Manuel de Sousa Pinto, que, conforme já vimos, terá escrito o mais alentado estudo publicado em Portugal sobre Coelho Neto, encontram-se quatro materiais. A 4 de janeiro de 1906, Sousa Pinto escreve-lhe:

> Já há muito tempo que tenciono agradecer-lhe a lista das suas obras que, por intermédio do nosso bom amigo Dr. Rodrigo Otávio, recebi satisfeito. Como porém quereria mandar-lhe com os meus agradecimentos um número de revista em que me ocuparia de si – a propósito do *Água de Juventa* – fui retardando a realização desse desejo que é um dever essencial. A revista, no entanto, demora ainda e por isso a seu tempo a receberá.
>
> O que não se pode retardar mais é o meu agradecimento para com a sua excelsa fineza que constituirá grande base para o meu prometido e projetado estudo sobre toda a sua vasta e bela obra.
>
> (Pinto *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 189-190)

A 13 de maio de 1911, Sousa Pinto agradece a reação positiva que o «mestre» teve diante do seu livro *Terra moça*, no qual ele incluiu, como já dissemos, um longo estudo sobre a obra e vida do escritor brasileiro:

> Se outras alegrias me não tivesse trazido a publicação do meu *Terra Moça*, bastar-me-hia a reforçar o prazer real que tive ao escrevê-lo,

---

84 Há um erro na datação desta carta em *Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 242, pois aparece com a data de 6.11.1910, quando a data correta é 6.11.1916. Quer o conteúdo da carta (e sobretudo este), quer a própria data que está manuscrita no original da carta à guarda da FBN, indicam claramente para o ano de 1916.

esse facto, para mim sumamente agradável, de ele ter vindo reatar as nossas relações por escrito. Desde que lhe prometera ocupar-me, com o carinho e admiração que inalteravelmente me merecem, da sua atraente pessoa e da sua maravilhosa obra, e, por falta de publicação condigna onde o fizesse com a largueza e importância requeridas, via decorrer os meses sem realizar a promessa e sem receber novas suas diretamente andava em sobressaltos remordentes de traidor. Deu-me o meu livro a melhor ocasião de me desempenhar, como soube, disso que era para mim um dever: dever de coração, pelo que o estimo; dever de espírito, pelo muito que o admiro. Pela sua preciosa carta de 2 de fevereiro [...] vejo que, por fortuna minha, logrei fazê-lo a seu aprazimento, e, se bem que tenha de descontar a parte importante que a sua bondade incluiu no caloroso louvor que me dirige, o seu elogio, como não podia deixar de suceder, animou-me e envaideceu-me. Muito obrigado. (Pinto *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 192)

De Lopes de Mendonça, diretor da revista lisboeta *Serões*, há uma carta de 14 de agosto de 1905 que comprova novamente o quanto Coelho Neto era sobrevalorizado quando se tratava de contar com colaboradores brasileiros nas páginas das publicações periódicas portuguesas:

Tenho a honra de remeter a V. Ex.ª o 1.º número da revista *Serões* que atualmente dirijo, tendo-a moldado, na medida das nossas forças, pelos magazines similares do estrangeiro.

Eu desejaria reunir para a colaboração literária a fina flor dos escritores que, nos dois hemisférios, cultivam a nossa bela língua comum. Foi naturalmente dos primeiros que me ocorreu o nome de V. Ex.ª, cujo altissimo valor eu, infelizmente não há muito, me foi dado apreciar. Julgará V. Ex.ª ambição demasiada esta honra que desejo para a Revista? No caso contrário, rogo-lhe, como colega e admirador, o grande favor de me remeter algum artigo, seja o que for, na indole do magazine, colmando esse obséquio se me proporcionar os meios de o ilustrar devidamente. Tudo o que se referir a coisas brasileiras terá para mim um grande apreço, sobretudo saído de uma pena como a sua.
(Mendonça *apud Anais da Biblioteca Nacional* 1963: 271-272)

Poderíamos arrolar ainda outros exemplos, como os dos escritores Fialho de Almeida ou Manuel Teixeira Gomes, para continuar a demonstrar a relevância que os arquivos da FBN têm para a confirmação do elevado grau de penetração de Coelho Neto no espaço privado da intelectualidade portuguesa, nomeadamente na esfera da correspondência pessoal. Porém, cremos que já a ilustramos suficientemente.

Aliás, se, dentro de uma lógica de complementaridade de arquivos literários localizados em ambas as bandas do Atlântico, deslocarmos a nossa atenção para espólios de escritores e intelectuais guardados em Portugal, poderemos mesmo encontrar a correspondência de Coelho Neto que ajuda a esclarecer algumas das cartas que os pares portugueses lhe enviaram e às quais acabámos de fazer referência textual.

E, ao contrário do que acontece com as cartas enviadas de Portugal para o autor de *Turbilhão*, todas já conhecidamente publicadas, esta correspondência de Coelho Neto para os portugueses talvez esteja em boa parte ainda inédita. Concentremos, portanto, a nossa atenção nalguns materiais do ACPC-BNP.

Particularmente relevante é a carta em que Coelho Neto esclarece João de Barros acerca dos motivos pelos quais não enviou nenhuma colaboração para a revista luso-brasileira *Atlântida*. Invocando razões que se prendem com o dinheiro que perdeu devido à inesperada falência de companhias de seguros de vida, com os efeitos da mesma sobre o legado a deixar aos filhos e com a neurastenia da idade a caminho da morte, Coelho Neto pretende sobretudo tranquilizar João de Barros quanto a eventual antipatia face à revista ou à própria pessoa do diretor:

> Antipatia! Porquê? Ainda que a *Atlântida* não me atraísse com o seu esplendor eu já o teria procurado, só pelo prazer da companhia dos seus diretores e pela honra de ver o meu nome no painel da nau que faz a travessia do oceano, carregada das maiores riquezas do que as antigas, quando regressavam da Índia perfumando os mares. (ACPC-BNP, Espólio João de Barros, N11, 6 mar. 1916).

Encontramos outros exemplos interessantes da mencionada complementaridade de arquivos em duas cartas que Coelho Neto remeteu a Carlos Malheiro Dias.

Numa, o autor de *Turbilhão* esclarece-lhe que: «Não há um só quadro do Domingos António de Sequeira na Escola Nacional de Belas Artes; percorri todas as galerias e ainda conversei sobre o assunto com o Rudolfo Berardinelli. Foste mal informado» (ACPC-BNP, Espólio Carlos Malheiro Dias, D4/1043, s.d.).

Na outra, como que para pedir retribuição dos favores e intermediações feitos no sentido de Carlos Malheiro Dias escrever remuneradamente na imprensa brasileira, Coelho Neto escreve-lhe em tom meio confessional: «Preciso falar contigo sobre o convite que recebi para colaborar no *Comércio do Porto*. A minha vida, nos últimos tempos, tem sido uma longa tortura: trabalho superior às minhas forças e sofrimentos para os quais já não tenho resignação» (ACPC-BNP, Espólio Carlos Malheiro Dias, D4/1048, 10 maio 1922).

Para terminarmos com a aproximação à presença proeminente de Coelho Neto no âmbito do espaço privado da correspondência com os intelectuais portugueses das primeiras décadas do século xx (na carioca FBN e no lisboeta ACPC-BNP há cerca de cinquenta materiais atestando a relação epistolar do «medalhão» maranhense com mais de uma dezena de figuras lusitanas), citemos, na íntegra, uma importante carta que mostra a admiração de Coelho Neto pelo escritor Raúl Brandão. Embora não seja inédito, aqui fica por inteiro este esquecido documento guardado no espólio do autor de *Húmus*:

> Ilustre confrade dr. Raul Brandão,
>
> Escrevo-lhe sob a maravilhosa impressão do seu livro *Os pescadores*. Admiráveis painéis de vida, esses capítulos cheios de heroísmo e de melancolia. Sente-se nele a valentia da gente praieira que, ainda hoje através de todas as necessidades, conserva no coração forte o património enérgico da raça antiga dos aradores de campos e de mares. A epopeia taciturna da pesca está toda nesse livro idealizado à antiga, a pinceladas largas como para decorar grandezas monumentais. Não há ali rebuscamentos subtis: tudo é titânico, para ser visto a céu aberto, como os horizontes, e as almas casam-se com os cenários, fortes como elas as reclamam com a sua

majestade, por vezes trágica. A própria miséria não é a que se humilha e implora, a chorar: é a que pragueza nas tempestades e sucumbe na luta. Complete a história dos trabalhadores humildes, cumpra a promessa que faz de descrever a vida dos simples – a do lavrador, a do pastor e a do operário e, tendo começado pelas águas, como fez Deus na criação, dará os quatro evangelhos da Bíblia Portuguesa. Aperto-lhe a mão com entusiasmo.
Muito seu admirador,
Coelho Neto
(ACPC-BNP, Espólio Raul Brandão, D2/341, 11 ago. 1924)[85]

Esta carta não é de somenos, pois não só revela um Coelho Neto diferente da sua imagem habitual de literato acorrentado às camadas altas da sociedade e ao patrimônio cultural da antiguidade Greco-latina, mas também demonstra uma relação inesperada com a obra de Raul Brandão. Se nos é permitido o paralelo, diríamos a respeito desta carta que ela quase poderia ter sido assinada pelo próprio Lima Barreto!

Mas retornemos por ora às tendências dominantes e às regularidades expectáveis. Além de Coelho Neto, a tríade omnipresente na recepção pública de pré-modernismo brasileiro em Portugal inclui, conforme temos repetido, as figuras de João do Rio e de Olavo Bilac.

Se o estudo da presença significativa de João do Rio na privacidade epistolar da intelectualidade portuguesa parece estar bem adiantado devido ao livro de Cristiane d'Avila (2013) e se dermos por secundários certos dados que apontam para a consolidação da sua penetração nos espaços domésticos dessa mesma intelectualidade (por exemplo, a existência de dois manuscritos de textos éditos seus nos espólios de João de Barros e de Carlos Malheiro Dias guardados no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal), resta-nos ver o que ocorreu com Olavo Bilac.

85 Esta carta não está inédita, pois foi publicada no *Diário de Lisboa*, em 1957.

Como não parece haver nada de pertinente na carioca FBN, vamos concentrar o nosso foco na documentação existente no ACPC-BNP.

Embora haja alguma documentação com interesse para os nossos propósitos, a verdade é que se trata de algo mais residual. No concernente a peças de correspondência para ou de intelectuais portugueses, apenas foi possível encontrar quatro materiais enviados por Olavo Bilac: uma carta a Ramalho Ortigão, outra a Henrique Lopes de Mendonça, mais um bilhete e um telegrama para Carlos Malheiro Dias. Deixemos aqui trechos das missivas endereçadas a Ramalho Ortigão e a Henrique Lopes de Mendonça, que estarão ambas provavelmente inéditas. Ao primeiro, o autor de *Sagres* escreveu a 11 de abril de 1903:

> Meu ilustre Mestre.
>
> Algumas senhoras, das mais gentis da sociedade fluminense organizaram uma coleção de autógrafos preciosos em bilhetes postais, – para ser vendida em benefício das crianças pobres. Imagine que valor terá o seu autografo, nesta cidade, onde todos o admiram e prezam! Servindo de intérprete do desejo dessas senhoras, venho pedir a V. Ex.ª que escreva uma frase, uma linha, seja o que for, com a sua assinatura, neste bilhete, e que mo devolva pelo correio (ACPC-BNP, Espólio Ramalho Ortigão, E19/1053).

Ao segundo, em carta datada de 29 de junho de 1915, agradece o parecer favorável que lhe permitiu ser sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa:

> Acabo de receber o carinhoso «parecer», com que V. Ex.ª abriu para mim as portas da Academia de Lisboa. Entrar o admito já era muito, mas entrar pela mão de tal mestre é demais: nunca esta consagração me sorria, entre as minhas maiores ambições. Não sei dizer a comoção que me deram as suas nobres palavras. Tive outros louvores; nunca os tive tão tocante como este.
> (ACPC-BNP, Espólio Henrique Lopes de Mendonça, N53/235)

Comparando com o que existe de pertinente no respeitante a Coelho Neto e a João do Rio nas duas instituições em que focámos a nossa pesquisa, parece pouco e poderá indicar que o acolhimento de Olavo Bilac no espaço privado português não esteve em consonância com o lugar primacial que ele ocupou na recepção pública. E não será o facto de existirem, no espólio de Mariano Pina e Augusto Pina, os manuscritos autógrafos dos poemas bilaquianos «Noturno», «A sesta de Nero», «No liminar da morte» e «A queda do céu» que infirma esta sensação. O que a poderá morigerar, cremos, é a possibilidade de haver materiais significativos noutras instituições/lugares e a hipótese de que o acaso tenha feito desaparecer muitos traços documentais da presença de Bilac no espaço domestico dos intelectuais lusitanos. Aliás, Antonio Dimas (2006) já chamou a atenção para a necessidade de reconstituir em profundidade a presença de Bilac em solo português, pois ainda há provavelmente muito a descobrir.

Além da tríade constituída por Coelho Neto, João do Rio e Olavo Bilac, os autores do pré-modernismo brasileiro mais em destaque nos espólios privados dos escritores portugueses à guarda do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal são Graça Aranha, Afrânio Peixoto e Júlia Lopes de Almeida, sobretudo quando o recorte temporal corresponde ao primeiro quartel do século xx.

Do autor de *Canãa* há documentação que atesta o envio de quase meia centena de materiais para Jaime Batalha Reis, João de Barros e Carlos Malheiro Dias. Como o caso da correspondência com Jaime Batalha Reis já está suficientemente explorado por Elza Miné (1988, 1997) e os documentos enviados a Carlos Malheiro Dias se resumem a dois simples cartões de visita, centremos o nosso foco nos dezasseis materiais conservados no espólio de João de Barros.

Circunscrita aos anos de 1919 e 1920, quando Graça Aranha partilhou a direção da revista *Atlântida* com João de Barros e com João do Rio, a correspondência mostra o empenho do autor de *Canãa* em conseguir colaboradores franceses para a dita revista, angariar publicidade, garantir pontos de venda em terras gaulesas e enviar os seus próprios textos. Ocasionalmente, comenta a João de

Barros artigos publicados pela própria *Atlântida*, conforme acontece com o que Tristão de Ataíde fez sair no número 41 (presumivelmente de meados de 1919) sob o título «Crônica literária do Brasil».

Para nós, é particularmente interessante uma carta de seis páginas em que Graça Aranha se insurge contra o artigo de Tristão de Ataíde, posto que, conforme já vimos, foi neste artigo que o silêncio quanto a Lima Barreto na *Atlântida* foi quebrado e ele foi inclusive considerado como um dos dois principais nomes da literatura brasileira então mais recente. Embora as críticas de Graça Aranha ao artigo de Tristão de Ataíde incidam quase exclusivamente sobre a afirmação da rutura dos laços literários do Brasil com Portugal e sobre o lugar derivado que é reservado a *Canãa* enquanto suposto sucedâneo de *Os sertões*, não deixa de ser relevante verificar como o jovem crítico literário brasileiro e o seu texto são desvalorizados:

> Passei os olhos no artigo sobre o movimento literário do Brasil. Quem é esse Ataíde? […] O artigo é idiota e nos desacredita. […] Dar-me como continuador de Euclides é uma imbecilidade. *Canãa* apareceu dois meses antes dos *Sertões*, e é um livro de arte e de filosofia, e de sensibilidade inteiramente diferente do trabalho de Euclides. […] Creio que é melhor não piblicar mais nada de tão extravagante crítico que só pode nos prejudicar.
> (ACPC-BNP, Espólio João de Barros, N11/116, 10 nov. 1919)

Por vezes, as cartas de Graça Aranha a João de Barros extravasam do âmbito da *Atlântida* para questões pessoais e leitura de autores portugueses entretanto meio olvidados. Por exemplo, numa missiva datada de 5 de setembro de 1919, o escritor brasileiro lamenta a morte do romancista naturalista Teixeira de Queirós (sogro de João de Barros) e afirma que o lera bastante na mocidade.

De Afrânio Peixoto, o ACPC-BNP conserva correspondência com João de Barros, Carlos Malheiro Dias, Hernâni Cidade, Jaime Cortesão ou Rómulo de Carvalho (conhecido sob o pseudônimo de António Gedeão). Como nem todos estes espólios têm intrumentos de pesquisa suficientemente detalhados para apurar o número de materiais e respetivas datas, vamos circunscrever as nossas

referências a cartas ou bilhetes enviados pelo autor de *Bugrinha* a João de Barros e a Carlos Malheiro Dias no primeiro quartel do século xx, que é obviamente o horizonte temporal mais importante para a avaliação do acolhimento inicial do pré-modernismo brasileiro em Portugal.

No âmbito da cerca de uma dezena de cartas, bilhetes e telegramas que Afrânio Peixoto remeteu a esses dois escritores portugueses durante o recorte temporal ora mencionado, salientemos uma carta a João de Barros datada de 4 de junho de 1919 e um bilhete não datado a Carlos Malheiro Dias.

A carta é relevante porque esclarece que foi Afrânio Peixoto quem recomendou Tristão de Ataíde para escrever a crônica sobre o estado da literatura contemporânea no Brasil nas páginas da *Atlântida* que tanto desagradou a Graça Aranha. Desculpando-se por não poder enviar a colaboração pedida por João de Barros, o autor de *Bugrinha* refere:

> Dou porém alguém por mim: é um jovem crítico, pelo qual respondo, e que Afonso Arinos, se vivesse, atestaria como um nome que contará: dele lhe envio uma amostra. Se você gostar, outras irão, do mesmo geito. Chama-se Amoroso Lima, usa do pseudônimo de Tristão de Ataíde. (ACPC-BNP, Espólio João de Barros, N11/2351)

Por sua vez, o bilhete não datado a Carlos Malheiro Dias (cremos que será de 1922 ou 1923, por ocasião da publicação da primeira edição de *Bugrinha*) revela o cuidado com que normalmente os escritores seguem a sua recepção crítica e como o demonstram na esfera privada das correspondências ignoradas pelo público leitor:

> Meu caro Malheiro Dias,
> o Afrânio aqui veio deixar-lhe o resto do coração pelas palavras tão generosas que disse da *Bugrinha*...Lembra-se do velho rifão? «Quem meu filho beija...».
> Muito, muito grato,
> seu Afrânio.
> (ACPC-BNP, Espólio Carlos Malheiro Dias, D4/1145)

De Júlia Lopes de Almeida, no ACPC-BNP, há materiais nos espólios de João de Barros, Carlos Malheiro Dias, Ana de Castro Osório e Raul Brandão. Tal como acontece no caso de Afrânio Peixoto, temos cerca de uma dezena de peças pertinentes durante o período por nós delimitado, mas não estamos diante das muitas dezenas de materiais e do extravasamento do horizonte temporal das décadas de 1930 e 1940 que comparecem quando se trata do autor de *Bugrinha*. As cartas de Júlia Lopes de Almeida expressam agradecimento pela atenção que lhe fora prestada por João de Barros e por Carlos Malheiro Dias, mencionam envio de fotografia própria para a revista *Ilustração Portuguesa* ao cuidado de Ana de Castro Osório e tecem elogios a Raul Brandão (aliás, ele era primo do esposo da escritora brasileira) e ao seu livro *Os pescadores*.

E que dizer de Ronald de Carvalho e Carlos Maúl, que tanto se destacaram na revista portuense *A Águia*? Que surpresas haverá quanto a outros nomes e circuitos epistolares? Como situar Lima Barreto no panorama geral dos espólios privados dos escritores portugueses durante o primeiro quartel do século xx?

Continuando a centrar a atenção no lisboeta ACPC-BNP e na carioca FBN, dir-se-ia que subsistiu apenas meia dúzia de materiais de Ronald de Carvalho e nada há de Carlos Maúl. Com efeito, se o autor de *Toda a América* ainda deixou traços da sua presença em cinco materiais enviados a Carlos Malheiro Dias (três são telegramas lacônicos) e num único a João de Barros (ainda assim, datado de 1926 e, portanto, ligeiramente fora do nosso horizonte temporal), já Carlos Maúl nada deixou para o período que nos interessa (há oito cartas a João de Barros, mas começam no ano de 1937).

Caso Arnaldo Saraiva não tivesse reunido cartas de Ronald de Carvalho a escritores portugueses ou dos mesmos para ele, seria intrigante notar a contradição entre o largo acolhimento na esfera pública (não só n'*A Águia*, mas também a nível editorial, noutras revistas e no próprio primeiro número de *Orpheu*, de que, como é sabido, Ronald de Carvalho foi co-diretor) e a pouca relevância no âmbito privado.

Embora seja possivel encontrar outros nomes de autores brasileiros pré-modernistas e outras relações epistolares nos espólios dos intelectuais portugueses, nomeadamente no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, como, por exemplo, Elísio de Carvalho (cerca de uma dezena de cartas a João de Barros e a Carlos Malheiro Dias) ou Monteiro Lobato (cartas a/de Ana de Castro Osório e a Carlos Malheiro Dias), vamos abordar apenas brevemente os casos de Tristão de Ataíde e de Miguel Calmon.

O primeiro porque tem uma troca de cartas com Carlos Malheiro Dias que interessa diretamente ao estudo do estado da perceção brasileira da colonização portuguesa do Brasil em vésperas da comemoração do primeiro centenário da independência da ex--colônia. Particularmente interessante é uma carta datada de 20 de outubro de 1921 (provavelmente inédita) em que Tristão de Ataíde afirma ao autor português que a introdução ao primeiro volume da monumental *História da colonização portuguesa do Brasil* o deixara algo apreensivo e discordante, dado o seu espírito religioso: «Tudo isso e mais, me leva a preferir a história imanente à história transcendente, e foi isso que me levou a mencionar o receio com que li a palavra milagre, que indica sempre intervenção transcendente, a propósito da colonização» (ACPC-BNP, Espólio Carlos Malheiro Dias, D4/198).

O segundo porque tem como protagonista um dos arqui--inimigos de Lima Barreto. Com efeito, no espólio de Ramalho Ortigão, encontra-se um surpreendente bilhete-postal enviado por Miguel Calmon a 3 de novembro de 1910 em que ele apresenta uma singela despedida formal ao autor de *As farpas*: «Devendo regressar ao Brasil brevemente, peço a V. Ex.ª que me dê as suas ordens para lá. Minha mulher recomenda-se a V. Ex.ª e à sua Ex.ᵐᵃ Família. Creia--me sempre amigo dedicado e respeitoso admirador» (ACPC-BNP, Espólio Ramalho Ortigão, E19/1083).

Dando como adquirido que estes circuitos menores e estas surpresas não alteram nada de essencial no mapa da recepção privada dos escritores brasileiros pré-modernistas no âmbito dos espólios privados mais pertinentes para os nossos objetivos, situemos Lima Barreto nesse mesmo mapa.

Antes de mais, façamos a ressalva de que o quadro global está longe de concluído, pois uma visão sistemática (reafirmemos!) apenas pode ser alcançada por equipas de pesquisadores e requer um trabalho de campo de vários anos em arquivos, bibliotecas e outros lugares espalhados por Portugal, pelo Brasil e talvez alhures. O mapeamento que desenvolvemos circuncreve-se basicamente ao lisboeta ACPC-BNP e à carioca FBN.

O primeiro dado a realçar é o predomínio inequívoco da presença de Coelho Neto e João do Rio no âmbito das relações epistolares com os intelectuais portugueses que estão devidamente documentadas em espólios de ambos os lados do Atlântico. Em consonância com a enorme exposição pública que tinham em Portugal, cada um destes dois escritores brasileiros tem cerca de meia centena ou mais de materiais pertinentes.

O segundo elemento a destacar é a aparente contradição entre o peso público da recepção portuguesa de Olavo Bilac e os meros resíduos que pudémos apurar em termos de corresponddência privada com a intelectualidade lusitana. Apenas quatro materiais.

O terceiro aspeto que retemos corresponde a uma certa inversão do lugar de Graça Aranha, pois deixa de ocupar a posição intermediária que parece ocupar no espaço público e passa a estar quase a par de Coelho Neto e João do Rio no domínio privado da correspondência epistolar devido aos mais de quarenta materiais conservados nos espólios de Jaime Batalha Reis, João de Barros e Carlos Malheiro Dias.

O quarto dado que apontamos é a relativa congruência da imagem pública e privada de Afrânio Peixoto e Júlia Lopes de Almeida, pois ocupam um lugar relativamente destacado em ambas as esferas sem chegarem, no entanto, a uma posição dominante. Distantes do caudal de cartas e outras peças de Coelho Neto, João do Rio ou de Graça Aranha, têm cada um cerca de dez materiais nos espólios portugueses do primeiro quartel do século xx.

O quinto elemento a notar equivale ao desequilíbrio entre uma certa dimensão pública que os então jovens escritores Ronald de Carvalho e Carlos Maúl tiveram entre os pares portugueses, e o lu-

gar mais ou menos residual nos arquivos da intelectualidade portuguesa. Contudo, no caso de Ronald de Carvalho, esta sensação de incongruência fica atenuada por já estarem publicadas uma dezena de cartas que ele trocou com escritores portugueses, incluindo uma que o próprio Fernando Pessoa lhe enviou.

A sexta anotação remete para a compatibilidade entre a irrelevância pública que muitas dezenas de escritores do pré-modernismo brasileiro tiveram em Portugal, embora possam ter aqui publicado algum livro, colaborado nalguma revista ou sido alvo de resenhas, notícias e artigos ocasionais, e o seu lugar igualmente apagado nos espaços privados da intelectualidade lusitana.

A sétima anotação tem a ver com o lugar ocupado por Lima Barreto nestas esferas domésticas. Todavia, carece de uma advertência no sentido em que a exploração mais sistemática que levámos a efeito sobre a sua recepção em Portugal poderá ter distorcido um pouco o valor comparativo dos dados obtidos, pois uma busca também sistematizada por outros autores do pré-modernismo brasileiro talvez revelasse mais dados a obter noutros lugares que não apenas o ACPC-BNP e a FBN. Dito isto, talvez possamos sustentar que os quatro materiais enviados por Costa Macedo, os três materiais trocados com Fidelino Figueiredo (a que acrescem os livros com dedicatórias autógrafas a ele ofertados por Lima Barreto) e os dois com Carlos Malheiro Dias, mais a carta enviada em nome da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo*, revelam um intercâmbio relativamente significante dentro de um universo em que a esmagadora maioria dos pares brasileiros do período está ausente ou tem apenas um, dois ou três materiais.

Última nota: se bem que os acasos das relações pessoais e das transmissões dos legados dos intelectuais tenham um certo papel nos universos privados, o apuramento da imagem que construímos sobretudo a partir dos espólios das duas instituições reiteradamente mencionadas ao longo da presente monografia não deixa de ser relevante, ou não fossem a FBN e o ACPC-BNP dois dos mais importantes lugares que existem quando se trata de espólios de escritores e intelectuais de ambos os lados do Atlântico.

Conclusão

A nosso ver, a presente monografia foi norteada por algumas questões a que podemos agora dar algumas respostas que contribuem não só para o estudo da recepção de Lima Barreto em Portugal durante as três primeiras décadas do século xx, mas também para o entendimento da acolhida do pré-modernismo brasileiro de conjunto. As questões prendiam-se basicamente com o *corpus* documental encontrado sobretudo no espólio do escritor carioca à guarda da FBN e com a operacionalidade dos conceitos de «sistema», «campo» e «estratégia literária».

Uma primeira resposta consiste em reconhecer que Lima Barreto guardou uma série de materiais atinente ao seu acolhimento do outro lado do Atlântico. Deixando de lado o que já era publicamente conhecido e bem referenciado, como, por exemplo, as cartas trocadas com o editor lisboeta de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* ou com os amigos brasileiros que estiveram na capital portuguesa em 1909-1910 e abordaram o assunto (casos de Antônio Noronha Santos e Mário Galvão), vejamos o que foi possível descobrir de inédito ou menos conhecido.

Desde logo, convém mencionar que Lima Barreto guardou onze missivas que recebeu de intelectuais portugueses e brasileiros interessantes para o estudo da mediação da sua acolhida em Portugal. A maior parte destas missivas é inédita, correspondendo quatro a materiais enviados por Costa Macedo, dois por Fidelino de Figueiredo, dois por Francisco Schettino (éditos), um por Carlos Malheiro Dias, um por Astrojildo Pereira e um pelos editores da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo*. Além disso, refiramos que o «solitário» de Todos-os-Santos também conservou os manuscritos dos três únicos textos que publicou em revistas editadas em Portugal e anotou em cada um deles o nome, local ou número da publicação a que se destinaram, a saber: os contos «Dr. Fonseca», no número único da *Lisboa-Douro-Ribatejo* (1910), «Um e outro», no número da revista portuense *A Águia* de outubro de 1913, e «Como o 'homem' chegou»,

publicado em duas partes repartidas por dois números da mesma *A Águia*, em março e abril de 1915. Por fim, diga-se que Lima Barreto conservou o retalho da resenha quase desconhecida que Albino Forjaz Sampaio fez de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* para o jornal lisboeta *A Luta*, bem como alguns materiais em que há pistas microscópicas para pensar a atenção que o autor carioca dispensava à sua projeção no outro lado do Atlântico (por exemplo, a lista de ofertas e saídas do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*).

Uma segunda resposta respeita à complementaridade de arquivos e materiais quando se trata de esclarecer o que encontramos de pertinente no Fundo Lima Barreto da FBN. Assim foi que pudemos acrescentar documentação praticamente inédita ou desconhecida a várias peças aí encontradas: através da carta-convite endereçada pelos diretores da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo* foi possível encontrar o texto desconhecido que Lima Barreto publicara nesta publicação de difícil acesso, que localizamos na Biblioteca do Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais (Portugal); graças aos dois materiais que Fidelino de Figueiredo enviou para o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, abriu-se um caminho que conduziu à reconstrução plausível das relações entre ambos os escritores com documentação encontrada quer na biblioteca pessoal do escritor português em depósito na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (quatro livros de Lima Barreto com dedicatórias autógrafas a Fidelino), quer no Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (uma carta manuscrita e autógrafa de Lima Barreto para Fidelino); por meio da missiva que Carlos Malheiro Dias enviou a Lima Barreto, chegámos ao material que a originou e que se encontra no espólio do autor de *A mulata* no lisboeta ACPC-BNP.

Uma terceira resposta relaciona-se com a dimensão quantitativa e qualitativa do que encontramos no concernente à recepção de Lima Barreto em Portugal ou por parte de portugueses durante o seu tempo de vida. Desde o primeiro indicador (uma carta enviada de Lisboa a 13 de março de 1909 pelo seu amigo António Noronha dos Santos a dar conta do contato com o editor lisboeta

A. M. Teixeira para publicar *Recordações do escrivão Isaías Caminha*) até ao último material (uma carta de Malheiro Dias datada de 11 de julho de 1922 a procurar explicar o problema com o recebimento dos fascículos da assinatura da *História da colonização portuguesa do Brasil*), contabilizamos o seguinte: seis cartas e quatro livros com dedicatórias autógrafas de Lima Barreto para correspondentes portugueses (em parte, inéditas e praticamente desconhecidas dos estudos sobre o autor carioca); nove missivas praticamente todas inéditas de autores ou agentes portugueses para Lima Barreto, a que acrescem mais seis cartas ou bilhetes de brasileiros com referências concretas a diferentes aspetos da sua recepção em Portugal; três textos (contos) publicados por Lima Barreto em revistas portuguesas; uma resenha minimamente desenvolvida a *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e uma mini-resenha a *Triste fim de Policarpo Quaresma* saídas em publicações portuguesas, a que se podem adicionar referências pontuais em três outros materiais igualmente publicados em Portugal; meia dúzia de anotações microscopicamente pertinentes do próprio Lima Barreto em materiais seus. Ao todo, são mais de quarenta materiais para o período de 1909-1922.

Se a qualidade destes materiais é muito desigual para os estudos sobre o autor carioca, variando desde a descoberta de um conto que se desconhecia ter sido publicado em vida do escritor (caso do «Dr. Fonseca») a referências microscópicas reduzidas ao nome e título de obra, de cartas inéditas (correspondência com Fidelino de Figueiredo e com Carlos Malheiro Dias) e intermediários lusitanos desconhecidos (caso de Costa Macedo) a materiais há muito conhecidos (cartas trocadas com o editor lisboeta A. M. Teixeira), não deixa de ser relevante (por vezes, até surpreendente) constatar certas teias relacionais mais ou menos laxas e certamente descuradas na bibliografia primária e secundária de Lima Barreto. Teias portuguesas essas que passaram por elementos do *statu quo* (os meios oficiais das constelações da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo* e os da oposição republicana associados ao jornal *A Luta*), pela ala filo-nacionalista da portuense *A Águia*, pelo anarquismo ou por figuras conservadoras como Fidelino de Figueiredo.

Uma quarta resposta desprende-se deste *corpus* de materiais para confirmar ou infirmar a existência de um «sistema», no sentido de Antonio Candido (1964), que reunisse textos de Lima Barreto, críticos literários e público portugueses durante as três primeiras décadas do século XX. Em rigor, não se pode afirmar que tivesse existido tal osmose. Embora, o autor carioca tivesse publicado o seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, originariamente em Portugal, parece fora de dúvida de maior que o livro circulou essencialmente em terras brasileiras e que praticamente não suscitou reações na crítica literária lusitana (excetuando as de Albino Forjaz Sampaio). E os três contos que Lima Barreto publicou em duas revistas portuguesas, os escassos materiais especificamente sobre ele (além de uma resenha crítica a *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, há apenas uma resenha microscópica a *Triste fim de Policarpo Quaresma*, um artigo de Rui Gomes saído numa revista em 1923 e um outro de Coelho Neto incluído num dos livros editados em Portugal pelo autor maranhense, em 1926), as poucas referências encomiásticas que lhe são feitas (inclusive pelos «brasilianistas» lusitanos José Osório de Oliveira e Manuel de Sousa Pinto, ambos em materiais da segunda metade dos anos 1920) ou a dezena e meia de peças de correspondência para/de portugueses não alteram substancialmente a rejeição da possibilidade de ter havido um «sistema» consistente.

Que nos casos de Coelho Neto (sobretudo), Olavo Bilac e João do Rio, tenha havido tal «sistema» no primeiro terço de Novecentos, está correto. Basta pensar nos seguintes dados: o autor maranhense teve toda a sua obra (re)editada pela editora portuense Lello & Irmão e há, pelo menos e numa aproximação que talvez peque por estar longe de concluída, cinco dezenas de cartas, bilhetes ou telegramas atestando as suas relações com mais de uma dúzia de intelectuais portugueses; o poeta Olavo Bilac colaborou (ou foi aproveitado como colaborador) em mais de vinte revistas portuguesas do período pertinente e teve quase que um «número especial» na revista *Atlântida* por ocasião de uma sua visita a Portugal em 1916, além de que foi feito sócio da prestigiada Academia de Ciências de Lisboa

em sinal do reconhecimento público que tinha entre os pares do outro lado do oceano; João do Rio co-dirigiu a revista luso-brasileira *Atlântida*, publicou vários livros em Portugal e foi igualmente admitido como sócio da Academia de Ciências de Lisboa.

Estas considerações em torno do «sistema» levam-nos a uma quinta resposta. É a resposta à questão: Será que houve um «campo», no sentido de Pierre Bourdieu (1992), onde o nome e os textos de Lima Barreto tivessem circulado e sido hierarquizados no âmbito da recepção da literatura brasileira do pré-modernismo ou *Belle Époque* em Portugal durante o período pertinente? Em nossa opinião, é inquestionável que houve um «campo» com posições dominantes e dominadas, com um polo puro e um polo comercial e com traços dos desdobramentos «bordieusianos» de vanguarda pura / vanguarda consagrada ou «comércio com preocupações intelectuais» / «comércio» *tout-court*. E Lima Barreto encontra-se obviamente dentro deste «campo».

Não sendo aqui o lugar apropriado para escalpelizar a publicação e circulação de livros de autores brasileiros pré-modernistas em Portugal, cremos que terá havido uma edição relativamente regular em casas como, por exemplo, a Lello & Irmão, a A. M. Teixeira, a Bertrand ou A Renascença Portuguesa. O caso paradigmático é o da edição das obras completas de Coelho Neto pela portuense Lello & Irmão. A par disto, houve não só a presença pública mais ou menos constante de textos de autores brasileiros ou de materiais acerca dos mesmos numa série de revistas, de que, como vimos, *A Águia* e *Atlântida* foram as mais importantes por concentraram mais de cento e vinte matérias de/sobre dezenas de escritores brasileiros, mas também uma razoável troca de correspondência no espaço privado (numa contabilidade bastante parcelar, e apenas na carioca FBN e no lisboeta ACPC-BNP, há mais de duzentas e cinquenta cartas, bilhetes-postais, bilhetes e telegramas envolvendo dezenas de intelectuais de ambas as margens do Atlântico durante os primeiro quartel do século xx).

Conforme vimos, a posição dominante é ocupada pela tríade Coelho Neto-Olavo Bilac-João do Rio. Não sendo inteiramente

líquida a classificação do seu lugar em termos de vanguarda consagrada, abraçamo-la porque Coelho Neto esteve algures no polo puro do naturalismo/parnasianismo e Bilac proveio inegavelmente da vanguarda parnasiana antes de estarem consagrados (por exemplo, com a sua entrada para a Academia Brasileira de Letras ou para a Academia de Ciências de Lisboa).

Por sua vez, a categoria de «vanguarda pura» talvez possa ser um pouco usada para classificar Lima Barreto, pelo que ele antecipa do modernismo e pelo lugar que ele ocupou numa recepção portuguesa situada sobretudo entre os pares do mesmo ofício. Tal como os antecessores e fautores da revolução modernista de 1922, como, por exemplo, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida ou Ronald de Carvalho, ele também passou relativamente desapercebido fora do círculo restrito dos pares. Aliás, quer Lima Barreto, quer os modernistas (excetuando Ronald de Carvalho), foram menos (re)conhecidos em Portugal do que autores como Afrânio Peixoto, Graça Aranha ou Júlia Lopes de Almeida durante o primeiro quartel de Novecentos.

Embora não haja uma simetria perfeita com as várias categorias do «campo» bourdieusiano, e dando como adquirido que não havia propriamente um polo comercial dotado de vários escritores «impuros» que vendessem muitos milhares de exemplares na sua recepção junto do público português, talvez se possa sustentar que os autores brasileros que dominavam este segmento do comércio livreiro quase se resumiam a Coelho Neto (que extravasou do polo simbólico para o «comercial») e que os autores duplamente dominados (por não terem capital simbólico razoável entre os pares e qualquer ressonância entre o público) correspondiam a uma plêiade de nomes mais ou menos desconhecidos em Portugal, como sejam os literalmente esquecidos Elias Garvinho ou Adalberto Marroquim, os anarquistas Fábio Luz e Domingos Ribeiro Filho, ou a própria Albertina Bertha (a despeito dos elogios hiperbólicos que esta última teve na revista *Atlântida*).

Por último, formulemos uma sexta resposta, que se prende com a questão: Terá Lima Barreto desenvolvido uma estratégia

literária, no sentido de Fernand Divoire (1912), para ser conhecido e reconhecido em Portugal? Não obstante haver alguns elementos que parecem ir neste sentido (colaboração consciente e voluntária nas revistas *A Águia* e *Lisboa-Douro-Ribatejo*; recolha de recorte de resenha crítica de Albino Forjaz Sampaio; envio de livros para Costa Macedo, *A Águia* e o editor A. M. Teixeira; envio de livros com dedicatórias autógrafas e correspondência para Fidelino de Figueiredo; cartas de amigos brasileiros a procurar divulgá-lo em Lisboa ou possivel relação com anarquistas portugueses, nomeadamente com Pinto Quartin) e o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* ter sido originalmente publicado em Portugal, julgamos que a resposta deve ser muito dubitativa.

Se é verdade que Lima Barreto cuidou conscienciosamente da sua entrada no campo literário brasileiro (ver a revista *Floreal* e o extremo cuidado em recolher/responder a materiais críticos saídos na imprensa brasileira a seu propósito, como o atestam, por exemplo, as cartas ao consagrado José Veríssimo ou ao desconhecido Esmaragdo de Freitas) e elaborou listas de nomes e moradas para ir divulgando os seus livros entre os seus compatriotas pares, também é certo que a quantidade de colaborações na imprensa literária ou de cartas/materiais trocadas diretamente com autores portugueses foi ínfima. E também é certo que não há registo de Lima Barreto tenha elaborado qualquer lista de ofertas ou contatos minimamente sistematizada no sentido de penetrar no campo literário português.

Em conclusão, reafirmamos a nossa convicção de que o escrutínio microscópico do espólio de Lima Barreto na Fundação Biblioteca Nacional é decisivo para compreender como Lima Barreto foi recebido em Portugal durante o primeiro quartel do século xx. Os mais de quarenta materiais diretamente pertinentes que recolhemos entre esta instituição e outras complementares permitiu-nos fazer um diagnóstico aprofundado desta recepção até agora pouco estudada.

O diagnóstico traçado leva-nos a afirmar que esta recepção foi desenvolvida numa dinâmica que oscilou entre a resistência ou indiferença da maior parte dos pares portugueses mais importantes (o caso de João de Barros talvez seja bem ilustrativo),

o desconhecimento do grande público dos leitores comuns, o acolhimento consciente e razoável na influente revista portuense *A Águia*, a relação privada com o eminente Fidelino de Figueiredo e algumas referências hiperbólicas ocasionalmente feitas em revistas ainda no tempo de vida do autor carioca (por exemplo, a de Tristão de Ataíde na própria *Atlântida*) entremeadas com um ou outro artigo especificamente acerca dele (casos de Albino Forjaz Sampaio sobre *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1910, ou de Rui Gomes sobre a obra de conjunto, um ano depois da morte do malogrado escritor) ou com o reconhecimento tardiamente explícito do seu valor indeclinável no campo do romance por parte dos principais «brasilianistas» portugueses do primeiro terço do século xx (José Osório de Oliveira e Manuel de Sousa Pinto, respetivamente em 1926 e em 1929).

Independentemente do estudo da recepção do autor carioca em solo lusitano, mas em estreita ligação com a temática «Portugal» nos seus escritos e com o seu espólio à guarda da FBN, a pesquisa levada a cabo sob os auspícios do programa PNAP-R permitiu ainda a grata surpresa da descoberta de duas crônicas do próprio Lima Barreto inteiramente inéditas e desconhecidas. Conforme desenvolvemos no quinto capítulo da presente monografia: uma está truncada e versa a reação excessiva da imprensa carioca ao assassinato do rei D. Carlos, em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1908; a outra («Os portugueses em África») está completa e é uma denúncia do poder do colonialismo lusitano perpretando massacres contra as populações africanas em guerras desiguais; ambas ficaram aqui transcritas após jazerem esquecidas durante mais de cem anos nos «guardados» de Lima Barreto[86].

86 Como resultado da pesquisa que originou a presente monografia, a crônica «Os portugueses em África» já se encontra transcrita em Lopes 2015 e em *O Globo* 2015, mas o mesmo não se aplica à totalidade da reprodução digital do respectivo manuscrito.

Bibliografia[87]

AA.VV. 1988. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

Águia (*A*). 1919. «Bibliografia. *O enforcado*, por Costa Macedo». Porto (jul.) 89.
______. 1918a. «Bibliografia. *O enforcado*, por Costa Macedo». Porto (mai.-jun.) 186.
______. 1918b. «Notas & Comentários. Olavo Bilac». Porto (out.-dez.) 151.
______. 1918c. «Bibliografia. *Há uma gota de sangue em cada poema*, versos de Mário Sobral». Porto, 73-74 (jan.-fev.) 70.
______. 1916. «Bibliografia. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, por Lima Barreto». Porto, 58-60 (out.-dez.) 194.
______. 1914. «Bibliografia. *Ankises*, versos de Carlos Maul». Porto, 36 (dez.) 190.
______. 1913. «Bibliografia. *Canto primaveril*, poemas de Carlos Maul». Porto (out.) 126.
______. 1912. «Bibliografia. *Inverno em flor*, por Coelho Neto». Porto (4 abr.) 132.

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org.) 2003. Incertas relações. Brasil-Portugal no século XX. São Paulo: Senac.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. 2009. Malheiro *Dias e o luso-brasileirismo. Um estudo de caso das relações culturais Brasil e Portugal.*

87 Incluímos unicamente as referências bibliográficas padronizadas feitas na presente monografia. De fora, ficam as fontes documentais (in)éditas, cujas referência bibliográficas não padronizadas foram mencionadas nas respetivas notas ao longo da monografia, bem como obras que foram consultadas, mas não aparecem referenciadas. É dado líquido que lemos todos os dezassete volumes da edição de referência de Lima Barreto (a da editora Brasiliense, de São Paulo, no ano de 1956), embora só refiramos aqui alguns desses volumes.

Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

AMORA, Antônio Soares. 1989a. Fidelino de Figueiredo. Lisboa: INCM.
______. 1989b. «Fidelino de Figueiredo e o colóquio luso-brasileiro». *Colóquio-Letras*. Lisboa, 112 (nov.) 11-17.

ATAÍDE, Tristão de. 1922. «Vida literária». *O Jornal*. Rio de Janeiro (26 nov.).
______. 1920. «Fidelino de Figueiredo». *O Jornal*. Rio de Janeiro (11 out.) 2.
______. 1919. «Crónica literária do Brasil». *Atlântida*. Lisboa, 41: 566-573.

Atlântida. 1920. «Notícias & Comentários». 48.
______. 1919a. «Olavo Bilac». Lisboa, 33-34: 946-951.
______. 1919b. «Dr. Miguel Calmon». Lisboa, 38: 239-241.
______. 1916. «Revista do mês». Lisboa, 6 (15 abr.) 569-603

AVILA, Cristiane d' (org.) 2013. *Cartas de João do Rio a João de Barros e a Carlos Malheiro Dias*. Rio de Janeiro: FUNARTE.

BANDIER, Norbert. 1999. *Sociologie du surréalisme 1924-1929*. Paris: La Dispute.

BARBOSA, Francisco de Assis. 1981. *A vida de Lima Barreto.* 6.ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio/INL.

BARRETO, Lima. 2011. *Contos completos* (org. Lilia Moritz Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras.
_____. 2004. *Toda a crônica* (org. Beatriz. Resende e Rachel Valença), 2 vols.. Rio de Janeiro: Agir.
_____. 1997a. *Triste fim de Policarpo Quaresma* (ed. critica António

Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros). Nanterre: ALLCA/Ministerio de Cultura y Deportes de Guatemala.
_____. 1997b. *O subterrâneo do Morro do Castelo: um folhetim de Lima Barreto* (ed. Beatriz Resende). Rio de Janeiro: Dantes.
_____. 1956a. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense.
_____. 1956b. *Cemitério dos vivos*. São Paulo: Brasiliense.
_____. 1956c-d. *Correspondência.* 2 vols. São Paulo: Brasiliense.
_____. 1920. «Estudos». *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro (28 out.) 2.
_____. 1919. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Edição da «Revista do Brasil». [Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00123200]
_____. 1918a. «Estudos brasileiros». *Lanterna*. Rio de Janeiro (26 jan.).
_____. 1918b. «No ajuste de contas». *A.B.C.*. Rio de Janeiro (11 mai.) 11-13.
[Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&PagFis=2512].
_____. 1918c. «Literatura militante». *A.B.C.*. Rio de Janeiro (7 mai.).
_____. 1918d. «Volto ao Camões!». *A.B.C.*. Rio de Janeiro (27 abr.).
______. 1917. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 2.ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: A. de Azevedo & Costa.
[Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00122800].
______. 1915. «Como o 'homem' chegou II». *A Águia*. Porto, 41 (abr.) 191-198.
______. 1913. «Um e outro». *A Águia*. Porto (22 out.)111-118.
______. 1911. «O Garnier morreu». *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro (7 ago.).
______. 1910. «Dr. Fonseca». *Lisboa-Douro-Ribatejo*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 23-24.
______. 1909. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Lisboa: Editora de A. M. Teixeira. [Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00117900].

______. 1907. [Editorial de apresentação]. *Floreal*. Rio de Janeiro, I, 1 (25 out.) 3-7. [Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/164623/per164623_1907_00001.pdf].
______. «Nacionalismo». 1920. *A voz do Povo* (8 mar.).[Fonte: http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?bib=720003&PagFis=113]

BARROS, João de. 1923. *Euclides da Cunha e Olavo Bilac*. Lisboa: s.n.
______. 1918. *Caminho da Atlântida. Uma campanha luso-brasileira*. Lisboa: Atlântida.
______. 1915. «Atlântida». *Atlântida*. Lisboa, 1 (15 nov.) 5-9.

BOSI, Alfredo. 1979. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.

BOURDIEU, Pierre. 1992. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil.

BRAGA, Luís de Almeida. 1923. «Das belas letras brasileiras». *Nação Portuguesa*. Lisboa, 11: 526-533.

BROCA, Brito. 1988. *Vida literária no Brasil-1900*. Rio de Janeiro: José Olympio.

CANDIDO, Antonio. 1964. «Literatura como sistema». In: *Formação da literatura brasileira*. v. I. 2.ª ed. rev. São Paulo: Martins, 25-31.

CARVALHO, Ronald de. 1919. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet.

CAVALHEIRO, Edgard. 1956. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educacão e Cultura.

CALHEIROS, Pedro. 1993. «A recepção de Machado de Assis em Portugal». *Travessia*. Florianopolis, 27: 52-95.

CHAVES, Vania Pinheiro. 2009. «A homenagem do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* a Machado de Assis por ocasião do seu falecimento». *Navegações*. Porto Alegre, 2 (1) (jan-jun.) 57-67.

COELHO Neto. 1926. *Feira livre*. Porto: Lello & Irmãos.
______. 1922. «A sereia». *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro (5 nov.).

Correio da Noite. 1915. Rio de Janeiro (16 jan.).

«Correspondência passiva de Coelho Neto». 1963. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 78.

COUTINHO, Afrânio et al. 2001. *Enciclopédia da literatura brasileira*. 2 vols. São Paulo: Global Editora.

DAMASCENO, Darcy. «Arquivo Lima Barreto» 1989. *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 105 (1985), Rio de Janeiro: 3-87.

DIMAS, Antonio. 2006. *Bilac: o jornalista*. vol. III. São Paulo: EDUSP.

DANTAS, Júlio. 1915. «Crónica. *Atlântida*». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 508 (15 nov.) 609.
______. 1914. «Crónica. Literatura brasileira». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 425 (13 abr.) 446.

Diário de Notícias. 1909. Rio de Janeiro (10 mai.).

DINIZ, Almaquio. 1912. *A perpétua metrópole.* Lisboa: Portugal-Brasil.

DIVOIRE, Fernand. 1912. *Introduction à l'étude de la stratégie littéraire*. Paris: E. Sansot.

Federação (A). 1910. Porto Alegre (30 mar.).

FIGUEIREDO, Cândido de. 1916. «Letras brasileiras». *Atlântida*. Lisboa, 9 (15 jul.) 803-808.

FIGUEIREDO, Fidelino de. 1925. *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)*. Lisboa: «Separata» da *Revista de História*.
______. 1922. «Literatura brasileira contemporânea [com uma carta de Andrade Muricy para Fidelino]. *Revista de História*. Lisboa, 41-44: 281-282.

Fidelino de Figueiredo 1888-1969. 1989. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

FIGUEIREDO, Jackson de. 1916. «Impressões literárias». *Lusitana*. Rio de Janeiro. 1(2), (10 jun.) 48-50.

FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna. 1995. *O romance de Lima Barreto e sua recepção*. Belo Horizonte: Lê.

FONSECA, Martinho da. 1927. *Aditamentos ao Dicionário bibliográfico português*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FRANÇA, Eduardo Melo. 2014. «A recepção de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Junqueira Freire em Portugal no século XIX». *Todas as letras*. São Paulo, vol. 16, n.º 2, (nov.) 110-121.

FREITAS, Esmaragdo de. 1911. «O Sr. Lima Barreto». *Jornal do Recife* (17 jul.) 1.[Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=55887].

FREITAS, Leopoldo. 1901. «Romance e poesia no Brasil». *Brasil-Portugal*. 70 (16 dez.) 343.
______. 1902a. «Romance e poesia no Brasil (II)». *Brasil-Portugal*. 71 (1 jan.) 362-363.

______. 1902b. «Romance e poesia no Brasil (III)». *Brasil-Portugal*. 72 (16 jan.) 374-378.

Globo (*O*). 2015. «Portugueses na África. Crônica inédita de Lima Barreto escrita em 1907». Rio de Janeiro (19 set.).

GOMES, Anatólio. 1909. «Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*». *A Imprensa*. Rio de Janeiro (18 dez.) 1. [Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=245038&PagFis=8032].

GOMES, Eugênio. 1958. *Aspectos do romance brasileiro*. Salvador: Progresso Editora.

GOMES, Rui. 1923a. «Os grandes desconhecidos em Portugal». *Revista Portuguesa*. Lisboa (14 abr.) 21-28.
______. 1923b. «Os grandes desconhecidos em Portugal». *Mundo Literário*. Rio de Janeiro, 6 (5 out.) 264-271.

HALLEWEL, Laurence. 2005. *O livro no Brasil*. 2.ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUSP.

Joe. 1916. «O romance no Brasil: *Exaltação,* por Albertina Bertha». *Atlântida*. Lisboa, 7: 683-688.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira. 1942. *Gonçalves Dias em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.
______. 1939. *Casimiro de Abreu em Portugal*. São Paulo: Departamento de Cultura.

Lima Barreto: 1881-1922: *catálogo da exposição comemorativa do centenário de nascimento*. *Biblioteca Nacional do Brasil.* 1981. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

LINHARES, Temistocles. 1987. *História crítica do romance brasileiro*. vol. I. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia.

LOPES, João Marques. 2015. «Lima Barreto inédito». *Ciência Hoje.* Suplemento Sobre Cultura, n.º 332 (dez.) 5.
______. 2012a. «Mãos que se tocam, testemunham e escrevem: os escritores brasileiros do pré-modernismo nos espólios literários em Portugal (1900-1922)». Comunicação apresentada na Escola São Paulo de Estudos Avançados sobre a Globalização da Cultura no Século xix (Disponível em: http://www.espea.iel.unicamp.br/index.php?lang=pt-br].
______. 2012b. «Romances e romancistas brasileiros em Portugal: o caso da revista *Atlântida* (1915-1920)» *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889-5 de outubro de 1910* (org. Luís da Cunha Pinheiro e Maria Manuel Marques Rodrigues), Coleção Ensaios LusoFonias. Lisboa: CLEPUL, 197-208 [Disponível em: http://pt.calameo.com/read/001827977ca7588997533].

MAIA, Alcides.1909. «Crônica literária». *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro (16 dez.).

MARÇAL, Orlando. 1915. «Um poeta brasileiro». *Ilustração brasileira*. Lisboa, 503 (11 out.) 478.

MASSA, Jean-Michel. 1974. «Un ami portugais de Machado de Assis: António Moutinho de Souza». *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.* Lisboa, 13: 241- 254.

MAUL, Carlos. 1914. «Pena, pincéis e lápis». *O Paiz.* Rio de Janeiro (11 set.) 2.

MINÉ, Elza. 1997. «Batalha Reis e Graça Aranha: captações de um diálogo amigo». *Via Atlântica*. São Paulo: USP, vol. 1, n.º 1: 78-86.
______. 1988. «Prefácio». In: Reis, Jaime Batalha. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 11-41.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. 1973. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: José Olympio.

MIRANDA, Luciana Lilian. 2014. *Brasil: visão do que fomos, do que somos e do devemos ser. A causa luso-brasileira em João de Barros, 1912-1922*. Tese de Doutorado em História Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. [Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/13092]

«Monumento a José de Alencar». 1909. *O Ocidente*. Lisboa, 1115 (20 dez.) 277-278

MONTALVOR, Luís de. 1916. «Ronald de Carvalho». *Atlântida*. Lisboa, 14: 119-121.

MONTEIRO, Mário. 1936. *Bilac e Portugal*. Lisboa: Agência Editorial Brasileira.

MONTEIRO, Sousa. 1909. «Machado de Assis. Sócio da Real Academia de Ciências, de Lisboa». *Brasil-Portugal*. Lisboa, 254 (16 ago.) 214-216.

MOREIRA, Maria Eunice. 2013. «Três românticos portugueses brasileiros e a crítica portuguesa no século xix». *Miscelânea*. Assis, vol. 14 (jul-dez.) 69-79.
______ 2012. (org.). *Narrativas de Casimiro de Abreu*. Lisboa: CLEPUL
______. 2010. *Gonçalves Dias e a crítica portuguesa no século XIX*. Lisboa: CLEPUL/PUCRS.

MÜLLER, Fernanda Suely. 2011a. *(Re)vendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando nós: as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899- 1922)*, 2 vols. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa São Paulo: Universidade de São Paulo. [Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-10082011-132047/en.php].
______. 2011b. «Para português ver (e ler): Lima Barreto e a presença brasileira na revista *A Águia* (1910-1932)». *Estudos Linguísticos.* São Paulo, 40 (3) (set-dez.) 1852-1861.

MÚRIAS, Manuel. 1923. «A língua portuguesa no Brasil». *Nação Portuguesa*. Lisboa, 11: 502-506.

Muito d'alma: cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros: 1909-1921 (org. Claudia Poncioni e Virgínia Camilotti). 2016. Rio de Janeiro: Garamond.

NEVES, João Alves das. 1992. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: ICALP.

Noite (*A*). 1920. Rio de Janeiro (12 set.) 1.

«O jornalista brasileiro Pinto Quartin chegou ontem a bordo do Darro». 1913. *A Época.* Rio de Janeiro (5 set.) 1.

Ocidente (O). 1904. Lisboa, 917 (20 jun.), 129.

OLIVEIRA, José Osório de. 1926. *Literatura brasileira*. Lisboa: Lumen.
______. 1923. «Literatura brasileira». *Nação Portuguesa*. Lisboa, 11: 598-600.

PAIVA, Acácio de. 1921 «Crónica da semana». *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 802 (2 jul.) 2.
_____. 1918. «Crónica. Livros». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 661 (18 out.) 321.

«*A pastoral*, de Coelho Neto». 1904. *Brasil-Portugal*. Lisboa, 124 (16 mar.) 443-446.

PAXECO, Fran. 1914. «Os paroxistas». *Pacotilha*. Maranhão (8 jan.).

PEREIRA, Astrojildo. 1917. «A Revolução Russa». *O Debate*. Rio de Janeiro, 1 (12 jul.). [acessível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica5parte5.pdf]

PINTO, Manuel de Sousa. 1929. *Romancistas brasileiros*. Coimbra: Coimbra Editora.

______. 1910. *Terra moça. Impressões brasileiras*. Porto: Chardron.

PIRES, Daniel. 1996. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa no século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo.

PONCIONI, Cláudia. 2006. «La revue *Atlântida*, une utopie littéraire et culturelle luso-brésilenne dans la correspondance de João do Rio à João de Barros». In: *Au carrefour des littératures brésilienne et portugaise* (org. Cláudia Poncioni e José Manuel Esteves). Paris: Éditions Lusophone, 375-394.

«Portugal na Africa. Triumpho completo». 1907. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro (8 out.).

RESENDE, Beatriz. 1993. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

REIS, Jaime Batalha. 1988. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX* (org. Elza Miné). Lisboa: Dom Quixote.

RIO, João do. 1911. *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor.

RODRIGUES, Ernesto. 2009. «O poeta Machado de Assis lido em Portugal». *Lembrar Machado de Assis (1908/2008)* (og. Vania Pinheiro Chaves e outros). Lisboa: CLEPUL/Missão do Brasil junto à CPLP, 102-111.

SAMPAIO, Albino Forjaz de. 1910a. «O ano literário». *Almanaque de «A Luta» para 1910*. Lisboa: 295-301.
______. 1910b. «Vida literária». *A Luta*. Lisboa (2 fev.).

SANTOS, J. dos. 1909. «Crônica literária». *A Notícia.* Rio de Janeiro (15 dez.).

SARAIVA, Arnaldo. 2009. «Machado de Assis em Portugal». In: *Lembrar Machado de Assis (1908/2008)* (org. Vania Pinheiro Chaves e outros). Lisboa: CLEPUL/Missão do Brasil junto à CPLP, 62-71

______. 2004. *Modernismo português e Modernismo brasileiro. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora da UNICAMP.

SCHMIDT, Afonso. 1919. «Miséria». *A Sementeira*. Lisboa (jun.) 237. [Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10112.039#!13].

SEVCENKO, Nicolau. 1997. «Lima Barreto a consciência sob assédio» In: Barreto, Lima, *Triste fim de Policarpo Quaresma* (ed. critica Antônio Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros). Nanterre: ALLCA/Ministerio de Cultura y Deportes de Guatemala, 318-350.

SILVEIRA, Pedro da. 1981. *Os últimos luso-brasileiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

«Uma grande escritora brasileira. D. Júlia Lopes d'Almeida». 1912. *Ilustração Portuguesa.* Lisboa, 307 (8 jan.) 38.

VERÍSSIMO, José. 1907. «Revista literária». *Jornal do Comércio.* Rio de Janeiro (9 dez.).

Vida Portuguesa. 1913. Porto (16 mar.).

VIEIRA, Nelson. 1991. *Brasil e Portugal: a imagem recíproca*. Lisboa: ICALP.

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. 2009. São Paulo: Global.

Anexos

1. Crónica "Nacionalismo", de Lima Barreto, em *A voz do Povo* (8/3/1920)
Fonte: http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?bib=720003&PagFis=113

ANNO I N. 32 — RIO DE JANEIRO, Terça-feira, 9 de Março de 1920 — Numero avulso, 100 reis

DIRECTOR AFFONSO SCHMIDT

VOZ DO POVO

Orgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral

Os motoristas marítimos

FINIS BRITANNIA

O Congresso Nacional Hindu empolgado pelo espirito revolucionario

Os moderados batidos pelos radicaes

PIRATARIAS OFFICIAES

O caso Farquhar e a venda parcial de Matto Grosso

AS MENTIRAS DO TEMPO DE GUERRA

A "alimentação do communicado" e os beneficiarios da gloria

O NACIONALISMO

Lima BARRETO

A burguezia chineza alarmada

O governo de Pekin pede soccorro ao Japão e aos alliados

Suffocando a Irlanda

Manifestações do "liberalismo" britannico

A intolerancia catholica

Um templo protestante invadido

Na Russia

O novo presidente do soviet de Moscou

Os nossos companheiros deportados

2. Reclame de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, no catálogo da editora lisboeta A. M. Teixeira
Fonte: http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00117900#page/329/mode/1up

TRABALHOS NOTAVEIS
PARA
PROXIMO APARECIMENTO

DR. FIALHO D'ALMEIDA

BARBEAR E PENTEAR
(Jornal d'um vagabundo)

COSME VELHO

MISS KATE
NOVELLA
Com um prefacio do DR. AFRANIO PEIXOTO

SILVA BARRETO

RECORDAÇÕES
DO
ESCRIVÃO ISAIAS CAMINHA
(Livro de intriga jornalista fluminense)

D. VIRGINIA DE CASTRO E ALMEIDA

CAPITAL BEMDITO
NOVELLA PATRIOTICA

3. Bilhete de Costa Macedo a Lima Barreto referindo a ilegibilidade do manuscrito do conto "Um e outro", que se destinava à revista portuense *A Águia*.
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I-6, 30, 471

Muito illustre Lima Barreto:

Os rapazes da 'Aguia' não entenderam legitimamente a sua letra e por isso houveram por bem mandar as provas do seu magnifico 'Um e outro', afim de V. as rever.

Ahi lh'as envio, pedindo para que, se for possivel, m'as devolver pelo portador.

Gto. adm.

Costa Macedo

4. Carta-circular que os editores do número único da revista *Lisboa-Douro-Ribatejo* enviaram a 22 de março de 1909, convidando Lima Barreto a escrever na revista
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN)

Annuario Commercial de Portugal
PROPRIEDADE
DE
MANOEL JOSÉ DA SILVA

Praça dos Restauradores, 30
Palacio Foz LISBOA
Telephone 805

Lisboa, 22 de Março de 1909.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Lima Barreto
Rio de Janeiro

LISBOA-DOURO Numero unico

O soffrimento é um forte traço de união entre os homens; as grandes calamidades teem o condão de reunir no mesmo amplexo de caridade povos ainda hontem inimigos, nações secularmente adversas.

O estigma do infortunio marca de quando em quando com o seu cauterio indelevel e assolador paizes outr'ora risonhos e prosperos, regiões opulentas e ferazes, n'um [illegible] transformadas em acervo de ruinas, em ermos calcinados e estereis. Dir-se-hia que uma suprema força de justiça e de equidade derrama esses cataclismos sobre a humanidade para lhe provocar um sentimento de remorso pelas suas luctas constantes, uma pungente inquietação pelos odios que a retalham e a aniquilam.

A' penuria da India, á fome do Ceará, ás inundações de Murcia, aos terremotos de Messina e Reggio de Calabria, succede-se a miseria do Douro, a desolação de uma das mais productivas zonas do territorio portuguez.

Precisa-se acudir-lhe e depressa.

As povoações da linda e antigamente abastada provincia vinicola, extenuadas, famintas, supplicam que as soccorram.

A caridade não tem fronteiras, e aos esforços e aos meios de que possa dispôr Portugal, é justo que se lhe addicionem o das outras collectividades.

E' um appello á solidariedade humana para o allivio da desgraça alheia, uma evocação de reciprocidade.

Deseja o ANNUARIO COMMERCIAL DE PORTUGAL, organisar um numero unico intitulado "LISBOA-DOURO", e applicar o producto da sua venda a mitigar os revezes dos miseraveis habitantes das localidades apalpadas pela desgraça.

Pensa organisal-o com o concurso de litteratos e de artistas, — de pobres e ricos, — de nacionaes e estrangeiros, — dos grandes talentos e das individualidades mais em evidencia na politica, nas finanças, em todos os ramos da actividade

5. Primeira tira do manuscrito autógrafo da crónica inédita "Os portugueses em África", escrita por Lima Barreto em 1907
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I-6, 33, 18. Incluso em I-6, 36, 974

6. Tira única do manuscrito autógrafo da crónica inédita e incompleta "Os jornais", escrita por Lima Barreto em 1908
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I-6, 33, 18. Incluso em I-6, 36, 974

7. No verso da última página do manuscrito do conto "Um e outro", Lima Barreto anotou a lápis: "Publicado na 'A Aguia', do Porto, no 5, de 1913"
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I-6, 33, 983

Ministerio da Guerra

Rio de Janeiro, ... de .... de 191.....

Publicado na "A Aguia",
do Porto, n.º 5, de 1913

Doc. 983 (Coleção Lima Barreto)

8. Página de caderno onde Lima Barreto foi tecendo notas manuscritas sobre a distribuição do seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*; nesta página, anota o envio de um exemplar para a revista portuense *A Águia*
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I, 6, 33, 885

Domingos — 1 dei
A Águia — 1 (Porto)
Dei 25 exemplares dei
Osmo — 1 dei
Emilio — 1 dei 1500
Dei 28 exemplares.
Correio de Vassouras
Dr. Soares Filho — 1
Antonio Motta — S. Paulo
196
180.

9. Bilhete em que o então anarquista Astrojildo Pereira pede a Lima Barreto um retrato para enviar a Pinto Quartin (quadro acrata luso-brasileiro) em Lisboa
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I, 6, 30, 610

Meu caro Lima Barreto:

Lembra-te do que me prometeste, — o teu retrato, que o Quartin encomendou-me e que lhe devo enviar em breve para Lisboa.

Sempre teu:

Astrojildo Pereira

Rio, 13/3/915

10. Cartão de apresentação que Fidelino de Figueiredo enviou a Lima Barreto, em 23/9/1920
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I, 6, 29, 365-B

FIDELINO DE FIGUEIREDO

Avenida do Duque de Avila, A. C., 3.º

11. Primeira página de carta de Fidelino de Figueiredo a Lima Barreto (1/2/1921)
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I, 6, 29, 365-B

Lisboa, 1 de Fevereiro - 921.

Meu Ex.mo e illustre confrade:

Tive o gosto de receber o novo volume de "Contos" de V. Ex.a "Histórias e sonhos", q. muito me penhorou. Peço a V. Ex.a q. continue a distinguir-me com a sua benevolencia tão gentil, mas q. em sua bondade não exaggere os pobres meritos de quem é tão pouca coisa na republica das Letras.

Os trabalhos de V. Ex.a, signaes dum elevado temperamento

12. Recorte de jornal com texto de Júlio Dantas: inclui a notação irónica de Lima Barreto "Modelo das coisas do Júlio Dantas"
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN)

HUMOUR

Hontem, á noite, quando eu conversava, no grande salão do Avenida Palace, com o meu amigo Joe Seymours, a ondulação dum vestido branco passou ao fundo, junto das vidraças da sala de leitura, e eu confesso que, por um momento, a minha attenção desviou-se das considerações interessantes que, ácerca de pavões e do cambio sobre Londres, me estava fazendo esse inglez ruivo pendurado num grande cachimbo de barro, — para seguir, com a mais portugueza das curiosidades, o vulto branco de mulher que se escoava, como uma pequena névoa luminosa, entre as *brise-bise* de renda. Joe Seymours sorriu; evidentemente, não gostou que eu trocasse por uma futilidade as suas solidas palavras, e disse-me, sorvendo o seu forte tabaco de Hespanha:

— Portuguezes não têm espirito pratico.

Ri, naturalmente, da observação do meu amigo inglez, já feita ha muito tempo por toda a gente, e quando lhe perguntei se, porventura, nunca o tinha distraido o movimento duma saia ou a luz dum cabello de mulher, as palpebras enrugaram-se-lhe numa expressão de benevolencia, os seus pequenos olhos côr d'agua scintillaram, e Joe explicou, secco, nitido, exacto:

— Inglezes não se preoccupam com as mulheres. Inglezes preoccupam-se com a sua mulher. Inglezes têm espirito pratico.

O creado serviu *whisky flip*. Uma luz macia, doirada, fluctuava na sala, escorria pelos Maples, flammejava nos metaes. Conversámos. Foi então que Joe Seymours, falando do caracter utilitarista do anglo-saxão, me contou, com esse incomparavel *humour* que é, como o *fair play*, uma das caracteristicas do espirito inglez, e que Taine definiu "*une jovialité violente enfouie sous un monceau de tristesse*", certa anecdota que teria dado uma scintillante pagina a Dickens ou a Thackeray, a Fielding ou a Wendel Holmes.

Morreu em Paris um bello dia, sem herdeiros forçados, um millionario americano. Era um velho gigantesco, extravagante, que fôra socio de Géo Perkins, e que o demimonde de *Chez Maxim's* conhecia pelo "homem dos olhos amarellos". Aberto o testamento, verificou-se que deixava toda a sua fortuna, em partes eguaes, aos seus tres parceiros de *bridge*, — um hespanhol, Don Juan Carrillo, secretario da embaixada da Hespanha, um francez, Mr. Naudin, duma empresa constructora de automoveis, e um inglez hirto, fleugmatico, curiosissimo, Mr. Donaldson, que tinha estado muito tempo na Jamaica e que fazia creação de andorinhas azues, — com a condição expressa de que, antes do saimento funebre, cada um dos tres legatarios depositaria no seu caixão cinco libras. Que eram cinco libras para os herdeiros duma fortuna tão consideravel? A' hora propria, correctamente enfiados em sobrecasacas pretas, os tres homens entraram na camara ardente para cumprir, com escrupulosa pontualidade, aquella singular disposição testamentaria. O hespanhol foi o primeiro. Avançou, grandioso, subiu os degráos da eça, cofiou reflexivamente a sua pequena môsca á Felippe IV, mostrou aos assistentes cinco [illegible] em ouro e depositou-as, com solennidade, junto da cabeça do defunto. Seguiu-se o francez. Mr. Naudin, um elegante que usava espantosos colletes de velludo como o principe de Kaunitz, olhou em volta, tirou da algibeira uma caneta e um livro de cheques, escreveu com a maior naturalidade do mundo — "cinco libras ao portador" — assignou, dobrou, e metteu no caixão aquelle cheque a pagar na Eternidade. Chegou então a vez de Mr. Donaldson, o terceiro legatario do "homem dos olhos amarellos". Todas as attenções se fixaram nelle. Em movimentos automaticos, aquelle inglez magro e formalista, que a si proprio se considerava o mais pratico de todos os inglezes, approximou-se, tirou do caixão as libras de D. Juan Carrillo e o cheque de Mr. Naudin, guardou-os na algibeira, abriu o seu livro de cheques, e hirto, solenne, machinal, escreveu: — "Quinze libras ao portador". Assignou, mostrou a ordem de pagamento aos circumstantes, e metteu-a nas mãos do defunto. *All right!* Momentos depois, o caixão soldava-se. Mr. Donaldson, sem ter deixado de cumprir as disposições do testamento, — ganhara dez libras.

— Inglez deve fazer dinheiro de tudo, excepto da sua consciencia — commentou Joe Seymours.

Entretanto, a ondulação do vestido branco, que eu adivinhara através das vidraças da sala de leitura, vinha caminhando para nós. Era a riquissima *Miss* Ellen — loira, rosada, transparente, espiritual como o retrato celebre de John Opie — a quem Joe beijou a mão.

— *Good night!*

— *Good night!*

Joe Seymours olhou-a emquanto ella se afastava na atmosphera doirada da sala, e, como me visse sorrir, disse-me, sorvendo o seu cachimbo:

— Inglez não se casa senão com uma mulher por quem se apaixone.

E concluiu, impassivel:

— Mas nunca se apaixona senão por uma mulher rica.

JULIO DANTAS

(Escripto expressamente para o *Correio da Manhã*.) 14-7-18

(Modelo das coisas do Julio Dantas.

13. Recorte de texto salientando o conceito eciano de "literatura militante"
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN)

Certa vez, comparando o genio portuguez ao genio francez, escreveu Eça de Queiroz a seguinte pagina: — «A França é um paiz de intelligencia; nos somos um paiz d'imaginação. A literatura da França é essencialmente critica; nós, por temperamento, amamos sobretudo a eloquencia e a imagem. A literatura da França é, desde Rabelais até Hugo, social, activa, militante. A nossa por tradição, e instincto é idyllica e contemplativa. Não é só por uma fria imitação de Theocrito e dos buccolicos latinos que nós, desde Rodrigues Lobo até aos elegiacos da Arcádia, amamos a ecloga pastoril: é porque nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupaes, a vêr as aguas meigas, pensando em cousas saudosas. Fomos á India, é verdade, mas quasi tres seculos são passados, e ainda estamos descançando, derreados, desse violento esforço a que nos obrigaram alguns aventureiros que tinham pouco do fundo commum da nossa raça, e que, a julgar por Affonso d'Albuquerque, deviam ser d'origem phenicia, puros carthaginezes, talvez da familia dos Barcas. Emfim, o symbolo da França será eternamente o gallo, o gallo petulante e lustroso que canta claro, com uma limpidez de clarim, no fresco arrebol da manhan: e o nosso emblema é e será eternamente o rouxinol que geme na espessura mal

alumiada dos arvoredos, o rouxinol «amavisso» saudoso que faz chorar Bernardim.» 1)

14. Missiva de Carlos Malheiro Dias a Lima Barreto (11/7/1922)
Fonte: Fundo Lima Barreto (FBN), I-6, 29, 345

Rio, 11 de Julho de 1922

Meu illustre Confrade,

Respondo á sua carta de hontem. Embora nada tenha com a parte editorial e administrativa da Historia, foi com o mais vivo desejo de lhe ser agradavel que mandei investigar o que se passava relativamente á sua assignatura.
Não houve nem podia haver qualquer intuito de faltar á consideração que por todos os titulos lhe é devida. Houve incuria, apenas, a velha incuria luso-brasileira.
Agradeço-lhe a opportunidade que me deu para me assignar com sincera estima e não menos sincera admiração

Collega e Conf.

C. Malheiro Dias.

15. Página de carta manuscrita de Carlos Malheiro Dias a Coelho Neto (17/1/1901)
Fonte: Coleção Coelho Neto (FBN), I-1, 2, 31

teu, que te editaria o Tavares Cardoso. E
se é que pensas na verdade em fixar aqui
residencia, lucrarias em reeditar em Lisboa
toda a tua notavel obra de romancista, que
podia produzir-te algumas dezenas de contos
de reis.

O Virgilio Varzea – cujo valor não contesto
– está sendo editado em edições primo-
rosas pelo Tavares Cardoso, que lhe dá larga
partilha de lucros nas edições. Por ahi vê o
que poderia produzir uma edição deffinitiva
e revista da tua obra!

Dous annos mesmo que vivesses em Lisboa
seriam espantosamente beneficos para ti. leva-
rias saude e deixarias aqui um grande
nome e um bom mercado para os teus livros.